



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPG-ICAL)**

**A VISÃO DOS ACADÊMICOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O
MERCOSUL:
DIAGNÓSTICO GERAL DE SUAS ANÁLISES**

HENRIQUE NETO SANTOS

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPG-ICAL)**

**A VISÃO DOS ACADÊMICOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O
MERCOSUL:
DIAGNÓSTICO GERAL DE SUAS ANÁLISES**

HENRIQUE NETO SANTOS

Dissertação apresentada ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina – Política, Estado e Institucionalização.

Orientadora: Prof. Victoria Inês Darling
Coorientador: Prof. Nilson Araújo de Souza

Foz do Iguaçu

2019

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

S237

Santos, Henrique Neto.

A visão dos acadêmicos de Relações Internacionais sobre o Mercosul: diagnóstico geral de suas análises / Henrique Neto Santos. - Foz do Iguaçu-PR, 2019.
130 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

Orientador: Victoria Inês Darling.

Coorientador: Nilson Araújo de Souza.

1. Relações internacionais - Estudo e ensino. 2. Integração latino-americana - Estudo e ensino. 3. Mercosul. I. Darling, Victoria Inês. II. Souza, Nilson Araújo de. III. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. IV. Título.

CDU 327:339.923

HENRIQUE NETO SANTOS

**A VISÃO DOS ACADÊMICOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O
MERCOSUL:
DIAGNÓSTICO GERAL DE SUAS ANÁLISES**

Dissertação apresentada ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina – Política, Estado e Institucionalização.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Victoria Inês Darling
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Coorientador: Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof. Dra. Verenice Zanchi
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dra. Olga Saavedra
Universidad Nacional del Rosario

Foz do Iguaçu, 23 de maio de 2019

Dedico este trabalho à Eliane Rosa Neto (*in memoriam*) e
à Raquel Farias Stern (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidos com essa minha aventura do mestrado. Cito em especial a paciência dos meus familiares, as amizadas criadas em Foz do Iguaçu – de dentro e de fora da Unila. O agradecimento especial é para Pamella Christini, que esteve sempre ao meu lado desde a minha decisão de prestar o processo seletivo até o final, comemorando os melhores momentos e me dando forças nas ocasiões tristes. Agradeço muito às duas mulheres que literalmente foram meu lar em Foz do Iguaçu: Virgínia Góes e Taty Ravedutti.

Agradeço também a todos os professores, com os quais muito aprendi e que, na verdade, me ajudaram a ressignificar minha identidade latino-americana. À minha orientadora Victória Darling e ao meu coorientador Nilson, serei eternamente grato. Cito aqui todos os professores que muito me marcaram na Unila e que jamais esquecerei: Prof. Renata Peixoto, Fabio Borges, Lucas Kerr e Pablo Félix, que muito contribuíram para o meu aprendizado.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana pelo seu pioneirismo e vanguarda. Por ela existir e, mais importante, resistir!

SANTOS, Henrique Neto. **A visão dos acadêmicos de Relações Internacionais sobre o Mercosul:** diagnóstico geral de suas análises. 2019. 130 páginas. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto central de estudo a percepção dos acadêmicos argentinos e brasileiros sobre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir da produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de entrevistas com acadêmicos que tiveram a oportunidade de orientar trabalhos acadêmicos. O espaço temporal da pesquisa compreende o período entre os anos de 1991 (ano de assinatura do Tratado de Assunção) e 2016. Uma vez que o papel da universidade e da academia é a produção e disseminação do conhecimento (ou seja, compartilhar ideias, conceitos, pesquisas, interpretações e resultados), a hipótese apresentada considera que esse saber ali produzido apresenta originalidade limitada porque em geral baseia-se em teorias cujos enfoques não foram *a priori* desenvolvidos para o caso sul-americano, e esse fato influencia a maneira como se pensa e como se projeta a integração regional nesses países. Utilizam-se os pressupostos do arcabouço teórico-metodológico construtivista pois considera-se regiões são socialmente construídas, que o neutro e completo afastamento entre objeto de análise e observador não é factível e que os valores, as ideias, a linguagem, a cultura e fatores da política doméstica dos Estados moldam os interesses dos atores concordando que, no longo prazo, é possível mudança de e na estrutura do Sistema Internacional. O trajeto histórico desde o estabelecimento dos Estados na Bacia do Prata é percorrido até a consolidação do Mercosul levando-se em conta sua estrutura e sua evolução. O histórico da criação das universidades e do estabelecimento da pós-graduação na Argentina e no Brasil também é considerado. A coleta e análise do material, que seguiu metodologia específica, trouxe como resultado um panorama geral da produção acadêmica argentina e brasileira sobre o Mercosul, permitindo a verificação das universidades que mais produziram teses e dissertações, quais as teorias mais utilizadas e de que maneira os acadêmicos enxergam o bloco, além de ser possível verificar se e como realizam comparações com a União Europeia.

Palavras-chave: América do Sul. Integração Regional. Mercosul. Universidades. Construtivismo.

SANTOS, Henrique Neto. **La visión de los académicos de Relaciones Internacionales sobre el Mercosur: diagnóstico general de sus análisis.** 2019. 130 páginas. Disertación de Maestría (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

La presente disertación tiene como objeto central de estudio la percepción de los académicos argentinos y brasileños sobre el Mercado Común del Sur (Mercosur) a partir de la producción de disertaciones de maestría y tesis de doctorado, además de entrevistas con académicos que tuvieron la oportunidad de orientar trabajos académicos. El espacio temporal de la investigación comprende el período entre los años 1991 (año de firma del Tratado de Asunción) y 2016. Dado que el papel de la universidad y de la academia es la producción y diseminación del conocimiento (es decir, compartir ideas, conceptos), la hipótesis presentada considera que ese saber allí producido presenta originalidad limitada porque en general se basa en teorías cuyos enfoques no fueron desarrollados para el caso sudamericano, y ese hecho influye en la forma en que se piensa y cómo se proyecta la integración regional en esos países. Se utilizan los presupuestos del marco teórico-metodológico constructivista pues se consideran regiones como socialmente construidas, que el neutro y completo alejamiento entre objeto de análisis y observador no es factible y que los valores, las ideas, el lenguaje, la cultura y factores de la política doméstica de los Estados moldean los intereses de los actores acordando que a largo plazo es posible cambio de y en la estructura del Sistema Internacional. El trayecto histórico desde el establecimiento de los Estados en la Cuenca del Plata es recorrido hasta la consolidación del Mercosur teniendo en cuenta su estructura y su evolución. El histórico de la creación de las universidades y del establecimiento del posgrado en Argentina y Brasil también es considerado. La recolección y análisis del material, que siguió metodología específica, trajo como resultado un panorama general de la producción académica argentina y brasileña sobre el Mercosur, permitiendo la verificación de las universidades que más produjeron tesis y disertaciones, cuáles son las teorías más utilizadas y de qué manera los académicos ven el bloque, además de ser posible verificar si y cómo realizan comparaciones con la Unión Europea.

Palabras clave: América del Sur. Integración Regional. Mercosur. Universidades. Constructivismo.

SANTOS, Henrique Neto. **The view of the scholars of International Relations on Mercosur: general diagnosis of their analysis.** 2019. 130 pages. Master's dissertation. (Graduação em nome do curso) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to study the perception of Argentinean and Brazilian scholars about the Southern Common Market (Mercosur) from the production of master's dissertations and doctoral thesis, as well as interviews with academics who have had the opportunity to orient studies academics. The time span of the research comprises the period between 1991 (year of the signing of the Treaty of Asunción) and 2016. Since the role of universities and academia is the production and dissemination of knowledge (to share ideas, concepts, research, interpretations and results), the hypothesis presented considers that this knowledge produced there has limited originality because in general it is based on theories whose approaches were not developed for the South American case, and this fact influences the way in which and how regional integration is projected in those countries. The assumptions of the constructivist theoretical-methodological framework are used because it is considered that regions are socially constructed, that the neutral and complete separation between object of analysis and observer is not feasible and that values, ideas, language, culture and factors of the domestic politics of the States shape the interests of the actors agreeing that in the long term it is possible to change the structure of the International System. The historical path since the establishment of the States in the Plata Basin is approached until the consolidation of Mercosur, taking into account its structure and its evolution. The history of the creation of universities and the establishment of graduate programs in Argentina and Brazil is also considered. The collection and analysis of the material, which followed a specific methodology, resulted in a general overview of the Argentine and Brazilian academic production on Mercosur, allowing the verification of the universities that produced the most theses and dissertations, which are the most used theories and in which ways the academics see the bloc, and it is also possible to verify if and how they make comparisons with the European Union.

Key words: South America. Regional Integration. Mercosur. Universities. Constructivism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevistados	18
Tabela 2 – Tabela Teórica sobre o Construtivismo	32
Tabela 3 – Teses e Dissertações sobre Bienal do Mercosul	66
Tabela 4 – Excerto das entrevistas	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico FUNAG (2017).....	15
Figura 2 – Produção Total de Dissertações e Teses.....	16
Figura 3 – Produção por Universidade.....	17
Figura 4 – Universidades de maior produção de trabalhos de pós-graduação sobre Mercosul	18
Figura 5 – Quadro teórico sobre construtivismo	28
Figura 6 – Regionalismo Sobreposto (MALAMUD, 2003).....	46
Figura 7 – Mercosul – Comercial ou Multidimensional?.....	68
Figura 8 – Principais enfoques – análise multidimensional do Mercosul.....	69
Figura 9 – Comparações Mercosul x União Europeia	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANPCYT – Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica
AUGM – Asociación de Universidades Grupo Montevideo
CAP – Comisión de Acreditación de Posgrado
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCM – Comissão de Comércio do Mercosul
CMC – Conselho do Mercado Comum
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEAU – Comisión Nacional de Promoción Científica y Tecnológica
CPC – Comissão Parlamentar Conjunta
ECOSOC – Conselho Econômico e Social da União das Nações Unidas
FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado
FCES – Foro Consultivo Econômico Social
FEA – Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FOMECA – Fondo de Mejoramiento de la Calidad Universitaria
FOMERCO – Fórum Universitário Mercosul
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
GMC – Grupo Mercado Comum
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MERCOSUR – Mercado Común del Sur
PEAS – Plano Estratégico de Ação Social
PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RI – Relações Internacionais

RME – Reunião de Ministros do Mercosul
SAM – Secretaria Administrativa do Mercosul
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIMPORI – Simpósio de Relações Internacionais
SNRD – Sistema Nacional de Repositorios Digitales
UBA – Universidad de Buenos Aires
EU – União Europeia
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas
UNB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNLP – Universidad Nacional de La Plata
USP – Universidade de São Paulo
UNASUL – União de Nações do Sul
TEC – Tarifa Externa Comum
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Teorias de RI, integração regional e universidades enquanto atores.....	21
1.1. Perspectivas tradicionais em Relações Internacionais.....	21
1.1.1. Realismo	21
1.1.2. Teoria Liberal	24
1.2. Construtivismo e sua nova possibilidade de interpretar as Relações Internacionais.....	27
1.3. Contribuição Latino-Americana: o estruturalismo da Cepal.....	33
1.4. Universidades enquanto atores	39
1.5. Formação da Pós-Graduação na Argentina e no Brasil.....	44
1.5.1. Caso argentino	45
1.5.2. Caso brasileiro	47
2. Geopolítica da Bacia do Prata, Integração Regional e o Mercosul	50
2.1. O passado conflitivo de Argentina e Brasil.....	53
2.2. Relações Argentina-Brasil no Século XX	57
2.3. Pacto ABC.....	58
2.4. Governos militares.....	59
2.5. Transições Democráticas e aproximações estratégicas até a consolidação do Mercado Comum do Sul.....	61
3. Diagnóstico Geral dos estudos sobre Mercosul: aspectos quantitativos e qualitativos....	65
Considerações Finais	79
Bibliografia.....	83
Apêndices	89
APÊNDICE A – TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS	90
APÊNDICE B – ENTREVISTA I.....	100
APÊNDICE C – ENTREVISTA II	106
APÊNDICE D – ENTREVISTA III.....	115
APÊNDICE E – ENTREVISTA IV	120
APÊNDICE F – ENTREVISTA V.....	126

Introdução

O presente trabalho tem como objeto central de estudo a percepção dos acadêmicos argentinos e brasileiros sobre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir de sua produção no formato de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Desde sua fundação, o bloco desperta questionamentos sobre a necessidade de sua existência e seus resultados. É evidente que os objetivos presentes no Tratado de Assunção¹ não foram plenamente alcançados, e apesar da adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), os países signatários não harmonizaram suas legislações e possuem dificuldades para adotar uma política econômica abrangente que em prol do “desenvolvimento econômico com justiça social”².

Ainda assim, o Mercosul tem demonstrado sólidos sinais de adaptação ao ambiente político, característica marcante do bloco devido ao seu caráter intergovernamental, que fica sujeito às vontades dos governos dos países que o compõem – nem sempre convergentes. Fica aí um paradoxo característico do Mercosul: um bloco que tem objetivos para a união e integração regional da América do Sul em termos comerciais, mas que fica submetido às vontades temporárias dos projetos de governos.

Múltiplos setores da sociedade exprimem suas percepções acerca do bloco, que variam desde o otimismo exacerbado até a crítica exagerada que em geral não leva em conta perspectivas estratégicas de longo prazo, de modo que não há consenso na sociedade e entre as elites sobre as formas de sua consolidação (BUENO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2014, p. 576). O presente trabalho, assim, busca averiguar a visão geral de acadêmicos que se especializaram em Mercosul, partindo-se do pressuposto de que é possível considerar a universidade como um ator internacional através de uma análise que utilize teorias contemporâneas – e, portanto, não hegemônicas – cujas aplicações podem ser úteis para a compreensão das relações internacionais. Além disso, busca-se demonstrar que, em geral, são utilizadas teorias cujos objetivos, metodologias e mesmo propósitos não são destinados para a análise e interpretação de fenômenos latino-americanos. Para tal, foram utilizados procedimentos e critérios quantitativos e qualitativos como forma de avaliação da percepção geral destes acadêmicos.

O espaço temporal da pesquisa compreende o período entre os anos de 1991 (assinatura do Tratado de Assunção) e 2016, pois esse ano corresponde à uma importante

¹ Tratado fundacional do Mercado Comum do Sul.

² Conforme assinalado no preâmbulo do Tratado de Assunção.

mudança política no Brasil, com o fim do governo do Partido dos Trabalhadores através do impeachment de Dilma Rousseff, e também na Argentina, com o final do governo de Cristina Kirchner, em dezembro de 2015. Nos dois países, as mudanças políticas ocorridas em 2016 representam o fim dos governos considerados como “centro-esquerda” em relação aos governos atuais.

Uma vez que o papel da universidade é a produção e disseminação do conhecimento (ou seja, compartilhar ideias, conceitos, pesquisas, interpretações e resultados), a hipótese apresentada considera que esse saber ali produzido, na forma de dissertações e teses, apresenta originalidade limitada porque em geral baseia-se em teorias cujos enfoques não foram *a priori* desenvolvidos para o caso sul-americano, e esse fato influencia a maneira como se pensa e como se projeta a integração regional nesses países. Pelo fato de as Relações Internacionais (RI) serem historicamente uma disciplina anglo-saxã (HOFFMANN, 1977), esse padrão acaba por manter noções eurocêntricas e que, portanto, não contribui com a criatividade teórico-metodológico que a América do Sul – pode-se aqui incluir a América Latina – demanda. O exemplo mais claro disso é a contraproducente manutenção de comparações gerais entre Mercosul e União Europeia que ou insistem nos mesmos diagnósticos³ (falta de originalidade) ou considera o modelo europeu como um “tipo ideal” de integração, desconsiderando as diferenças históricas e institucionais. Essa hipótese, centrada no estudo e na utilização do conhecimento acadêmico, é digna de verificação à maneira que Krasner, no estudo das variáveis que explicam o desenvolvimento dos regimes internacionais, expõe que

Ernst Haas, neste volume o expoente mais proeminente acerca da importância do conhecimento, definiu o conhecimento como “a soma das informações técnicas e das teorias sobre tais informações que comandam um consenso suficiente em um dado momento entre os atores interessados para servir como um guia para políticas públicas projetado para alcançar algum objetivo social”. (...) **O conhecimento cria uma base para a cooperação, iluminando interconexões complexas que não foram previamente compreendidas.** O conhecimento pode não apenas aumentar as perspectivas de comportamento estatal convergente, mas também transcender “linhas predominantes de clivagem ideológica⁴” (KRASNER, 1982, p. 203, tradução minha, grifo meu).

³ Tomando-se o Mercosul, por exemplo, um recorrente diagnóstico é o de que sua dinâmica intergovernamental acaba por engessar seu processo de integração regional. Além desse, existe também a percepção de que o bloco não foi positivo economicamente para os seus associados.

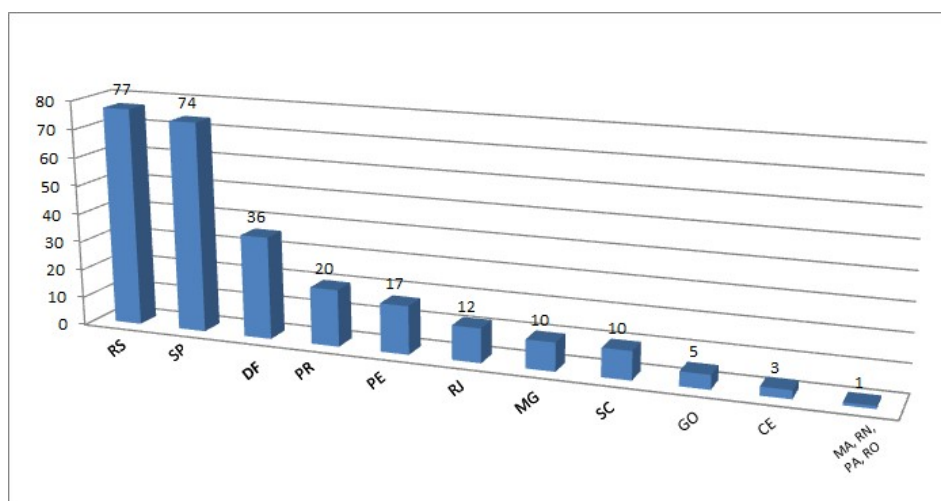
⁴ Ernst Haas, in this volume the most prominent exponent of the importance of knowledge, defined knowledge as “the sum of technical information and of theories about that information which commands sufficient consensus at a given time among interested actors to serve as a guide to public policy designed to achieve some social goal”. (...) Knowledge creates a basis for cooperation by illuminating complex interconnections that were not previously understood. Knowledge can not only enhance the prospects for convergent state behavior, it can also transcend “prevailing lines of ideological cleavage” (KRASNER, 1982, p. 203).

A presente dissertação baseia-se em duas principais fontes para a análise: a) as dissertações de mestrado e teses de doutorado cujo tema central seja Mercosul, e que contenham “Mercosul” ou “Mercosur” em seu título; e b) entrevistas semiestruturadas com acadêmicos argentinos e brasileiros que orientaram teses e dissertações sobre o Mercosul.

Dissertações de mestrado e teses de doutorado

O principal levantamento de dados deste trabalho tratou de selecionar dissertações de mestrado e teses de doutorado de programas de pós-graduação *stricto-sensu* de universidades argentinas e brasileiras que contivessem a palavra “Mercosul” ou “Mercosur” no seu título. Esse levantamento foi possível graças ao processo de inclusão destes trabalhos no repositório digital de cada universidade, que também estão vinculados aos repositórios nacionais de teses e dissertações da Argentina⁵ e do Brasil⁶. Além de buscar o panorama da produção sobre o Mercosul, essa busca preliminar visou atualizar, ao menos parcialmente⁷, os dados do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), que serviram de fundamento para a formulação do projeto deste trabalho:

Figura 1 - Gráfico FUNAG (2017)



Fonte: FUNAG, 2017.

⁵ Sistema Nacional de Repositorios Digitales. Disponível em: <<http://repositoriosdigitales.mincyt.gob.ar/vufind/>>; Acesso em: 01/03/2019.

⁶ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>; Acesso em: 01/03/2019.

⁷ A publicação por parte da Funag não define de maneira precisa o que é por ela considerada uma produção acadêmica de “Relações Internacionais”. O levantamento aqui apresentado levou em consideração exclusivamente as dissertações de mestrado e teses de doutorado com “Mercosul” ou “Mercosur” no título, e o resultado da busca aponta produções de múltiplas áreas das Ciências Sociais, o que comprova o caráter multifacetado da disciplina.

A publicação por parte da Funag não define de maneira precisa o que foi considerado como uma produção acadêmica de “Relações Internacionais”. O levantamento apresentado pela presente dissertação levou em consideração exclusivamente as dissertações de mestrado e teses de doutorado com “Mercosul” ou “Mercosur” no título, e o resultado da busca aponta produções de múltiplas áreas das ciências Sociais, o que comprova o caráter multifacetado da disciplina. Assim sendo, o levantamento preliminar obteve os seguintes resultados:

a) Produção total de dissertações e teses (Mercosul/Mercosur no título)

Figura 2 - Produção Total de Dissertações e Teses



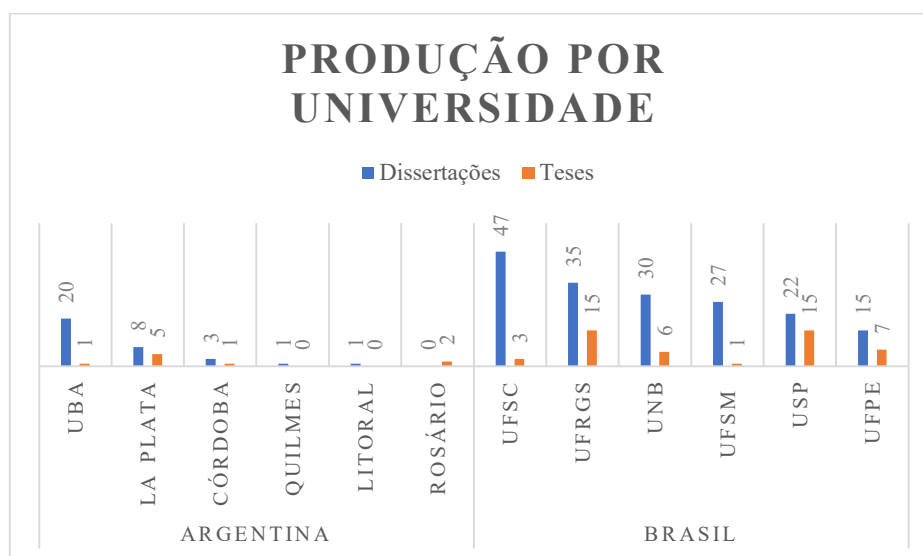
Fonte: Repositórios institucionais de universidades públicas e privadas em ambos os países, compilados ou não nos bancos nacionais de dissertações e teses científicas. Dados trabalhados pelo autor.

Aqui observa-se a produção total de dissertações de mestrado e teses de doutorado de acordo com os critérios de busca e com a manipulação das ferramentas tecnológicas supracitados. Nesse levantamento não houve discriminação entre universidades públicas e privadas, sendo resultado do que está indexado nos bancos de teses e dissertações de cada país. Ressalta-se aqui a importância da Lei N° 26.899, da Argentina, promulgada no ano de 2016 e que instituiu o Sistema Nacional de Repositorios Digitales (SNRD), viabilizando a coleta de informações para o presente trabalho. Há claro desequilíbrio quantitativo entre Argentina e Brasil e isso se deve não apenas à diferença numérica de universidades, mas também de

programas de pós-graduação, além do fato de a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações ser um projeto desde o ano de 2002, sendo uma plataforma mais antiga do que sua contraparte argentina, de maneira que o pleno registro de trabalhos na Argentina ainda não está devidamente consolidado. Esse fato já representa uma limitação da presente dissertação, no sentido de que pode existir trabalhos que não puderam ser contemplados, a depender de sua condição (digitalizado e indexado nas plataformas *on-line* ou não).

b) Distribuição da produção⁸ por universidade (5 mais produtivas)

Figura 3 - Produção por Universidade

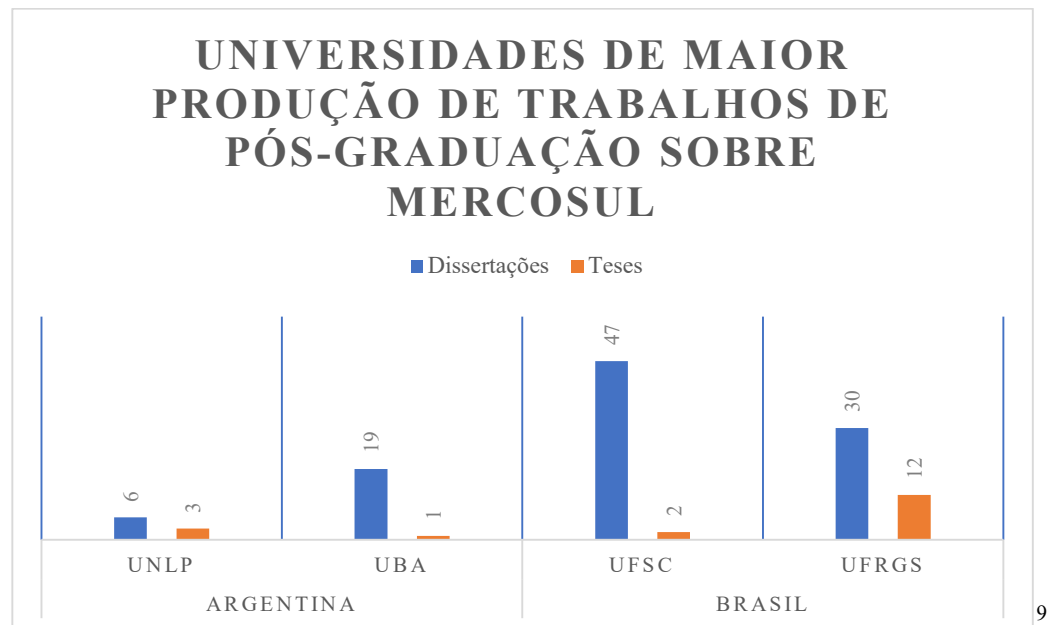


Fonte: Repositórios institucionais das respectivas universidades com conferência nos bancos nacionais de dissertações e teses científicas. Dados trabalhados pelo autor.

Após o supracitado levantamento, foram selecionadas as duas universidades de cada país que mais produziram teses e dissertações e aplicou-se o já explicado filtro temporal (1991-2016) para a delimitação das obras a serem analisadas. Assim sendo, a análise de 120 trabalhos centrou-se de maneira qualitativa, pelo lado argentino, da Universidad Nacional de La Plata (UNLP) e da Universidad de Buenos Aires (UBA); e pelo lado brasileiro, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme a Figura 4:

⁸ Levantamento de acordo com os critérios de busca anteriormente apresentados.

Figura 4 - Universidades de Maior Produção de Trabalhos de Pós-Graduação sobre Mercosul



Fonte: Repositórios institucionais das universidades supracitadas, com conferência nos bancos nacionais de dissertações e teses. Dados trabalhados pelo autor.

A análise qualitativa dessas dissertações, que envolveu a análise documental e a realização de entrevistas, teve por objetivo geral verificar como a integração latino-americana, tomando-se o caso específico do Mercosul, é estudada nas universidades selecionadas, tendo como questionamentos norteadores as seguintes indagações: Quais teorias e métodos predominam? Estes acadêmicos apresentam uma visão otimista ou pessimista sobre esse processo de integração regional? Quais são, em geral, suas recomendações e propostas para a evolução do Mercosul? O marco teórico-metodológico advém de uma perspectiva latino-americana ou se limitam às visões hegemônicas? O Mercosul é considerado, nesses estudos, como um bloco exclusivamente comercial ou é considerada a noção multidimensional (abarcando, aí, questões políticas, sociais e culturais)? Tomou-se o Mercosul como foco da análise por ele ser considerado como o caso mais concreto de integração regional na região, e também pela sua longevidade e consistência perante a outros arranjos regionais. Uma vez que o presente estudo parte do pressuposto construtivista de que as identidades e ideias podem moldar interesses e, conseqüentemente, a realidade, esse diagnóstico torna-se essencial para os objetivos deste trabalho.

⁹ Importante observar que as diferenças numéricas entre essa tabela e sua antecessora se deve ao filtro temporal, de modo que houve natural redução dos números de trabalhos a serem estudados.

Entrevistas

A realização das entrevistas teve como objetivos complementar o levantamento quantitativo, fundamentando a análise com uma abordagem qualitativa. Para tal, foram convidados acadêmicos brasileiros e argentinos cuja experiência de docência e pesquisa na disciplina de integração regional. Após aceite e alinhamentos necessários para sua execução, foram entrevistados os acadêmicos abaixo listados:

Tabela 1 - Entrevistados

País	Nome	Vínculo Institucional	Data e Local da Entrevista
Argentina	Alejandro Simonoff	UNLP	La Plata, 21/03/2019
Argentina	Damián Paikin	UBA	Buenos Aires, 20/03/2019
Brasil	Karina Lilia Pasquariello Mariano	UNESP	São Paulo, 07/11/2017
Brasil	Nilson Araújo de Souza	UNILA	São Paulo, 10/11/2017
Brasil	Suzeley Kalil Mathias	UNESP	São Paulo, 08/11/2017

De maneira sintética, os objetivos específicos que nortearam o presente trabalho são os seguintes:

1. Analisar em que medida, de maneira empírica, a produção acadêmica da Argentina e do Brasil baseia-se em pressupostos teóricos condizentes com as demandas explicativas da região sul-americana e que não se baseie em outras experiências de integração regional;
2. Verificar em que medida a produção científica produzida no bloco influencia a formulação das políticas externas de Brasil e Argentina.

A fim de facilitar a análise e interpretação dos conteúdos das dissertações e teses, foram elaboradas tabelas cujas informações relevantes foram extraídas do material analisado. Essa metodologia contribuiu para uma análise aprofundada sobre o perfil identitário geral da produção acadêmica estudada. Através dessa análise, foi possível realizar comparações cronológicas, teóricas, temáticas, metodológicas e mesmo institucionais das teses e dissertações. Também é importante citar que todas as traduções de citações diretas e indiretas de fontes relevantes para o trabalho (primárias ou não) foram realizadas pelo autor. Ademais, tanto o levantamento bibliográfico quanto as entrevistas demandaram pesquisa de campo, que ocorreu nos municípios de São Paulo, Buenos Aires e La Plata.

Esse modelo de pesquisa permite uma análise da produção acadêmica coletada, que foram interpretadas à luz da abordagem construtivista. A relevância da pesquisa repousa no papel central dos acadêmicos e das universidades na produção e disseminação de conhecimento, ideias e valores. Acima de tudo isso, a concepção de que é possível mudar uma realidade social através da educação e do acesso ao conhecimento permeia esse estudo, uma vez que “(...) torna-se necessário analisar o papel das próprias organizações internacionais no trabalho de aprendizagem e convencimento dos tomadores de decisão no sentido de ampliarem a integração” (HAAS, 1960, apud NOGUEIRA, NIZAR MESSARI, 2005). Acerca do cenário regional que o Mercosul se insere, o diagnóstico do embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães conclui que:

As sociedades periféricas se encontram isoladas entre si e se vêem umas às outras pelos olhos vigilantes dos países centrais. O fato de se verem umas às outras pelos “olhos de terceiros” é patente quando se verifica a escassez e até a inexistência de estudos de nacionais de um país periférico sobre aspectos de outro, mesmo quando vizinhos, como no caso da Argentina em relação ao Brasil e vice-versa. Enquanto isso, é notório o esforço permanente dos países centrais em estudar a periferia e formular sobre ela suas próprias visões, como herança das necessidades de controles do período colonial, visões que são difundidas e absorvidas pela própria periferia. (GUIMARÃES, 1999. p. 17. grifo meu).

O primeiro capítulo tem como objetivo principal delinear o arcabouço teórico utilizado na dissertação, em especial para sustentar a noção de que as universidades possuem potencial para intervirem na formulação de política externa (e de integração regional) através de suas proposições científicas e estratégicas aos agentes formuladores de políticas. O segundo capítulo expõe questões geopolíticas na Bacia do Prata e a consolidação dos estados ali sitos com foco no histórico bilateral de Argentina e Brasil, aspecto essencial para entender a construção do Mercosul. Por fim, analisa o Mercosul e sua transição de agenda de integração, que partiu de puramente comercial para incluir a faceta multidimensional que hoje apresenta o bloco. Ademais, analisa-se brevemente o contexto de implantação da pós-graduação nos dois países em questão. É no terceiro capítulo que a análise quantitativa e qualitativa do material coletado é realizada, com as considerações finais sendo sintetizadas ao final do presente trabalho.

1. Teorias de RI, integração regional e universidades enquanto atores.

1.1. Perspectivas tradicionais em Relações Internacionais

O contexto internacional após a Guerra Fria apresentou uma configuração global nova e complexa, com muitos desafios interpretativos e metodológicos para os analistas de Relações Internacionais, disciplina universitária relativamente recente¹⁰ e que pode ser estudada através de múltiplas lentes teóricas, desde as mais generalistas (tal como a Teoria Realista) até teorias que limitam seu escopo de análise aos níveis regionais e sub-regionais. O fim da bipolaridade ideológica entre o Leste e o Oeste, a ascensão do multilateralismo com concomitante consolidação das Organizações Internacionais Governamentais, acrescidas do recrudescimento de novos polos de poder (não necessariamente bélico, mas poderes influentes nas interações entre os Estados) expuseram as fragilidades dos métodos tradicionais de análise, exigindo um novo corolário teórico e metodológico que possibilite maior precisão analítica e a devida resolução dos problemas enfrentados pelos Estados.

1.1.1. Realismo

As teorias cujas ontologias são positivistas (ou racionalistas), que compõem o que é convencionalmente considerado como Primeiro Debate da Teoria das Relações Internacionais – no caso, a Teoria Realista e a Teoria Liberal – podem ser consideradas como o ponto de partida histórico da recente consolidação das Relações Internacionais como disciplina autônoma, na primeira metade do século XX. Após 1918, a ênfase na defesa da paz como um valor e as noções de segurança coletiva que idealizaram a Liga das Nações, apesar de seu fracasso, ganharam força e embasamento, tendo como objetivo final evitar futuras guerras de grandes proporções. Ao criticar essa perspectiva, autores do Realismo Clássico teorizam o paradigma que é predominante e hegemônico até os dias atuais na análise da política internacional. Conforme as premissas centrais das correntes realistas, o único ator do Sistema Internacional – aqui compreendido como “o conjunto constituído pelas unidades políticas que

¹⁰ Em geral, atribui-se o início do século XX o surgimento das Relações Internacionais enquanto disciplina científica autônoma. Para mais informações ver “A invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI”, artigo de Pedro Emanuel Mendes.

mantêm relações¹¹ regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral” (ARON, 1962, p. 153) – é o Estado, racional e soberano, cujo padrão de comportamento obedece ao equilíbrio de poder num contexto de anarquia internacional em que a autoajuda é um meio para manutenção de seu poder e, conseqüentemente, de sua sobrevivência. Os realistas consideram que a anarquia sistêmica a nível global gera constante insegurança e a guerra é inevitável porque a natureza humana é belicosa¹². Por exemplo, Hans Morgenthau, ao apresentar seus “seis princípios do realismo político¹³” (MORGENTHAU, 2002, p. 4), define a teoria realista da seguinte maneira:

A outra escola [a teoria realista] considera que o mundo, imperfeito como é do ponto de vista racional, resulta do encontro de forças inerentes à natureza humana. Assim, para poder melhorar o mundo, seria necessário trabalhar com essas forças, e não contra elas. Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos. Assim sendo, essa escola vê em um sistema de controles recíprocos um princípio universal válido para todas as sociedades pluralistas. Ela recorre mais a precedentes históricos do que a princípios abstratos e tem por objetivo a realização do mal menor em vez do bem absoluto.

Nessa visão de mundo, há uma rígida divisão entre política interna e política externa e, enquanto a primeira é completamente abstraída do cálculo decisório, e os interesses estatais resumem-se apenas na aquisição ou proteção de seus interesses (que corresponde ao seu poder¹⁴). Conforme explica Burchill,

Realistas estão unidos em seu pessimismo sobre em que medida o sistema político internacional pode ser mais pacífico e justo. A esfera internacional é caracterizada pelo conflito, suspeição e competição entre Estados-Nação, uma lógica que impede a realização de uma ordem global alternativa (BURCHILL, 1995, p. 70, tradução minha)¹⁵.

¹¹ Na perspectiva de Raymond Aron, tais relações manifestam-se através das figuras simbólicas do diplomata e do soldado, que respectivamente conduzem as relações internacionais à paz e à guerra (ARON, 1962, p. 52).

¹² Breve resumo teórico, que sintetiza a essência da bibliografia realista clássica através das obras de Hans Morgenthau (MORGENTHAU, 2002) e Kenneth Waltz (WALTZ, 2001).

¹³ O primeiro princípio diz que “O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana” (MORGENTHAU, 2002).

¹⁴ Morgenthau explica, em seu segundo princípio do realismo político, que “a principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder” (MORGENTHAU, 2002).

¹⁵ Realists are unified in their pessimism about the extent to which the international political system can be made more peaceful and just. The international realm is characterised by conflict, suspicion and competition between nation-states, a logic which thwarts the realisation of alternative world orders. (BURCHILL, 1995, p.70).

Além de serem pioneiros na tentativa de formulação de uma teoria geral, com leis e princípios universais que explicassem a política internacional, criticavam em especial os liberais “utópicos”¹⁶ que não anteviram o desenrolar das circunstâncias que antecederam as Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

De acordo com Andrew Hurrell (1995), a lógica da integração regional seria explicada pela concepção realista (ou neorealista) a partir dos mesmos conceitos centrais supracitados. Os Estados integrar-se-iam para protegerem-se de pressões externas por parte de ameaças cujos poderes seriam superiores. Em suas palavras,

Pode-se, portanto, ver o regionalismo econômico como uma estratégia no jogo da concorrência neomercantilista. Ele também pode ser visto como um instrumento de barganha nas negociações que determinam a natureza da ordem econômica internacional. [...] A mesma lógica neo-realista pode ainda se aplicar à política dos Estados menores fora da Europa. Sobre esse ponto de vista, muitos dos agrupamentos regionalistas constituem basicamente a resposta de Estados fracos enredados no mundo dos fortes. Por isso, boa parte das atividades regionalistas nos anos da Guerra Fria envolviam, na essência, esquemas de cooperação diplomática e política formuladas para melhorar a posição de sua região no sistema internacional, por meio do aumento de seu poder de barganha ou da tentativa de isolamento total da região e redução de espaço para intervenções externas (HURRELL, 1995, p. 33, grifo meu).

Devido ao seu elevado nível de abstração (as pressões internas dos Estados, as ideologias, as identidades, as instituições, a psique de líderes políticos e as percepções de múltiplos atores são desconsideradas) e também ao seu determinismo, a crítica à teoria realista leva em conta que ela acaba por contribuir para a manutenção do status-quo do sistema internacional (por ser uma corrente teórica essencialmente anglo-saxônica¹⁷) e limitar a capacidade explicativa para análise de fenômenos essencialmente internacionais, tais como os blocos econômicos, os fluxos financeiros, as migrações, as “novas ameaças” (um dos temas de estudo de segurança internacional) e a relevante influência de instituições internacionais, governamentais ou empresariais. Burchill complementa:

¹⁶ Por exemplo, a crítica realista iam de encontro às concepções presentes na obra “A Grande Ilusão” de Norman Angell, autor britânico e laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1933, amplamente estudado nas Relações Internacionais e um dos precursores do paradigma liberal na disciplina.

¹⁷ Williams da Silva Gonçalves explica que “Relações internacionais é um estudo tipicamente anglo-saxão, na interpretação de del Arenal, porque foi no meio intelectual desses dois países que a reflexão sobre as relações internacionais encontrou seu ambiente mais propício, livre das restrições intelectuais e acadêmicas existentes nos outros países.” (GONÇALVES, 2002 apud BULL, 2002). Serviu, assim, como um instrumento que construísse intelectualmente uma leitura de mundo que propiciaria o projeto hegemônico das potências contemporâneas. Acerca do aspecto anglo-saxão da disciplina, deve-se citar que parte daqui a crítica da imposição de uma cosmovisão eurocêntrica sobre outras sociedades através de um discurso civilizador amplamente legitimado pelas ciências sociais, conforme explicado por Edgardo Lander (2005).

O Realismo é uma tradição teórica pessimista. Mudanças fundamentais na estrutura do sistema internacional é improvável, ainda que sejam necessárias. A aparente imutabilidade do sistema internacional significa que ele não se assemelhará com as ordens domésticas liberais, por mais desejável que sejam. Para os realistas, a política internacional é um mundo de recorrência e repetição, não de mudanças ou mudanças radicais (BURCHILL, 1995, p. 70, tradução minha)¹⁸.

Pode-se considerar como fontes filosóficas do realismo político as obras de Nicolau Maquiavel¹⁹ e de Thomas Hobbes²⁰. Pode-se afirmar inclusive que a noção de anarquia no Sistema Internacional advém da sua analogia com o estado de natureza hobbesiano.

1.1.2. Teoria Liberal

A teoria liberal, por sua vez, ao levar em conta aspectos morais, éticos e normativos, amplia o espectro analítico sem confrontar conceitos-chave da perspectiva realista e, dessa forma, consegue complementá-la, ainda que divergindo do determinismo realista. O Estado continua sendo racional e ator central (mas não o único) da Política Internacional num sistema anárquico e cujo interesse é sua sobrevivência. Todavia, a noção de que é possível cooperar (evitando-se assim a guerra) na anarquia internacional é um dos principais aspectos que diferencia os liberais dos realistas. A cooperação ocorreria através de acordos, tratados, de fluxos comerciais, das instituições e dos regimes internacionais, de maneira que é racionalmente legítimo evitar os custos (políticos, econômicos e sociais) da guerra. Tais mecanismos de cooperação aumentam a previsibilidade do comportamento dos atores (levando-se em conta, além dos Estados, as organizações internacionais, os indivíduos, empresas transnacionais e a opinião pública, para citar alguns) e alinham suas expectativas de ação, riscos e ganhos. Essas medidas, por fim, tendem a reduzir a insegurança na percepção dos atores, de forma que torna-se mais custoso guerrear a cooperar. As instituições internacionais possuem um papel relevante no sistema, uma vez que propõem normas de conduta e compartilham valores, práticas e informações sobre os Estados, sendo cruciais para a cooperação e previsibilidade no sistema. Burchill, ao citar Richard N. Rosecrance, explica que

No mundo contemporâneo os benefícios do comércio e da cooperação entre Estados excedem muito os da competição militar e do controle territorial. [...] Nos anos de

¹⁸ Realism is a pessimistic theoretical tradition. Fundamental changes to the structure of the international system are unlikely, even if they are needed. The apparent immutability of the international system means that it will not come to resemble domestic liberal orders, however desirable the analogue may be. For realists, international politics is a world of recurrence and repetition, not reform or radical change. (BURCHILL, 1995, p. 70).

¹⁹ Obra de referência: O Príncipe, publicada em 1532.

²⁰ Obra de referência: O Leviatã, publicada em 1651.

1970 as elites estatais começaram a compreender que riqueza é determinada pela participação no mercado global em bens e serviços com valor agregado. Esse entendimento teve dois efeitos significativos. Primeiro, a era do Estado independente, autossuficiente acabou. Camadas complexas de interdependência econômica garantem que Estados não podem agir de maneira agressiva sem o risco de sanções econômicas impostas por outros membros da comunidade internacional. Também faz pouco sentido para um Estado ameaçar seus parceiros comerciais, cujos mercados e investimentos são essenciais para seu próprio crescimento econômico. Segundo, a conquista territorial na era nuclear é tanto perigosa quanto custosa para Estados mal-intencionados. A alternativa, desenvolvimento econômico através do comércio e do investimento estrangeiro, é uma estratégia muito mais atrativa e potencialmente benéfica²¹ (BURCHILL, 1995, p.40, tradução minha).

São consideradas como fontes filosóficas da perspectiva liberal as obras de Immanuel Kant²² e Abbé de Saint-Pierre²³ sobre a paz perpétua, e também as contribuições jurídicas de Hugo Grotius²⁴, consideradas como base do direito internacional. Daqui fundamentam-se as perspectivas de uma federação de estados republicanos e a noção de direito internacional como meio para resolução de conflitos e contenciosos.

Por aceitar em seu escopo interpretativo a possibilidade (e viabilidade racional) de cooperação, advém da teoria liberal as perspectivas clássicas sobre integração regional. Uma das obras pioneiras sobre o tema foi Teoria da Integração Econômica (1964) do acadêmico húngaro Bela Alexander Balassa, na qual descreveu os passos para a integração econômica da Europa em cinco bem definidos estágios: (i) área de livre comércio; (ii) união aduaneira; (iii) mercado comum; (iv) união econômica; e (v) união econômica e monetária. Importante citar, entretanto, que além de ser voltada para interpretar exclusivamente o contexto europeu, suas concepções não podem ser tomadas como um tipo ideal para os processos de integração regional, além de levar em conta apenas aspectos econômicos e monetários que não representam a totalidade de variáveis que envolvem tais processos.

²¹ In the contemporary world the benefits of trade and cooperation among states greatly exceed that of military competition and territorial control. [...] In the 1970s state elites began to realise that wealth is determined by their share of the world market in value-added goods and services. This understanding has had two significant effects. First, the age of the independent, self-sufficient state is over. Complex layers of economic interdependency ensure that states cannot act aggressively without risking economic penalties imposed by other member of the international community. It also makes little sense for a state to threaten its commercial partners, whose markets and capital investment are essential for its own economic growth. Secondly, territorial conquest in the nuclear age is both dangerous and costly for rogue states. The alternative, economic development through trade and foreign investment, is a much more attractive and potentially beneficial strategy. (BURCHILL, 1995, p. 40).

²² Obra de referência: A paz perpétua, publicada em 1795.

²³ Obra de referência: Projeto para tornar perpétua a paz na Europa, publicada em 1713.

²⁴ Obra de referência: O direito da guerra e da paz, publicada em 1625.

1.1.2.1. Funcionalismo e Neofuncionalismo

Advém da vertente liberal importantes contribuições para o estudo da integração regional, tal como o funcionalismo e o neofuncionalismo. O pressuposto básico da abordagem funcional é a de que a integração entre determinadas unidades políticas pode ser conduzida por mecanismos de carácter técnico-funcional, e não necessariamente por instituições criadas por políticas governamentais. No caso, o papel da condução política é deixado para segundo plano uma vez que as constantes alternâncias de poder e programas de governo dos Estados (que em geral ocorrem no curto prazo) podem vir a atrapalhar o projeto de integração em que esse Estado está inserido (um projeto de longo prazo). Assim,

Uma concepção funcionalista [...] considera que o mais seguro caminho para a integração e para a paz é o da cooperação ao nível de certas tarefas funcionais de natureza técnica e económica, e não o da criação, no plano político, de novas estruturas institucionais. Nesta perspectiva, organizações internacionais funcionais, adaptadas às necessidades em constante mutação, seriam mais adequadas que os próprios Estados para realizar certas funções. (BRAILLARD, 1990, p. 192, grifo meu).

O conceito de integração trabalhado pelo cientista político Karl Deutsch é “a realização, dentro de um território, de um “sentido de comunidade” e de instituições e práticas suficientemente fortes e estendidas para assegurar à população, durante um longo período, expectativas de “mudança pacífica”” (DEUTSCH, 1986, p. 25). Por fim, mudança pacífica são descritas como “a solução de problemas sociais, normalmente por procedimentos institucionalizados, sem recorrer à coerção física em grande escala” (DEUTSCH, 1986). Primeiramente, é possível observar que Deutsch centraliza a análise da integração através do papel desempenhado por grupos (comunidades políticas), e não necessariamente em torno da ação do Estado (ainda que este corresponda às pressões dos grupos). Em outras palavras, é constante na obra de Deutsch análises sobre a integração e amalgamação das comunidades sendo conduzida através de líderes de movimentos políticos, elites, classes intelectuais e profissionais. Assim, seria através da função ou necessidade de grupos específicos que a integração se desenrolaria.

O neofuncionalismo, por sua vez, inclui o elemento político somado ao papel das funções e agências de carácter técnico-funcionais na análise da integração. Isso fica evidente na definição de integração política utilizada por Haas, conforme abaixo:

Integração política é o processo em que atores políticos em diversas configurações nacionais distintas são persuadidos a mudar suas lealdades, expectativas e atividades políticas em direção a um novo centro, em que instituições possuem ou demandam jurisdição sobre os estados nacionais pré-existentes. O resultado final de um processo de integração política é uma nova comunidade política, sobreposta às preexistentes²⁵(HAAS, 2004, p. 16).

1.2. Construtivismo e sua nova possibilidade de interpretar as Relações Internacionais

Inicialmente, é importante assinalar o contorno geral sobre de que maneira o construtivismo pode ser aplicado para o estudo das Relações Internacionais. No caso, Onuf nos explica que:

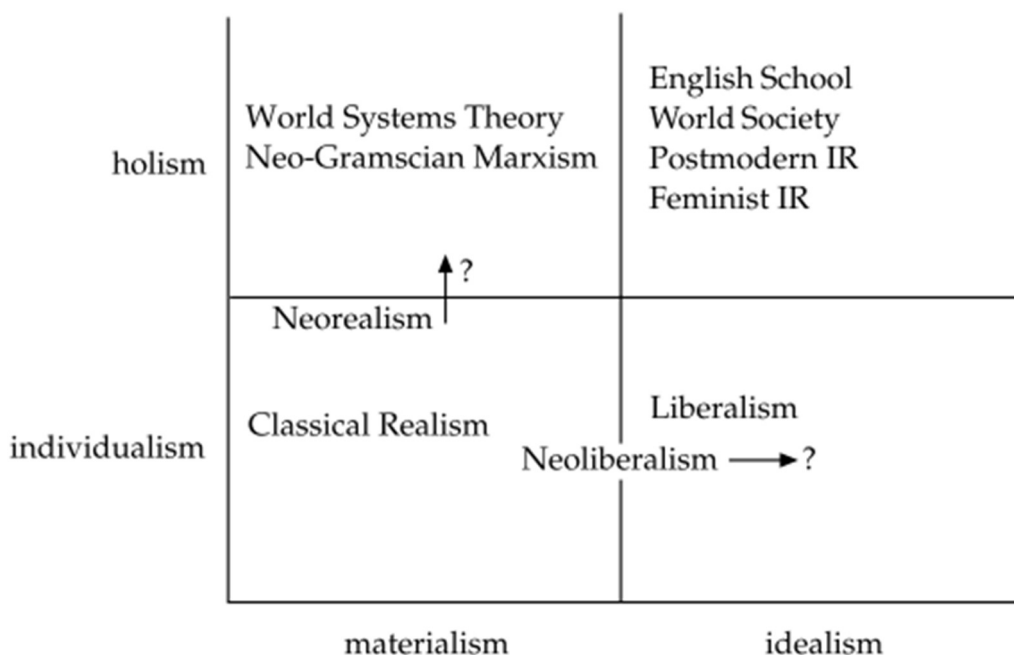
Construtivismo é uma maneira de estudar relações sociais – quaisquer tipos de relações sociais. Enquanto desenha uma variedade de outras formas de estudar tal amplo e complexo objeto, ele mantém-se como um sistema de conceitos e proposições. Construtivismo não é uma teoria como tal. Ele não oferece explicações gerais para o que pessoas fazem, por que sociedades diferem, como o mundo muda. Ao invés disso, o construtivismo torna factível teorizar sobre assuntos que pareciam não ser relacionados porque os conceitos e proposições normalmente utilizados para falar de tais assuntos também não são relacionados²⁶ (ONUF, 1998).

Alexander Wendt (1999, p. 31) considera como construtivista as teorias que mesclam holismo e idealismo, conforme o quadro abaixo:

²⁵ Political integration is the process whereby political actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties, expectations and political activities toward a new centre, whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states. The end result of a process of political integration is a new political community, superimposed over the pre-existing ones (HAAS, 2004, p. 16).

²⁶ Constructivism is a way of studying social relations--any kind of social relations. While it draws from a variety of other ways of studying such a broad and complex subject, it stands on its own as a system of concepts and propositions. Constructivism is not a theory as such. It does not offer general explanations for what people do, why societies differ, how the world changes. Instead, constructivism makes it feasible to theorize about matters that seem to be unrelated because the concepts and propositions normally used to talk about such matters are also unrelated (ONUF, 1998).

Figura 5 - Quadro Teórico sobre o Construtivismo



Fonte: (WENDT, 1999, p. 32).

Considerado como a terceira via entre as perspectivas racionalistas e "relativistas" (ADLER, 1997), o Construtivismo é uma teoria social em que "o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formulado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material" (ADLER, 1999). O papel das ideias, das interpretações, dos discursos e a intersubjetividade são centrais nesta abordagem. Adler explica que:

A realidade intersubjetiva, portanto, existe e persiste graças à comunicação social. O mundo social é "intersubjetivo" porque nós vivemos nele [...] compreendendo outros e sendo compreendido por eles" (SCHUTZ, 1964:10). A noção de Karl Deustch de comunidades de segurança - grupos de pessoas que compartilham um ambiente comunicativo e, conseqüentemente, compartilham valores, responsabilidades (um "sentimento do nós") e confianças mútuas - se aproxima da ideia da intersubjetividade. Assim como Benedict Anderson, ao chamar as nações de "comunidades imaginadas" (ANDERSON, 1991). As "comunidades imaginadas" não são apenas a soma das crenças de um grupo nacional; a despeito da existência física dos indivíduos, elas existem em símbolos, práticas, instituições e discursos. Elas são reais sob a perspectiva de suas conseqüências para o mundo subjetivo dos membros da comunidade, tanto quanto para o mundo físico. (ADLER, 1999, p. 213).

A visão teórica expressa por Wendt em sua obra *Social Theory of International Politics* vai de encontro às teorias materialistas e racionalistas por reconhecer a importância da intersubjetividade e identidade dos atores, que são expressas através das ideias, cultura e, tal como Karl Deutsch, dá importante ênfase à linguagem e às comunicações:

Como agentes percebem o mundo é importante na explicação de suas ações, e eles possuem sempre um elemento de escolha na definição de suas identidades e interesses. Entretanto, em adição ao idealismo, um elemento-chave do construtivismo é o holismo ou estruturalismo, a visão de que estruturas sociais tem efeitos que não podem ser reduzidos aos agentes e suas interações. Entre esses efeitos está a modelagem de identidades e interesses, que são condicionados por formações discursivas – pela distribuição de ideias no sistema – assim como por forças materiais [...] ²⁷ (WENDT, 1999, p. 137-138; grifo meu; tradução minha).

Tratando-se especificamente da identidade, Wendt não considera a cultura como um setor ou esfera da sociedade distinta da economia ou da política. Além disso, a abordagem construtivista apresentada por Wendt indica que as identidades coletivas (que são um dos elementos constituintes dos interesses expressos pelos Estados) podem conduzir para mudança estrutural, que pode ser direcionada para diversos objetivos, como para a integração, por exemplo. Wendt infere que

[...] se interesses são criados a partir de ideias, então processos discursivos de deliberação, aprendizado e negociação são potenciais veículos para política externa e mesmo para mudança estrutural que estaria sendo negligenciada por uma abordagem materialista ²⁸ (WENDT, 1999, p. 134-135, grifo meu, tradução minha).

Quando subdivididos os três possíveis níveis de análise dentro do campo das Relações Internacionais conforme o neorealismo estrutural de Kenneth Waltz ²⁹ (o primeiro nível como o que considera os Sistema Internacional e suas diversas unidas políticas; o segundo nível como o estatal e sua burocracia interna e o terceiro o nível individual), o construtivismo consegue, enquanto instrumental teórico, ser flexível para analisar cada nível. Ribeiro destaca que

Assim, chega-se ao “Terceiro Nível” que assume as tais “burocracias” como o sistema e desvela os “indivíduos” que as compõem como unidades. Nesta dinâmica é interessante notar uma preocupação com as pessoas que fazem as burocracias funcionar, que efetivamente as constroem, definem o que podemos chamar de seu mandato, suas regras, seu *modus operandi*. **Para o construtivismo essa noção é fundamental para compreender como as regras sociais são operacionalizadas em**

²⁷ How agents perceive the world is important in explaining their actions, and they always have an element of choice in defining their identities and interests. However, in addition to idealism, a key feature of constructivism is holism or structuralism, the view that social structures have effects that cannot be reduced to agents and their interactions. Among these effects is the shaping of identities and interests, which are conditioned by discursive formations – by the *distribution* of ideas in the system – as well as by material forces [...] (WENDT, 1999, p. 137-138).

²⁸ [...] if interests are made of ideas, then discursive processes of deliberation, learning, and negotiation are potential vehicles of foreign policy and even structural change that would be neglected by a materialist approach (WENDT, 1999, p. 134-135).

²⁹ Abordagem manifesta no livro *Man, State and War*.

instituições stricto sensu e tornam-se referências, manuais, instrumentos e objetos de conhecimento para a vida em sociedade. Isso não deixa de ser observado também nos demais níveis, mas aqui há uma clareza que precisa ser transportada para a análise dos demais. (HOLLIS & SMITH apud RIBEIRO, 2003, grifo meu).

Conforme explicado por Onuf (1998), o construtivismo por si só não se constitui como uma teoria, e sim como um sistema de conceitos e proposições. Dessa maneira, não está entre os objetivos do presente trabalho compará-lo com as demais teorias frequentemente utilizadas para o estudo das Relações Internacionais, e sim relacionar com apuro os instrumentais necessários para este estudo.

A primeira relação útil para esta análise, aspecto crucial e muito debatido nas Ciências Sociais, é a relação e a antecedência ontológica entre estrutura e agentes. Diferente do neorealismo estrutural, no qual o comportamento dos Estados é explicado pela relação entre a estrutura internacional (anárquica e antecedente aos atores) que constrange o comportamento destes atores (Estados), considerar-se-á a noção defendida pelos autores construtivistas de que há uma co-construção entre agentes e estrutura, da qual o intermédio entre essas duas partes é realizada por “regras” socialmente construídas. Tais regras “(...) ditam quem são os participantes ativos numa sociedade. Construtivistas chamam tais participantes de agentes³⁰.” (ONUF, 1998, tradução minha). Assim,

“O Construtivismo sustenta que pessoas fazem a sociedade, e a sociedade faz as pessoas. Isso é um processo contínuo de duas vias. A fim de estudá-lo, precisamos começar pelo meio, por assim dizer, porque pessoas e sociedade, sempre tendo feito a si próprios, já estão lá e prestes a mudar. Pelo motivo da necessidade, começaremos pelo meio, entre as pessoas e a sociedade, introduzindo um terceiro elemento, regras, que sempre ligam os outros dois elementos. Regras sociais (o termo regra inclui, mas não está restrito às regras legais) realiza o processo pelo qual pessoas e sociedade constituem-se a si próprios continuamente e reciprocamente.” (ONUF, 1998)³¹.

Ao definir a concepção de “sociedade de estados” ou “sociedade internacional”, Hedley Bull, pensador muito estudado pela Escola Inglesa de Relações Internacionais, afirma que

³⁰ Conforme explicado por Onuf, “agência” seria uma condição social na qual agentes representam pessoas que agem para o interesse de outras pessoas. Como exemplo, o autor cita que “(...) o governo de um país é uma coletividade e uma construção social. De acordo com as regras relevantes, tais pessoas agem, conjuntamente e em várias combinações, em nome desse país como uma coletividade muito maior de pessoas (ONUF, 1998);

³¹ Constructivism holds that people make society, and society makes people. This is a continuous, two-way process. In order to study it, we must start in the middle, so to speak, because people and society, always having made each other, are already there and just about to change. To make a virtue of necessity, we will start in the middle, between people and society, by introducing a third element, rules, that always link the other two elements together. Social rules (the term rules includes, but is not restricted to, legal rules) make the process by which people and society constitute each other continuous and reciprocal.” (ONUF, 1998).

Existe uma “sociedade de estados” (ou sociedade internacional) quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns. Se hoje os estados formam uma sociedade internacional é porque, reconhecendo certos interesses comuns e talvez também certos valores comuns, eles se consideram vinculados a determinadas regras no seu inter-relacionamento, tais como a de respeitar a independência de cada um, honrar os acordos e limitar o uso recíproco de força. Ao mesmo tempo, cooperam para o funcionamento de instituições tais como a forma dos procedimentos do direito internacional, a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como os costumes e convenções da guerra (BULL, 2002. p. 19, grifo meu).

Munido dessa definição de “regras”, e aplicando-a no plano internacional acima descrito por Bull, Onuf também afirma que

“Relações entre países – relações internacionais – constituem um mundo por direito próprio. É um mundo autocontido pelo simples motivo de que cobre a Terra, mas ainda é nada mais é do que um mundo de nossa criação – uma sociedade de sociedades relativamente autossuficiente (ONUF, 1998).³²

Partindo da concepção de “regra”, pode-se concluir que a anarquia internacional, apesar de comprovada empiricamente no atual sistema de Estados³³, não é dele natural nem imutável, uma vez que é resultante dos valores e das práticas da sociedade internacional inserida neste dito sistema. O padrão destes valores e práticas é sintetizado por Bull como a “ordem internacional”.

Ademais, é possível realizar o segundo elo entre as visões teóricas tradicionais e construtivistas, especificamente quando vincula-se “regra” com a noção de regimes internacionais elaborada por Stephen Krasner, definida como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão nos quais a expectativa de atores convergem numa determinada área de interesse” (KRASNER, 1982, p. 185, tradução minha). Tais regras, para Krasner, podem ser interpretadas como variáveis intervenientes autônomas que afetam o comportamento dos Estados e seus resultados. E são justamente tais regimes (formalizados ou não através de acordos, tratados e instituições internacionais) a pedra fundamental da possibilidade de cooperação e integração regional entre Estados.

³² Relations among countries – international relations – constitutes a world in its own right. This is a self-contained world for the simple reason that it covers the earth, but it is still nothing more than a world of our making – a society of relatively self-contained societies (ONUF, 1998).

³³ Uma vez que não há uma forma de poder capaz de constranger pela força os atores a ponto de determinar seu comportamento no sistema.

Por fim, como complemento às supracitadas explicações sobre o construtivismo, é possível compreender os pressupostos construtivistas através do quadro abaixo, que compila de maneira simplificada os aspectos ontológicos, epistemológicos, axiológicos e metodológicos da abordagem construtivista:

Tabela 2 - Tabela Teórica sobre o Construtivismo

Estrategia Metodológica Cualitativa	
Supuestos	Paradigma Constructivista
Ontológicos ¿Cuál es la naturaleza de la realidad?	La realidad es subjetiva y múltiple
Epistemológicos ¿Cuál es la relación entre el investigador y aquello que investiga?	El investigador está inmerso en el contexto de interacción que desea investigar. Se asume que la interacción entre ambos y la mutua influencia son parte de la investigación
Axiológicos ¿Qué papel juegan los valores en la investigación?	El investigador asume que sus valores forman parte del proceso de conocimiento y reflexiona acerca de ello (<i>reflexividad</i>)
Metodológicos ¿Cuáles son los procedimientos que se utilizan para construir la evidencia empírica? ¿Cómo se relacionan lógicamente con el resto de las etapas del diseño?	-Sensibilidad e importancia otorgada a los conceptos y categorías emergentes, de forma inductiva, a lo largo de todo el proceso de investigación, como así también a los conceptos sensibilizadores que orientan la mirada del investigador -Múltiples factores se influyen mutuamente -Diseño flexible e interactivo -Se privilegia el análisis en profundidad y en detalle en relación al contexto

Fonte: BORDA, Pablo et al (2017)

A configuração da política internacional após 1945, reforçada pelo contexto pós-Guerra Fria, evidencia a criação e institucionalização de pactos e acordos (no caso, regimes formalizados de maneira positivada, com respaldo no direito internacional) comerciais e políticos como consequência direta do atual processo de globalização e interdependência complexa. Simultaneamente, esses processos de interdependência política e comercial foram gradualmente adquirindo abrangência regional, de maneira que o regionalismo adentrou na política externa dos atores e também nas pesquisas dos estudiosos da área. Louise Fawcett sintetiza a emergência do regionalismo da política mundial da seguinte maneira:

Embora a experiência europeia tenha sido central para a história do regionalismo, história e práticas contemporâneas demonstram que esse não é o único exemplo a ser usado. Estados da América do Sul foram os primeiros defensores do regionalismo seguindo suas independências no século XIX; na última parte deste século, o regionalismo sul-americano fundia-se com um amplo pan-americanismo; o século XX viu a emergência de bandeiras regionalistas da Comunidade Europeia, depois da União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte – modelos que foram amplamente imitados em outros lugares. No século XXI, Estados africanos sob o guarda-chuva da União Africana adotam esquemas integrativos ainda mais elaborados e que tem sido inovadores, por exemplo, na adoção do princípio de “Responsabilidade de Proteger” incorporado no artigo 4º do Ato Constitutivo da União Africana (mesmo antes de sua adoção final no Documento Final da Cúpula Mundial das Nações Unidas de 2005). Mais recentemente organizações no Oriente Médio [...] parecem ter seguido o exemplo, adotando políticas intervencionistas em resposta aos eventos da chamada Primavera Árabe. Em todo o mundo, Estados líderes são ativos na promoção do regionalismo e a maioria dos Estados na maioria das partes do mundo são membros de múltiplas organizações (FAWCETT, 2012, p. 2, tradução minha).³⁴

O regionalismo, assim, pode ser estudado por todas as vertentes teóricas aqui citadas (Realismo, Teoria Liberal, Construtivismo) e, como constado abaixo, também pelas teorias que emergiram na América Latina a partir da Cepal.

1.3. Contribuição Latino-Americana: o estruturalismo da Cepal

É importante citar, entretanto, que o processo de globalização e interdependência é também estudado a partir de lentes críticas. em especial quando se relaciona o processo de globalização recente ao fim da adoção de políticas macroeconômicas keynesianas em favor das políticas oriundas do chamado “Consenso de Washington”, que o interpretam como um processo de manutenção da estrutura e do *status quo*. Uma dessas análises críticas parte das teorias do Sistema Mundo, cujas raízes intelectuais partem “da sociologia clássica, da economia

³⁴ Though the European experience has been central to the story of regionalism, both history and contemporary practice show that this is not the only example to draw upon. South American states were early advocates of regionalism following their independence in the nineteenth century; by the latter part of the century South American regionalism was fused with a wider pan-Americanism; the twentieth century saw the emergence of the flagship regionalisms of the European Community, later the European Union and the North Atlantic Treaty Organization – models which were widely imitated elsewhere. In the twenty first, African states under the umbrella of the African Union, foster ever more elaborate integrative schemes and have been path-breakers, for example, in their adoption of the principle ‘Responsibility to Protect’ which was embodied in article 4(h) of Constitutive Act of the African Union (even before its final adoption in the United Nations World Summit Outcome Document of 2005) Most recently organizations in the Middle East [...] appear to have followed suit, embracing interventionist policies in response to the events of the so-called Arab Spring. Worldwide, leading states are active in the promotion of regionalism and most states in most parts of the world are members of multiple organizations (FAWCETT, 2012, p. 2).

política marxiana e do pensamento dos dependentistas³⁵” (CHASE-DUNN, 2007, p. 1, tradução minha)³⁶.

A perspectiva da teoria do Sistema Mundo profere a impossibilidade de se estudar a história mundial sem levar em consideração uma totalidade na qual a dispersão do sistema capitalista (partindo da Europa em direção às outras partes do mundo através do colonialismo, imperialismo e neocolonialismo) tem como força motriz o avanço e o acúmulo de capital, e seu resultado é a estruturação global em termos de centro e periferia, tal como no pensamento cepalino clássico. Tal relação não pode ser abstraída de qualquer análise, pois demonstra as consequências da divisão internacional do trabalho na qual “(...) correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais” (PREBISCH, Raul, 1949, p. 47). Chase-Dunn complementa a explicação sobre a relação entre centro e periferia ao afirmar que

A maioria dos estudiosos dos sistemas mundiais afirma que deixar de fora a dimensão centro/periferia ou tratar a periferia como inerte são erros graves, não apenas por razões de completude, mas também porque a capacidade dos capitalistas centrais e seus Estados de explorar recursos e trabalho periféricos tem sido um fator importante para decidir os vencedores da competição entre os concorrentes centrais. E a resistência à exploração e dominação montada pelos povos periféricos desempenhou um papel poderoso na formação do desenvolvimento histórico das ordens mundiais. Assim, a história mundial não pode ser adequadamente entendida sem atenção à hierarquia centro/periferia³⁷ (CHASE DUNN, 2007, tradução minha).

No que concerne à presente dissertação, todo o supracitado debate – e vinculando-o com as noções sobre globalização – é importante pois este trabalho, conforme explicado na sua introdução, o mundo não é imutável por estruturas políticas, econômicas ou sociais rígidas, de modo que “não é possível entender a história da mudança social sem levar em conta tanto as estratégias e tecnologias dos vencedores quanto as estratégias e as formas de resistência dos

³⁵ Conforme explicado por Christopher Chase-Dunn, “as abordagens dependentistas emergiram na América Latina na década de 1960 em reação à modernização das teorias do desenvolvimento, e atribuíam as dificuldades do desenvolvimento do sul global ao legado da longa histórica de colonialismo e também das relações internacionais de poder contemporâneas (CHASE DUNN, 2007).

³⁶ The intellectual history of world-systems theory has roots in classical sociology, Marxian political economy, and the thinking of the *dependentistas* (CHASE-DUNN, 2007, p.1).

³⁷ Most world-systems scholars contend that leaving out the core/periphery dimension or treating the periphery as inert are grave mistakes, not only for reasons of completeness, but also because the ability of core capitalists and their states to exploit peripheral resources and labor has been a major factor in deciding the winners of the competition among core contenders. And the resistance to exploitation and domination mounted by peripheral peoples has played a powerful role in shaping the historical development of world orders. Thus world history cannot be properly understood without attention to core/ periphery hierarchy. (CHASE-DUNN. 2007).

que tem resistido à dominação e exploração³⁸ (CHASE-DUNN, 2007, tradução minha).
Simultaneamente,

O que finalmente mudou a maré a favor dos países do norte (ou pelo menos de alguns) não foi a globalização estrutural como tal, mas a globalização ideológica. De quando se materializou em cerca de 1980, a globalização ideológica consiste de duas prescrições distintas, mas intimamente relacionadas: uma prescrição doméstica, que defendia a eliminação da herança do New Deal³⁹ nos Estados Unidos e do estado de bem-estar social na Europa ocidental; e uma prescrição internacional, que defendia o fim do estado desenvolvimentista no terceiro (e segundo) mundos (ARRIGUI, 2007, p. 1)

A dominação e exploração supracitada por Chase-Dunn é tema central do pensamento político-econômico marxiano, e os autores dessa vertente também interpretam a dinâmica centro-periferia através de conceitos como imperialismo. Lênin considera que o capitalismo se transformou em imperialismo a partir do predomínio de trustes, cartéis e formas de monopólio na estrutura econômica da sociedade, em especial a partir do século XX.

Assim, os principais estágios na história dos monopólios são os seguintes: (1) 1860-70, o estágio mais alto, o ápice do desenvolvimento da livre concorrência; o monopólio está no estágio embrionário, quase imperceptível. (2) Após a crise de 1873, um longo período de desenvolvimento de cartéis; mas eles ainda são a exceção. Eles ainda não são duráveis. Eles ainda são um fenômeno transitório. (3) O boom no final do século XIX e a crise de 1900-03. Os cartéis se tornam uma das fundações de toda a vida econômica. O capitalismo foi transformado em imperialismo⁴⁰ (LÊNIN, 1917, tradução minha).

Por cartel, Lênin considera que “[...] cartéis acordam os termos de venda, datas de pagamento, etc. Eles dividem mercados entre si mesmos. Eles fixam preços. Eles dividem os lucros entre várias empresas, etc.”⁴¹ (LÊNIN, 1917) Essa perspectiva é fundamental para situar a condição dependente da América Latina enquanto fornecedora de matéria-prima aos centros

³⁸ It is not possible to understand the history of social change without taking into account both the strategies and technologies of the winners, and the strategies and forms of struggle of those who have resisted domination and exploitation (CHASE-DUNN, 2007).

³⁹ Programa político posto em prática pelo presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt entre 1933 e 1939 para contornar a crise econômica e reduzir o massivo desemprego nos Estados Unidos da América. É considerado um dos grandes exemplos de políticas macroeconômicas keynesianas.

⁴⁰ Thus, the principal stages in the history of monopolies are the following: (1) 1860-70, the highest stage, the apex of development of free competition; monopoly is in the barely discernible, embryonic stage. (2) After the crisis of 1873, a lengthy period of development of cartels; but they are still the exception. They are not yet durable. They are still a transitory phenomenon. (3) The boom at the end of the nineteenth century and the crisis of 1900-03. Cartels become one of the foundations of the whole of economic life. Capitalism has been transformed into imperialism (LÊNIN, 1917).

⁴¹ “[...] cartels come to an agreement on the terms of sale, dates of payment, etc. They divide the markets among themselves. They fix the quantity of goods to be produced. They fix prices. They divide the profits among the various enterprises, etc.” (LÊNIN, 1917).

financeiros e industriais (predominantemente China, Estados Unidos da América e União Europeia) e, paralelamente, a produção intelectual dos primeiros trabalhos da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), tal como a colaboração do argentino Raúl Prebisch que, através da verificação da deterioração dos termos de troca, comprovou a competitividade ilusória da América Latina em relação aos centros financeiros, contradizendo as teses de vantagens competitivas defendidas pelo ideário liberal. Rosa Luxemburgo complementa o raciocínio ao afirmar que

Na era imperialista, o empréstimo estrangeiro desempenhou um papel importante como um meio para os jovens estados capitalistas adquirirem independência. As contradições inerentes ao sistema moderno de empréstimos externos são a expressão concreta daquelas que caracterizam a fase imperialista. Embora os empréstimos externos sejam indispensáveis para a emancipação dos estados capitalistas em ascensão, eles ainda são os laços mais seguros pelos quais os antigos estados capitalistas mantêm sua influência, exercem controle financeiro e exercem pressão sobre os costumes, política externa e comercial dos jovens estados capitalistas. Eminentemente canais para o investimento em novas esferas de capital acumuladas nos países antigos, tais empréstimos ampliam o escopo para a acumulação de capital; mas, ao mesmo tempo, restringem-no criando nova competição para os países investidores⁴² (LUXEMBURGO, 1913).

Verifica-se, destarte, que as estruturas arquitetadas pelo sistema capitalista podem ser interpretadas como resultado do inevitável ciclo de expansão do capital explicado por Marx. A presente estrutura da economia global foi criada no término das Primeira e Segunda Guerras Mundiais (1914 – 1945, que podem ser caracterizadas como um conflito das potências industriais europeias por áreas de influência e por mercado consumidor (expansão do capital)). Essa cadeia de acontecimentos históricos que resultam na implementação e internacionalização de práticas imperialistas através de crises econômicas e guerras – ou seja, relaciona-se com os principais objetos de estudo das Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica – é muito bem explicada por Rui Mauro Marini com a sua interpretação da “integração imperialista dos sistemas de produções”, no qual

A consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional não ocorre de forma tranquila. No curso de sua evolução terá que passar por um período extremamente difícil, que se abre com a guerra de partilha colonial de 1914,

⁴² In the Imperialist Era, the foreign loan played an outstanding part as a means for young capitalist states to acquire independence. The contradictions inherent in the modern system of foreign loans are the concrete expression of those which characterise the imperialist phase. Though foreign loans are indispensable for the emancipation of the rising capitalist states, they are yet the surest ties by which the old capitalist states maintain their influence, exercise financial control and exert pressure on the customs, foreign and commercial policy of the young capitalist states. Pre-eminently channels for the investment in new spheres of capital accumulated in the old countries, such loans widen the scope for the accumulation of capital; but at the same time they restrict it by creating new competition for the investing countries (LUXEMBURGO, 1913).

avança com a desorganização imposta ao mercado mundial pela crise de 1929 e culmina com a guerra pela hegemonia mundial de 1939. A economia que emerge deste processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto do que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a integração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação (MARINI, 2013, p. 52-53).

Foi a partir desse contexto histórico que se definiu o acordo de Bretton Woods para regulamentar as relações econômicas e a Organização das Nações Unidas para ordenar as relações de poder. Para além do campo econômico, essa estrutura influencia também o aspecto social (em suas mais diversas manifestações) das periferias, pois guia políticas públicas promovidas por estas através da execução de reformas que a médio ou longo prazo não resolvem as demandas das sociedades periféricas. Pelo contrário, beneficiam (e no contexto capitalista é natural que assim seja) a expansão do capital.

A América Latina fornecera matéria prima no período colonial (necessária até a atualidade para a industrialização europeia), depois convertera-se em mercado consumidor para os produtos industrializados europeus. Somente após a crise de 1929 a industrialização começara a se tornar uma política conduzida pelo Estado na América Latina, ainda que com objetivos de substituição de importações.

Os teóricos vinculados à Cepal, criada pelo Conselho Econômico e Social da União das Nações Unidas (Ecosoc), centrando seus estudos nos conceitos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, interpretaram a industrialização como alternativa adequada, ainda que tardia, para o crescimento econômico e aumento da renda na região, pois esta seria uma via para reduzir as assimetrias causadas pela Divisão Internacional do Trabalho resultante da relação entre os países industrializados (centro) e não industrializados (periferia), possibilitando a projeção de um pensamento latino-americano voltado para a superação das assimetrias e defendendo a consolidação de uma burguesia nacional, reduzindo a dependência por capital estrangeiro. É graças aos estudos da Cepal que os pensamentos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, para citar dois autores de colossal relevância, tornaram suas teorias consolidadas e essenciais para o diagnóstico dos panoramas histórico e econômico da América Latina. Sobre a influência do capital estrangeiro, Carlos Eduardo Martins infere que

O capital estrangeiro se dirige aos países dependentes para explorar diretamente a sua capacidade de trabalho e transfere lucros e dividendos para suas sedes nacionais e para as zonas mais competitivas da economia mundial, de onde podem apoiar-se aos sistemas de ciência e tecnologia, e na proteção estatal para gerar novos produtos e processos que lhes garantam o domínio sobre a fronteira tecnológica mundial e a liderança nos processos de acumulação. [...] O papel exercido pelo capital estrangeiro se apresenta ciclicamente: os períodos de entrada e de crescimento econômico ampliam de maneira provisória a elasticidade da balança

de pagamentos e propiciam saltos tecnológicos, mas estes são mais do que compensados pelos períodos de crise, que restabelecem os déficits anteriores com maior profundidade. [...]. **Isto gera a tendência ao endividamento externo crescente e ao estancamento relativo do capitalismo dependente**⁴³. (MARTINS, 2011. p. 32, grifos meus).

Esse processo especulativo de capitais estrangeiros na América Latina exacerba-se quando as políticas neoliberais convergentes com o Consenso de Washington, na década de 1980, impactam a região de modo que as desregulações setoriais e a preocupação exclusiva com o crescimento econômico ditaram os rumos econômicos da América Latina após as transições democráticas posteriores aos regimes ditatoriais dos países, e ampliaram as desigualdades socioeconômicas de suas populações.

A estrutura centro-periferia, destarte, impõe à América Latina a necessidade de superação de desafios crônicos e históricos de ordem socioeconômica, como a concentração de renda, a dependência externa de capitais, as flutuações de preços das commodities que resultam na falta de autonomia para a condução de políticas macroeconômicas.

Dessa forma, os processos de integração regional que eclodem na América Latina apresentam-se como alternativa para remodelar as estruturas históricas cristalizadas pelo desenrolar da expansão do capital ou, pelo menos, para servir como resistência a pressões exógenas em prol de uma autonomia regional. Por ser um fenômeno simultaneamente global, mas que respeita os contornos regionais, a integração regional pode ser conduzida como instrumento de reorganização social que envolve novos e tradicionais atores do sistema internacional e cujos objetivos podem vir a ser – a depender das vontades políticas destes atores – a complementaridade econômica necessária para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento de toda a região.

A relação entre teoria e realidade é um aspecto importante do desenvolvimento da presente dissertação. Até mesmo as exposições teórico-metodológicas de Karl Marx, cuja essência fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, considera o papel das ideias como central no desenvolvimento da sociedade humana ao afirmar que

⁴³ El capital extranjero se dirige a los países dependientes para explotar de forma directa su fuerza de trabajo y transferir ganancias y dividendos a sus sedes nacionales y a las zonas más competitivas de la economía mundial, donde puede apoyarse en sistemas de ciencia y tecnología, y en la protección estatal para generar nuevos productos y procesos que le garanticen el dominio sobre la frontera tecnológica mundial y el liderazgo en los procesos de acumulación. [...] El papel ejercido por el capital extranjero se presenta cíclicamente: los períodos de entrada y de boom económico amplían de manera provisoria la elasticidad de la balanza de pagos y propician saltos tecnológicos, pero éstos son más que compensados por los períodos de crisis, que restablecen los déficits anteriores con mayor profundidad. [...]. Esto genera la tendencia al endeudamiento externo creciente y al estancamiento relativo del capitalismo dependiente (MARTINS, 2011. p. 32).

[...] para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. (MARX, 2008 p. 260).

Desse modo, como será verificado nas considerações finais desta dissertação, o arcabouço teórico que envolve os temas da dependência da América Latina é crucial para a devida análise e interpretação da realidade regional, conforme ficou evidente nas entrevistas realizadas.

1.4. Universidades enquanto atores

Desde o final da Segunda Guerra Mundial a interdependência entre tradicionais e novos atores na política internacional e fenômenos socioeconômicos de caráter transnacional aumentaram as variáveis e os critérios no processo decisório dos Estados e dos governos, e dentre estes fenômenos constam a ascensão do regionalismo, a consolidação de blocos econômicos, a cooperação e a integração regionais. É nesta seara de assuntos que se inserem os temas gerais da presente pesquisa, e para o seu estudo é necessário utilizar instrumentos teóricos que diferem da ontologia racionalista citada anteriormente. Desse modo, a definição dos principais conceitos para a caracterização do sistema internacional diferirá, naturalmente, da visão do pensamento clássico das Relações Internacionais, uma vez que estes serão complementados por abordagens contemporâneas úteis para a explicação do fenômeno social aqui estudado, componente de uma das facetas da integração regional na América do Sul: como as academias de Relações Internacionais argentina e brasileira estudam, interpretam e avaliam o Mercosul. Busca-se, aqui, defender a noção de que na atual configuração do sistema internacional (com novos atores sendo reconhecidos por abordagens não racionalistas) as universidades podem ser compreendidas como um ator internacional, de maneira que tornam válidas as análises de suas produções acadêmicas e que possuem o potencial de interferir na construção das identidades dos atores políticos e, assim, influenciar interesses e ações políticas.

O arcabouço teórico-metodológico construtivista pode ser utilizado porque os pressupostos da presente análise são de que regiões são socialmente construídas (HURRELL, 1995, p. 25), que o neutro e completo afastamento entre objeto de análise e observador não é factível (visão que vai de encontro ao racionalismo positivista) e que os valores, as ideias, a

linguagem, a cultura e fatores da política doméstica dos Estados moldam os interesses dos atores (WENDT, 1999, p. 31), concordando que, no longo prazo, é possível mudança de e na estrutura do Sistema Internacional. Isso elimina automaticamente a possibilidade de se trabalhar utilizando o realismo porque seu reducionismo impede a verificação de qualquer outro ator além do Estado no sistema internacional.

A perspectiva desta dissertação converge com a visão de Deutsch quando este trata especificamente dos acadêmicos (e, indiretamente, do papel das universidades) ao afirmar que

As classes intelectuais e profissionais por comum eram membros marginais das elites dos países onde viviam. Eram os pares dos aristocratas e dos grandes comerciantes em questão de educação, mas não em questão de poder ou riqueza. [...] **As classes intelectuais e seus líderes tiveram assim grande importância para o êxito dos movimentos que apontavam à união⁴⁴ ou à separação⁴⁵** (DEUTSCH, 1986, p. 117, grifo meu, tradução minha).

Karl Deutsch também ressalta a relevância dos intelectuais quando relaciona o posicionamento dos acadêmicos e a condução da política de integração em casos por ele analisados:

Um aspecto interessante de alguns dos movimentos de integração era a **relativa solidez de sua base intelectual**: muitos historiadores alemães proeminentes, da segunda metade do século XIX, eram nacionalistas de um tipo ou outro e, em geral, favoreceram a unificação alemã. As classes intelectuais da Itália e dos Estados Unidos de maneira análoga tenderam em conjunto a favorecer a união nacional e outras indicações sugerem que o mesmo aconteceu na Suíça (DEUTSCH, 1986, P. 117, grifo meu, tradução minha)⁴⁶.

Dentre os elementos que contribuem para o estabelecimento de comunidades de segurança amalgamadas⁴⁷ Deutsch destaca a convergência de valores e expectativas, capacidades e processos de comunicação, a mobilidade de pessoas, multiplicidade e equilíbrios

⁴⁴ No caso, união ou separação dos processos de independência da Escócia e das unificações alemã e italiana, três dos diversos casos de integração analisados por Deutsch em sua obra.

⁴⁵ Las clases intelectuales y profesionales por lo común eran miembros marginales de las élites de los países donde vivían. Eran los pares de los aristócratas y de los grandes comerciantes en cuestión de poder o riqueza. [...] Las clases intelectuales, y sus figuras intelectuales líderes, tuvieron así gran importancia para el éxito de los movimientos que apuntaban a la unión o la separación (DEUTSCH, 1986, p. 117).

⁴⁶ Un aspecto interesante de algunos de los movimientos de integración era la relativa solidez de su base intelectual: muchos historiadores alemanes prominentes, de la segunda mitad del siglo XIX, eran nacionalistas de un tipo u otro y, en general, favorables a la unidad alemana. Las clases intelectuales de Italia y de los Estados Unidos de manera análoga tendieron en conjunto a favorecer la unión nacional, y otras indicaciones dispersas señalan que lo mismo sucedía en suiza (DEUTSCH, 1986, p. 117).

⁴⁷ No caso, união ou separação dos processos de independência da Escócia e das unificações alemã e italiana, três dos diversos casos de integração analisados por Deutsch em sua obra.

de negociações, mútua previsibilidade de condutas. Tratando-se da questão dos canais de comunicação, e vinculando-os às universidades, Deutsch destaca que

As comunidades de segurança pluralistas, como seus equivalentes amalgamadas, se beneficiaram com os movimentos intelectuais e as tradições que preparavam o terreno. [...] A comunidade de segurança pluralista entre os países escandinavos foi preparada e fortalecida pelo movimento cultural e político do escandinavismo e a rede de verdadeiras comunicações, negociações e instituições intrinsecamente escandinavas nas esferas social, cultural e científica que se desenvolveram durante o século XIX fizeram-se mais fortes posteriormente⁴⁸ (DEUTSCH, 1986, p. 144, grifo meu, tradução minha).

É possível inferir, portanto, que na obra de Deutsch são expostos elementos sobre a integração em que a universidade e os acadêmicos têm clara e importante função porque, ao preservar e desenvolver conhecimento científico, contribuem para a comunicação (ainda que na linguagem acadêmica) na formação das expectativas das políticas de integração. O autor cita que “ditos vínculos (de comunicação) compreendem sempre pessoas e organizações” (DEUTSCH, 1986).

Haas considera que “Integração é o resultado de decisões específicas por governos agindo em conjunto com grupos políticos relevantes e organizados⁴⁹ (HAAS, 2004, p. 16 e p. 285, respectivamente; grifo meu; tradução minha). Nessa perspectiva, é possível incluir acadêmicos no rol de atores políticos, devido ao fato de o ofício dos acadêmicos ser justamente lidar na constante construção e desconstrução de ideias, conceitos, ideologias (que em tese sustentam os discursos e os atos políticos) e saberes que podem tornar-se partes constituintes (ou mesmo motivadoras) de políticas públicas, em qualquer área do conhecimento. Ademais, são as universidades as responsáveis pela formação tanto dos *policy-makers* quanto da mão de obra qualificada utilizada nos diversos setores técnico-funcionais (partidos políticos, empresas, indústrias e instituições políticas supranacionais) com potencial de promover a dinâmica da integração.

É possível considerar as universidades como atores com potencial influência na condução das políticas públicas dos Estados e, conseqüentemente, na política de integração. Dentre as atividades principais das universidades públicas, além do ensino e da dedicação à

⁴⁸ Las comunidades de seguridad pluralistas, como sus equivalentes amalgamadas, se beneficiaron con los movimientos intelectuales y las tradiciones que les preparaban el terreno. [...] La comunidad de seguridad pluralista entre los países escandinavos fue preparada y fortalecida por el movimiento cultural y político del escandinavismo y la red de verdaderas comunicaciones, negociaciones e instituciones interesandinavas en las esferas social, cultural y científica que desarrollaron durante el siglo XIX se hicieron más fuertes posteriormente (DEUTSCH, 1986, p. 144).

⁴⁹ Integration is the result of specific decisions made by governments acting in conjunction with politically relevant, organised groups (HAAS, 2004, p. 285).

pesquisa científica, são também realizadas diversas modalidades de extensão universitária cujo impacto é direcionado às sociedades locais, tornando-se um importante instrumental de atuação política que as universidades dispõem.

Levando-se em conta os projetos de extensão universitária, a mobilidade docente e discente, as redes e repositórios institucionais interconectados e a cada vez crescente preocupação com sua internacionalização, tais elementos por si só já evidenciariam a vocação internacional das universidades. Ainda assim, o papel das universidades enquanto atores influentes na política internacional e seus temas (como a integração regional) é subestimado. Quando aplicadas para a análise social, as teorias de que tratam a literatura estudada não abordam diretamente a relevância das universidades, ainda que essas sejam instituições centenárias (por vezes mais antigas que muitos dos Estados soberanos do atual sistema internacional⁵⁰), presentes e influentes nos debates sobre políticas públicas e na formação política e intelectual das elites dirigentes dos Estados. Em geral, não são alvos do debate político, apesar de serem um dos ambientes naturais de construção e desconstrução da realidade, princípio básico da dialética que garante à sociedade sua evolução enquanto coletividade através da ciência e da política.

No caso das abordagens previamente citadas (funcionalista e neofuncionalista), o aspecto comum por elas observado é a possibilidade de cooperação e de integração entre os Estados através de funções e do suprimento de necessidades setoriais que demandam capacidades técnicas especializadas. As universidades têm plena capacidade de supri-las pois elas são, por excelência, as responsáveis pelo desenvolvimento técnico e científico da sociedade que está inserida. O neofuncionalismo, entretanto, agrega também a política. As universidades podem, dessa forma, manifestar o *spillover effect*⁵¹ derivado da já existente integração de outros setores, como o econômico, seja através do aspecto funcional quanto político (este último quando da determinação de linhas de suas pesquisas científicas e forma de atuação prática nas comunidades através da extensão universitária, por exemplo).

O construtivismo, por sua vez, ao lidar com o papel crucial da comunicação, da linguagem e da cultura, pode oferecer à universidade uma miríade de campos de atuação, uma vez que a tarefa científica e intelectual, assim como qualquer outra na vida social, deriva da comunicação. Há aí, entretanto, um desafio: a questão do acesso. Desde suas origens

⁵⁰ A título de referência é possível citar a universidade de Al Quaraouiyine, situada em Fez, Marrocos, fundada em no ano de 859.

⁵¹ No caso, os esforços voltados para a integração em um setor específico teria como consequência o transbordamento para outras áreas correlatas, ampliando os efeitos dessa integração.

institucionais, as universidades foram reclusas, e hodiernamente acabam por isolarem-se em suas atividades, por vezes distantes da realidade social em que estão incluídas. Uma possível saída para essa questão pode vir a ser uma nova forma de comunicação, com claros objetivos de difusão da produção intelectual baseada na tecnologia e na garantia de acesso da sociedade aos seus debates, descobertas e construções científicas.

Assim, é possível verificar que a universidade como instituição tem seu potencial e valor para promover políticas públicas (e, portanto, de política externa e de integração regional). Através do ensino, das pesquisas científicas e da extensão universitária (que tem efeito positivo direto nas comunidades locais e arredores das universidades), a atuação das universidades é evidente, sem contar com o impacto econômico de cidades universitárias com o trânsito e estadia de seu corpo docente e discente, que não é objeto deste estudo. Por outro lado, a percepção de sua importância, nos níveis nacional e internacional, é esmaecida.

Na perspectiva de que há múltiplas lentes para compreensão do regionalismo e suas consequências, dentre elas a integração entre os Estados, é seguramente possível analisar tais fenômenos com as perspectivas teóricas aqui utilizadas e também considerar as universidades como instituições que intervêm, direta ou indiretamente, na formação identitária dos agentes que influenciam no processo decisório das políticas públicas (tal como a política externa dos Estados que pode ou não ser convergente com a visão de integração com outros Estados) justamente por conta da natureza socialmente construída dos conceitos-chave que envolvem o processo de integração regional. Essa influência direta ou indireta pode também ser considerada como parte constituinte da noção de identidade regional, muito tratada por acadêmicos que estudam os processos de integração regional. Andrew Hurrell, por exemplo, afirma que

“O debate acadêmico sobre consciência regional dá grande ênfase à linguagem e à retórica, ao discurso do regionalismo e dos processos políticos pelos quais as noções de regionalismo e identidade regional são constantemente definidas e redefinidas, à compreensão compartilhada e ao significado dado à atividade política pelos atores envolvidos. (...) O ressurgimento da questão da identidade regional é um fenômeno ao mesmo tempo subestatal e supra-estatal. A consciência regional e a percepção compartilhada de pertencer a uma determinada comunidade podem apoiar-se em fatores internos, muitas vezes definidos em termos de cultura, história e tradições religiosas comuns” (HURRELL, 1995, p. 27).

Pia Riggirozzi e Diana Tussie, por sua vez, afirmam que

Para as Novas Abordagens de Regionalismo as preocupações foram a construção de regiões e agentes regionais. O foco não era apenas em organizações regionais lideradas por Estados, vistas como importante mas apenas um elemento explicativo do regionalismo, **mas também no processo de regionalização, prosperar a partir de intercâmbios transfronteiriços (informais) entre atores sociais e empresariais**

não estatais. Isso significa, entre outras coisas, que regiões não são tomadas como certas, elas não são espaços geográficos não-problemáticos ou pré-definidos⁵² (RIGGIROZZI; TUSSIE; 2012, p. 7; grifo meu, tradução minha).

Conclui-se, dessa maneira, que as universidades possuem um papel central na formação identitária dos agentes que interferem direta ou indiretamente na formulação das “regras” e na execução de políticas públicas. Desse modo, podem – ou tem potencial quicã ainda pouco explorado – para contribuir na formulação da política externa, em especial a voltada à integração regional.

1.5. Formação da Pós-Graduação na Argentina e no Brasil

Como se deu o desenvolvimento do Ensino Superior na América Latina em seu contexto de inserção internacional dependente? Para se realizar uma breve análise histórica, é importante salientar que o processo de conquista e colonização das colônias submetidas às coroas portuguesa e espanhola é um processo vinculado à reconquista da península Ibérica contra a civilização islâmica. A resistência, e progressiva reconquista, partindo da região das Astúrias até a tomada de Granada, marcam a contínua expansão destas coroas rumo aos seus futuros territórios ultramarinos. Pode-se perceber, portanto, que

Segundo alguns autores, a Conquista da América pode ser entendida como a continuidade daquele processo, tanto que se supõe um novo avanço da fronteira, a incorporação de terras, recursos e mão de obra, e também a expansão do Evangelho e a conversão do outro considerado infiel. Tanto na Reconquista da Península Ibérica, como na Conquista da América, se combinaram interesses comerciais, militares e religiosos. Não só o móvel se encontrava na busca de novas rotas e riquezas – tanto agrícolas quanto minerais –, o espírito de cruzada e o objetivo da evangelização impulsionaram também a expansão ultramarina. Desta maneira, se articularam os interesses públicos da Coroa castelhana, com os particulares – já que a Conquista em grande medida foi realizada por campanhas particulares – e seguida com interesse pela Igreja católica (Atlas latino-americano, p. 131)⁵³.

⁵² For New Regionalism Approaches the concerns were the construction of regions and regional agents. The focus was not only on state-led regional organizations, seen important but just as one element explaining regionalism, but also on the processes of regionalization, thriving out of (informal) trans-border exchanges between non-state social and business actors. This means, among other things, that regions are not taken for granted, they are not unproblematic or predefined geographical spaces (RIGGIROZZI; TUSSIE; 2012, p. 7).

⁵³ Según algunos autores, la Conquista de América puede ser entendida como la continuidad de aquel proceso, en tanto supone un nuevo avance de la frontera, la incorporación de tierras, recursos y mano de obra, y también la expansión del Evangelio y la conversión del otro considerado infiel. Tanto en la Reconquista de la Península Ibérica, como en la Conquista de América, se combinaron intereses comerciales, militares y religiosos. No solo el móvil se encontraba en la búsqueda de nuevas rutas y riquezas —tanto agrícolas como mineras—, el espíritu de cruzada y el objetivo de la evangelización impulsaron también la expansión ultramarina. De esta manera, se articularon los intereses públicos de la Corona castellana, con los privados —ya que la Conquista en gran medida fue realizada por campañas particulares— y seguida con interés por la Iglesia católica. (Atlas latinoamericano, p. 131). Disponível em: <<http://atlaslatinoamericano.unla.edu.ar>>.

Simultaneamente, o processo de expansão da fé cristã através do caráter confessional da dominação colonial é elemento fundamental para compreender a história das instituições de ensino latino-americanas. Lembremo-nos de que a fundação de cada universidade dependia de Bula Papal:

Deve-se mencionar o papel dos jesuítas, com uma gravitação excessiva, às vezes quase de monopólio, sobre a vida intelectual e a formação das elites, tanto na América espanhola como na portuguesa. Como Companhia de Jesus, foram por sua vez declarados sustentadores do sistema e zelosos com sua própria autonomia como ordem e corporação pensante (CASAS, 2007, tradução minha.)⁵⁴.

1.5.1. Caso argentino

Ainda no período colonial, a Coroa espanhola, junto à Companhia de Jesus, instituiu a Universidade Nacional de Córdoba em 1613, sendo esta a primeira universidade argentina. Através da abertura do Colégio Máximo, essa instituição jesuítica lecionava apenas Teologia e Filosofia. Posteriormente, o Papa Gregório XV autorizou a concessão de títulos pela instituição, com ratificação pelo rei Felipe IV da Espanha. Até 1767 a universidade fora organizada pelos jesuítas até sua expulsão pelo rei Carlos III⁵⁵. A partir de então, os franciscanos passaram a administrar a instituição. Kent (1996) explica que “A simbiose entre Estado e Igreja deu origem a instituições que eram simultaneamente públicas e católicas. [...] Com a Independência, os países hispano-americanos romperam dita simbiose, criando instituições públicas e laicas.”⁵⁶

⁵⁴ Debe mencionarse el papel de los jesuitas, con una gravitación excesiva, a veces casi monopólica, sobre la vida intelectual y la formación de las élites, tanto en la América española como en la portuguesa. Como Compañía de Jesús, fueron a la vez declarados sostenedores del sistema y celosos de su propia autonomía como orden y corporación pensante (CASAS, 2007).

⁵⁵ Credita-se a expulsão da Companhia de Jesus pelo alegado envolvimento da ordem com o Motim de Esquilache em 1766. Não apenas a monarquia espanhola promoveu a supressão dos jesuítas, mas também os reinos de Portugal (1759), França (1764), as Duas Sicílias (1767) e Austria-Hungria (1782). Posteriormente, devido à pressão dos monarcas europeus, o Papa Clemente XIV promulgou em 1773 a bula papal *Dominus ac Redemptor Noster*, pondo fim às atividades da ordem, que retornariam apenas sob o papado de Pio VII.

⁵⁶ “La simbiosis entre Estado e Iglesia dio origen a instituciones que eran simultáneamente públicas y católicas. [...] Con la Independencia, los países hispanoamericanos rompieran dicha simbiosis, creando instituciones públicas y laicas” (KENT, 1996, p. 10).

1.5.1.1. Independência Argentina e a fundação da Universidade de Buenos Aires e da Universidade Nacional de La Plata

Conforme explicado acima, a laicização do ensino superior na Argentina ocorreu após sua independência. O contexto europeu posterior à Revolução Francesa e a instabilidade do poder na Espanha abriram margem para insurreições na América Espanhola. Logo após a transição entre Vice-Reinado do Rio da Prata e as Províncias Unidas do Rio da Prata funda-se a Universidade de Buenos Aires em 1821, já com contornos laicos por conta do contexto de republicanismo. Sob a presidência de Julio Roca promulga-se a Lei 1597, ou “Ley Avellaneda”, cujo objetivo era estipular as diretrizes estatutárias das universidades nacionais, de modo a organizá-las em faculdades que dispunham de autonomia administrativa e que respondiam a um reitor e a um Conselho Superior (BUCHBINDER, 2017). Posteriormente, em 1897, funda-se a Universidade Provincial de La Plata que, em 1905, foi nacionalizada e tornou-se a Universidade Nacional de La Plata.

1.5.1.2. Reforma Universitária de Córdoba (1918)

Um importante aspecto da história da universidade argentina (mas que influenciou todo o cenário universitário latino-americano) é a Reforma Universitária de 1918. Protagonizada em Córdoba, a Reforma foi um movimento da juventude acadêmica e seu intuito foi alterar as estruturas administrativas da universidade de modo a ir contra cargos vitalícios e promover a democratização do ensino. Nesse sentido,

A Universidade de Córdoba preservava ainda no início do século XX algumas das características do período colonial. A ligação com os jesuítas e a resistência a mudanças de procedimentos durante o período das lutas pela independência fez com que o conservadorismo fosse uma das marcas principais da Universidade e da cidade (NETO, 2011).

Pode-se dizer que as principais críticas em relação ao arcaico modelo colonial parte da noção de que a universidade implementada na América Latina seguia o modelo napoleônico, enfatizando o ensino para a formação de profissionais liberais com as carreiras médicas e jurídicas, e “não contribuía para consolidar uma sólida consciência nacional, a promover o desenvolvimento da ciência ou a formar adequadamente a classe política” (BUCHBINDER, 2017, p. 21). Kent (1996, p. 12) complementa que “o ideal da universidade como centro de investigação, que se generalizou nos países desenvolvidos durante o século XIX é um fenômeno

muito mais tardio na América Latina”. Os avanços de democratização da estrutura universitária, entretanto, sofreu avanços e reveses durante o período do peronismo, no qual o poder executivo passou a intervir diretamente na autonomia universitária e reduziu o poder de influência dos estudantes. Por outro lado, houve a criação de novas faculdades na Universidade de Buenos Aires, além da implementação da gratuidade e do ingresso direto ao ensino superior, ampliando o acesso da sociedade (BUCHBINDER, 2017).

1.5.1.3. Década de 90 e a Ley de Educación Superior

A década de 90 correspondeu a importantes alterações na estrutura universitária e na consolidação da pós-graduação na Argentina. Uma tentativa de mudança de perfil da universidade veio com a Lei de Educação Superior 24.521 de 1995, com a qual busca-se “uma mudança de modelo do nível de educação superior do napoleônico francês, profissionalizante, ao humboldtiano alemão, com ênfase na produção além da transmissão dos conhecimentos” (SAUTU; WAINERMAN. 2001, p. 20). Sautu e Wainerman (2001, p. 21) explicam que a consolidação e, por consequência, a expansão da pós-graduação na Argentina tem direta relação com a criação de incentivos como o Programa de Incentivo aos docentes investigadores (criado em 1993); o Fondo de Mejoramiento de la Calidad Universitaria (FOMECA), criado em 1995; a Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (ANPCYT), criada em 1996; a Comisión de Acreditación de Posgrado (CAP), criada em 1995; e por fim a criação da Comisión Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (CONEAU), criada em 1996.

1.5.2. Caso brasileiro

Há uma notória diferença entre o caso brasileiro dos demais países da América Latina em termos de data de fundação e de modelo educacional. Analisando-se a história das universidades desde a época colonial, constata-se que há uma diferença muito nítida entre o império espanhol e o português em termos cronológicos e institucionais. Na colônia portuguesa — ao contrário da tradição universitária da América espanhola, então com quatrocentos anos — inexistia ensino superior. Ele vai ter início tardiamente: as primeiras instituições são criadas somente no século XIX: “diferentemente do conjunto da América, o Brasil chegou à independência sem nenhuma universidade”. Enquanto as universidades da Espanha concederam 150 mil diplomas durante o período colonial, Ribeiro estima que apenas 2.500

jovens nascidos no Brasil cursaram a Universidade de Coimbra entre 1577 e 1822 (TRINDADE, 2002, p. 16).

Assim como na situação das independências hispano-americanas, a secularização da universidade torna-se um elemento-chave. No Brasil, o período imperial inaugurou cursos superiores técnicos, especializados, e independentes, no qual o foco era o ensino e não a pesquisa – cursos como medicina, direito, oferecidas por “faculdades” (OLIVEN, 2002). A fundação da primeira “universidade” deu-se apenas em 1920 — a Universidade do Rio de Janeiro, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — e sua estruturação foi, em verdade, a unificação administrativa de faculdades isoladas. Conforme as informações apresentadas pelo site da instituição,

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965. Sua implantação não decorre, todavia, de um processo orgânico de discussão e de amadurecimento, que resultasse na organização de uma entidade à altura dos legítimos anseios da sociedade brasileira. Trata-se, pura e simplesmente, de um ato político e protocolar de justaposição de instituições de ensino superior já existentes: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito, sendo esta última resultante da união de duas outras escolas livres já existentes. Esse vício de origem define a trajetória posterior da Universidade, levando ao estabelecimento de uma cultura burocrática e cartorial, que contamina de maneira profunda sua existência e que, decorridas mais de oito décadas, ainda se constitui obstáculo a um desenvolvimento verdadeiramente republicano (UFRJ, 2017).

O mesmo modelo de incorporação e consolidação ocorreu com a atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das duas universidades brasileiras aqui estudadas:

A história da UFRGS começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia. Assim iniciava também a educação superior no Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito que, em 1900, marcou o início dos cursos humanísticos no Estado. Mas somente em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pelas Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes. O terceiro grande momento de transformação dessa Universidade foi em 1947, quando passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul, a URGS, incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Posteriormente, essas unidades foram desincorporadas da URGS, com a criação, da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria. Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União. (UFRGS, 2019)

De modo similar, a Universidade Federal de Santa Catarina organizou-se com a incorporação de institutos previamente autônomos:

A UFSC foi criada com o nome de Universidade de Santa Catarina, em dezembro de 1960. Originou-se de sete faculdades isoladas, que inicialmente a compuseram, com a adição de uma nova. Foram elas, em ordem de data de fundação: Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Serviço Social, Medicina e Engenharia Industrial (UFSC, 2019).

A pós-graduação, por sua vez, foi pensada e implementada durante o Regime Militar. Já em 1965 o Parecer Newton Sucupira⁵⁷ definiu os aspectos teóricos de como deveria ser organizada a pós-graduação no Brasil, além de estipular o modelo estadunidense como principal referência. De acordo com o relatório,

A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. Mas, além destes interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária (Parecer CFE nº 977/65)⁵⁸.

Foi também nesse contexto que a Reforma Universitária de 1968, na forma da Lei 5.540/68, que ficou instituído o modelo de organização universitária a níveis administrativo, institucional e educacional. Assim, é “neste cenário de reforma do ensino superior que ocorre a constituição da pós-graduação, fazendo com que ela passe a ocupar papel importante na reconfiguração desde nível de ensino.” (ALVES, OLIVEIRA, 2014, p.359). É importante destacar o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de múltiplas versões do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para a consolidação e expansão da pós-graduação no Brasil.

⁵⁷ Parecer nº. 977 CES/CFE

⁵⁸ Apesar de citar a livre investigação científica, o contexto político da época cerceava o livre pensamento e a liberdade de expressão.

2. Geopolítica da Bacia do Prata, Integração Regional e o Mercosul

Partindo-se, do ponto de vista cronológico, dos primeiros pensamentos integracionistas protagonizados pela América Latina pós independência no século XIX à ratificação da União de Nações Sul-Americanas⁵⁹ (Unasul), o tema da integração regional é importante para refletir e compreender a América Latina. Seja por motivos exógenos (como conquistar a independência das metrópoles europeias no passado, ou a busca pela autonomia em relação à atual hegemonia econômica, militar e cultural das grandes potências) ou por motivos endógenos (a busca pelo desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais e das assimetrias entre os países latino-americanos), a cooperação e a integração regional estiveram presentes na agenda de política externa dos países da região e sob diversos modelos, acrescidas de condições históricas, culturais e geopolíticas que facilitam e, simultaneamente, tornam problemática sua concretização. E quando se trata de política externa, é infrutífera sua análise apenas pelo discurso posto, sem a devida caracterização dos partícipes de sua construção conceitual e suas medidas executivas.

Quando se trata do regionalismo manifesto na América Latina, deve-se relacioná-lo com o devido contexto histórico da região e seu progressivo desenvolvimento. Utilizaremos, portanto, a interpretação de Nilson Araújo de Souza, que enxerga os diferentes momentos dos múltiplos modelos de integração regional na América Latina através de “ondas de integração”, das quais o autor conjecturou que “quanto maior é a inserção subordinada da América Latina no contexto da economia mundial, menores suas possibilidades de integração” (SOUZA, 2012, p. 87).

As quatro ondas de integração da América Latina seriam assim resumidas: a primeira, compreendida entre as lutas de independência a Primeira Guerra Mundial, foi fortemente influenciada pelos líderes da libertação colonial (como Simón Bolívar, e José de San Martín, para citar alguns) e fracassou por conta dos conflitos dos caudilhos locais e também pela política estadunidense para a região, a Doutrina Monroe⁶⁰, além da disputa de influência entre Estados Unidos da América e Inglaterra (SOUZA, 2012, p. 89); a segunda onda começa a partir da crise financeira de 1929, no período entre a 1ª e 2ª guerras mundiais, acompanhada pelo impulso da industrialização de países da região que propiciara uma situação favorável à

⁵⁹ A mais recente iniciativa para a integração político-econômica que abrangia toda a América do Sul, atualmente em severa crise por conta da radical alteração de viés ideológico dos atuais governos conservadores não favoráveis à integração latino-americana.

⁶⁰ Diretriz da política externa estadunidense que tinha como objetivo evitar interferência direta de países europeus na América, instigada pelo discurso do presidente James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos da América.

integração pela via econômica, e suportada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) (SOUZA, 2012, p. 94); a terceira onda, por sua vez, teve início na virada da década de 1960 para a de 1970 e assistiu a uma das mais fortes crises econômicas, situação que abriu caminho para importantes movimentos de integração regional na América Latina como a ALADI e mesmo ações para ações de política externa que tornar-se-iam o embrião do Mercosul (SOUZA, 2012, p. 102); por fim, a quarta onde corresponde ao período iniciado nos anos 2000, no qual houve a ascensão de governos de esquerda ou centro-esquerda na maior parte dos países da região, o explícito fracasso das políticas econômicas condizentes com o Consenso de Washington, a recusa da Alca como modelo de integração e o movimento de latino-americanismo (via Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)) em detrimento do pan-americanismo (SOUZA, 2012, p. 113).

De maneira sintética, Araújo descreve as ondas de integração da seguinte maneira:

(...) A primeira corresponde ao período que começa com a independência e conclui na grande crise mundial da primeira metade do século XX – de 1914 a 1945; a segunda inicia com as transformações ocorridas na região durante a grande crise e vai até o esgotamento, em fins dos anos de 1960 e começos dos de 1970, do longo período expansivo de pós-guerra; a terceira corresponde ao declínio dessa onda larga de pós-guerra, cobrindo o período que vai da virada da década de 1960 para a de 1970 até o começo da década de 2000; por fim, a quarta e última deflagra-se no início dos anos 2000 e vigora até os dias de hoje (SOUZA, 2012, p. 87).

Identificados e caracterizados os diferentes momentos históricos que o regionalismo na América Latina se desenvolveu, é mister citar que há aspectos de semelhanças e diferenças entre as diversas instituições internacionais que tem o objetivo de promover a integração na região. No caso, quando se pensa em qualquer arranjo de integração regional, é importante compreender que cada “bloco econômico” ou “instituição” tem seus principais objetivos (por exemplo: comercial, político ou defensivo, para citar algumas alternativas), níveis de institucionalização e abrangência de suas políticas. Para fins de exemplos da América Latina, a Aliança do Pacífico, bloco fundamentalmente comercial criado em 2012, tem como objetivo principal o de reduzir tarifas de produtos para as exportações. Já a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) possui proposta bem diferente do primeiro exemplo, refutando princípios do livre-comércio e preocupando-se com aspectos sociais e culturais, além do político e do econômico. O próprio Mercosul, cujo perfil transita do essencialmente comercial para ampliar sua agenda às demandas políticas e sociais, apresenta objetivos e estrutura que se modificaram através do tempo, conforme verificar-se-á na presente dissertação. Além dos parâmetros supracitados, há também o debate sobre como um determinado bloco

deve operar do seu ponto de vista político e institucional, tais como demonstram as perspectivas intergovernamental e supranacional.

Levando-se em conta os parâmetros supracitados, a América Latina apresenta uma variedade de propostas e modelos de integração regional, de modo que ela se apresenta como um fértil terreno para os estudos de integração regional, ao mesmo tempo que críticos evidenciam uma suposta “ineficácia” em seus modelos, em geral porque dificilmente alcançam seus objetivos – situação relacionada com a inserção internacional subordinada (SOUZA, 2012) –, conforme demonstrado por Andrés Malamud (2013) na defesa de que na região ocorre um regionalismo sobreposto, conforme apresentado no quadro abaixo⁶¹:

Figura 6 - Regionalismo Sobreposto (MALAMUD, 2003)



Fonte: MALAMUD, 2003.

⁶¹ Importante citar que no quadro 7 – oriundo de Working Paper datado de 2013 –, que representa o Mercosul, a Venezuela não foi destacada, ainda que sua controversa adesão ao bloco tenha ocorrido em 2012.

2.1. O passado conflitivo de Argentina e Brasil

O ideal integracionista – ainda que tenha existido paralelamente à inserção internacional subordinada, como visto acima – está no gene da América Latina desde os movimentos de emancipação de suas antigas metrópoles ibéricas no século XIX. Nos casos de Argentina e Brasil, foi após o primeiro quarto do século XX que os dois países deram seus primeiros passos efetivos rumo, primeiramente, à industrialização (muito por conta da influência do contexto da crise financeira de 1929 e das Guerras Mundiais), e posteriormente aos mecanismos de integração regional.

A partir do início do ímpeto de industrialização no Brasil e na Argentina, é importante citar que as diretrizes de política macroeconômica de ambos os países pendeu do “Estado desenvolvimentista”, inaugurado em 1930 (por consequência direta da crise do modelo liberal manifesto através da crise de 1929) para o que se chamou de regionalismo fechado e, posteriormente, aberto, já sob a égide do neoliberalismo da década de 1980, cujos ditames advinham do Consenso de Washington. Quando se trata de um processo de integração regional entre Argentina e Brasil – do qual parte relevante de sua justificativa, em especial quando se trata de Mercosul, é a facilitação do fluxo dos meios necessários à industrialização, como os de capital, trabalho e investimentos –, entretanto, é de suma importância citar o histórico conflitivo destes dois países, que são protagonistas naturais no contexto sul-americano.

Do ponto de vista geopolítico, os atritos entre Argentina e Brasil originam-se desde a formação de suas fronteiras, no contexto de independência de ambos os países (1816 e 1822, respectivamente), devido às disputas territoriais não esclarecidas entre suas antigas metrópoles, em especial as que se referem à bacia do Rio da Prata. A Bacia do Rio da Prata, segunda maior bacia pluvial do mundo, centraliza os rios Paraná, Uruguai e Paraguai, garantindo acesso fluvial ao interior do continente, até a bacia do Rio Amazonas, sendo crucial do ponto de vista estratégico, da segurança e do fluxo de mercadorias. No caso, os distintos processos de independência indicam um princípio de rivalidade que não evoluiu para uma percepção mútua de inimizade, conforme explica Alessandro Warley Candéas:

A Argentina nasceu como projeto americanista – e nessa perspectiva lutou San Martín, libertando Chile, Bolívia e Peru –, antes que propriamente nacional: o Congresso de Tucumán proclamou a independência das “Provincias Unidas de Sudamérica”, e não do “Río de la Plata”. Ao não romper com o sistema monárquico, contrastando com um hemisfério republicano, o Brasil foi percebido como herdeiro da aspiração hegemônica e intervencionista portuguesa no Prata (CANDEAS, 2005, p.4).

É possível verificar essa rivalidade histórica até mesmo na historiografia dos dois países. Por exemplo, a “Guerra da Cisplatina” (visão brasileira) corresponde à “Guerra contra o Império do Brasil” para os argentinos. O passado conflitivo entre Argentina e Brasil pode ser estudado, ao menos pela lente historiográfica brasileira, através da análise das chamadas “Questões Platinas”, que englobam, respectivamente, as Guerras da Cisplatina (1825-1828), do Prata (1851-1852), do Uruguai (1864) e do Paraguai (1864-1870). A própria percepção de ameaça por parte dos argentinos, inclusive, foi um dos fatores de sua unificação, nacional, cujos debates convergiram para dois distintos projetos: unitário (cujo expoente e líder fora Bernardino Rivadavia) e federalista (vertente defendida por Juan Manuel de Rosas) (CANDEAS, 2005).

Evidentemente, interesses econômicos permeiam a questão geopolítica da Bacia do Prata. De quando da colonização da América do Sul, a Coroa espanhola encontrara ouro e prata assim que chegou ao continente, motivando uma agressiva conquista sob os povos nativos que viviam na costa do Oceano Pacífico e já pela segunda metade do século XVI o centro de extração de metais fora Potosí, na atual Bolívia. A Coroa portuguesa, por outro lado, testemunharia o auge da exploração aurífera apenas pelo século XVIII. Até então, bandeirantes desbravavam o interior do continente e, com a unificação das coroas ibéricas, passaram a desconsiderar o Tratado de Tordesilhas e chegara até Assunção (atual Paraguai) e Buenos Aires (atual Argentina). Luiz Alberto Moniz Bandeira (2012, p. 54) discorre que Portugal, após sua secessão da Espanha, encontrava-se em grave situação, uma vez que o porto de Buenos Aires fora fechado para comércio, além de contar com invasões das Províncias Unidas dos Países Baixos tanto no território brasileiro quanto no território angolano, prejudicando o comércio de açúcar e também de escravos. Bandeira afirma que

Com a retomada de Angola e a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, em 1654, só a ocupação de Buenos Aires faltava para que Portugal, assegurando a conexão com Potosí, restaurasse completamente seu complexo comercial e as rotas de navegação do Oceano Atlântico, com a hegemonia sobre o Rio da Prata. E aí o objetivo não era mais apenas o de introduzir escravos africanos, através do porto de Buenos Aires, na América espanhola [...]. O que Portugal almejava era o controle de todo o comércio da região, que, além da prata, já abarcava outras mercadorias, tais como couros, carne-seca e erva-mate (BANDEIRA, 2012, p.56).

Mesmo com a aliança com a Inglaterra, o ataque à Buenos Aires não se concretizara. Entretanto, estabeleceram a fortificação da Colônia do Santíssimo Sacramento, no atual Uruguai, já consolidando as tensões geopolíticas na Bacia do Prata e cujo domínio alternou-se múltiplas vezes entre Espanha e Portugal, quando por fim o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, garantiu posse à colônia espanhola.

O distanciamento político entre unitários e federalistas após a Revolução de Maio (1810) auxilia na explicação da conquista da Banda Oriental do Rio Uruguai ao Brasil. A campanha militar de Artigas, líder federalista da Liga dos Povos Livres, teve como reação uma campanha militar por parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que por fim anexou a chamada Província Cisplatina. A situação escalou para a chamada Guerra da Cisplatina, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Com a revolta dos Trinta e Três Orientais, liderados por Juan Antonio Lavalleja, foi garantida a independência do Uruguai. Francisco Doratioto resume bem o desfecho do conflito, além de destacar a estrutural influência externa na região, no qual

Continuou o impasse militar, pois nem as forças libertadoras conseguiam vencer o Exército Imperial instalado em Montevideu e Sacramento, que se mantinha graças ao fornecimento de víveres e munições pelas belonaves brasileiras, nem as forças brasileiras conseguiam retomar o interior da Cisplatina. A falta de perspectiva para o final da guerra, que prejudicava seu comércio na região, levou a Inglaterra a intervir diplomaticamente e impor a paz às partes em luta, levando o Império e as Províncias Unidas a aceitarem a independência da Banda oriental. Em 27 de agosto de 1828, pela Convenção Preliminar de Paz, surgiu a República Oriental do Uruguai, cuja existência foi garantida perpetuamente por Inglaterra, Brasil e Províncias Unidas (DORATIOTO, 2014, p. 21).

A tentativa de reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata como objetivo político de Rosas foi um processo catalisador para o reconhecimento do Paraguai, além de, na perspectiva do Brasil, uma importante variável geopolítica. Conforme explicado por Moniz Bandeira,

Em 1843, porém, o reconhecimento da independência do Paraguai urgia. A queda de Montevideu em mãos de Oribe, segundo ao governo imperial se afigurava, era iminente, o que consolidaria o fechamento do Rio da Prata, dominadas as duas margens pela Confederação Argentina. O Paraguai, vulnerável em sua posição geográfica, não teria como escapar ao xeque-mate que o governo de Buenos Aires lhe preparava. Sem acesso ao mar, encravado no interior da América do Sul, sua independência dependia da independência do Uruguai. E a independência desses dois Estados, impedindo a nacionalização da Bacia do Prata pela Confederação Argentina, era a chave para a defesa de Mato Grosso, onde se imaginava a existência de ricas jazidas de ouro e de parte de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Também a Bolívia estaria no alvo de Rosas, cuja política americana, visando à reconstituição do Vice-Reino do Rio da Prata, conjugava os interesses dos charqueadores, famintos de terra e de gado, aos anseios da burguesia comercial, empenhada em preservar e estender o monopólio portuário de Buenos Aires. Convém acentuar que o governo imperial se conduzia orientado por essa convicção, a de que Rosas se voltaria para o Paraguai e a Bolívia depois que se apoderasse do Uruguai (BANDEIRA, 2012, p. 126).

Doratioto (2014, p. 35-36) expõe que “a derrota de Rosas, em 1852, afastou o maior obstáculo à ação do Império no Rio da Prata, garantindo-se a livre navegação na região, bem

era obtido o reconhecimento da independência do Paraguai pelo novo governo da Confederação”. Pelo lado argentino, as disputas entre federalistas (liderados por Urquiza) e unionistas (comandados por Bartolomé Mitre) resultou na vitória de Buenos Aires e, por fim, no estabelecimento da República Argentina.

No Paraguai independente e reconhecido pelos vizinhos, o isolacionismo e a estratégia econômica de “estagnação para dentro”, interpretada como “uma opção de isolar o país do mundo exterior como forma de garantir a independência nacional e, ainda, o próprio poder de pessoal deste ditador” (DORATIOTO, 2014, p. 39) ditou os rumos do modelo de desenvolvimento projetado pelo Estado. a consolidação de um governo autoritário no Paraguai protagonizado por José Gaspar de Rodríguez de Francia, em que

A continuidade do desenvolvimento do Paraguai passara a depender, precisamente, da superação de um dos principais fatores que o impulsionaram, como condição essencial à defesa da autonomia política, isto é, o isolamento em que se manteve durante toda a ditadura de Francia. O excedente, que o Estado acuilara, compelia-o a buscar uma saída para o exterior e tentar a conquista, ou, melhor, a reconquista dos mercados de erva-mate, madeira e tabaco, localizados, primordialmente, na Bacia do Prata. E isto impunha uma mudança do *status quo* da região e o estabelecimento do equilíbrio político e militar entre Paraguai e os Estados vizinhos, para garantia do comércio e da navegação. [...] Após a morte de Francia, em 1840, foi que o Estado paraguaio começou a projetar sua sombra sobre a comunidade da Bacia do Prata. [...] Carlos Antonio López, um rico estancieiro, assumiu o governo e, sem modificar o arcabouço econômico e social do país, edificado ao longo da ditadura, reorientou sua política no sentido de abrir espaço externamente, não só intervindo no conflito com Rosas, como procurando contatos diretos com países da Europa e os Estados Unidos, dos quais pretendia absorver os avanços da tecnologia. [...] E o governo de López, já em 1845 assegurava vantagens e privilégios a quem investisse novas indústrias ou processos para o aperfeiçoamento das existentes, realizou então a experiência ímpar de modernização de um país, sem o concurso maciço de capitais estrangeiros, importante apenas tecnologia. [...] López financiou esse notável surto de progresso, sem qualquer empréstimo, apenas com a receita do comércio exterior, que cresceu, extraordinariamente, após a abertura do Rio da Prata à navegação internacional (BANDEIRA, 2012, p. 154-156).

A continuidade do progresso estimulado pelo filho e sucessor de Carlos Antonio López, Francisco Solano López, esbarrou na questão de limite territorial. Enquanto o Paraguai considerava os limites coloniais (que garantiriam, assim, a extensão do seu território até a margem do Rio Branco (no atual Estado do Mato Grosso, Brasil), o então Império brasileiro baseara-se no critério do *uti possidetis*, reivindicando para si o território em disputa. Tais questões constituem o prenúncio da Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai), considerado como o conflito bélico mais violento da América do Sul. No caso, a invasão tanto dos territórios pelo Paraguai reclamados junto ao Brasil quanto a captura dos vapores argentinos

ancorados em Corrientes, sem prévia declaração de guerra, foram o estopim para a guerra em questão (BANDEIRA, 2012). Assim,

A guerra da Tríplice Aliança certamente acelerou a integração do Paraguai – como, aliás, dos demais países da Bacia do Prata – na economia capitalista, à medida que o processo de acumulação de capital, cujo centro mais importante se localizava, àquela época, na Grã-Bretanha, impunha a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas e não capitalistas, substituindo a economia natural pela economia simples de mercado pela economia internacional de mercado capitalista (BANDEIRA, 2012, p. 242).

Essa fase de consolidação dos Estados situados na Bacia do Prata, posterior à Guerra da Tríplice Aliança – e que, posteriormente, conformariam o Mercosul – foi muito bem sintetizada por Francisco Doratioto, ao apontar que

Solucionada a questão de limites entre a Argentina e o Paraguai, foi eliminado o principal motivo de tensão nas relações brasileiro-argentinas. E a própria disputa pela hegemonia no Rio da Prata se viu reduzida a um acompanhamento defensivo entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires sobre as atuações das respectivas diplomacias no Uruguai e no Paraguai. [...] as atenções oficiais brasileiras se voltavam para a exportação de café e para o incremento da imigração europeia de modo a suprir as necessidades de mão de obra da agricultura cafeeira da região sudeste. A Argentina, por seu lado, superada a crise econômica de meados da década de 1870, tinha um contexto econômico internacional bastante favorável como fornecedora de alimentos, passando a privilegiar suas relações com os países europeus, especialmente com a Grã-Bretanha. [...] O Paraguai deixou de ser considerado prioridade por parte das Chancelarias argentina e brasileira, embora continuasse importante para ambas. Já o Uruguai também se beneficiou com a inserção na divisão internacional do trabalho como fornecedor de cereais e carnes, e tornou-se mais estável sua situação política interna (DORATIOTO, 2014, p.59-60).

Observa-se, portanto, que a consolidação dos Estados na Bacia do Prata fora permeada por conflitos sustentados em múltiplos interesses (caudilhos locais, comerciantes portuários, produtores de charque; interesses externos (da Inglaterra e do capital internacional, em especial); e burocracias estatais), além de diferentes visões de mundo (federalismo e unionismo quanto ao modelo de organização política na Argentina; monarquia e republicanismo (respectivamente quanto ao Brasil e Argentina, Paraguai e Uruguai).

2.2. Relações Argentina-Brasil no Século XX

A crise financeira de 1929, com seu impacto de escala global, afetou os motores produtivo de Argentina e Brasil, cujas economias baseavam-se (até hodiernamente) na exportação de produtos agrícolas. Os impactos políticos, nesses dois países, foram estruturais.

No Brasil, a Revolução de 1930 pusera fim à dinâmica de poder imposta pelos republicanos oligárquicos com a ascensão à presidência de Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, ponto fim, do ponto de vista político, à hegemonia da alternância de poder entre paulistas e mineiros; e do ponto de vista econômico, impulsionando o processo de industrialização nacional. Na Argentina, a deposição do presidente Yrigoyen em 1930 e a visita ao Brasil por parte do presidente Justo, ocasião da assinatura de múltiplos tratados de cooperação – pode-se citar, simbolicamente, o Tratado Antibélico e de não Agressão e de Conciliação – adensaram a relação entre os dois países (DORATIOTO, 2014).

Outro importante passo fora dado no contexto da Segunda Guerra Mundial no qual, pelo fato da redução de comércio marítimo entre os dois países com a Europa e com os Estados Unidos, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Comércio e Navegação, que teve como efeito o aumento de fluxos comerciais de manufaturados, do Brasil para a Argentina.

2.3. Pacto ABC

A idealização de um pacto que mitigasse as rivalidades nos países constituintes do Cone Sul permeou os governos nacionais de Argentina, Brasil e Chile desde o período anterior à Primeira Guerra Mundial. Doratioto explica que

[...] o Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem, conhecido como Pacto do ABC, em referência às letras iniciais dos nomes dos três países. Estes, pelo acordo, submeteriam a uma comissão permanente, a ser instalada em Montevideú, controvérsias surgidas entre si, de modo a evitar o recurso das armas (DORATIOTO, 2014, p.98).

Sua articulação, entretanto, encontraria resistências parlamentares em seus respectivos países, vindo a ser novamente pautado apenas com Perón e com o segundo governo de Getúlio Vargas. Ademais, contextualiza-se num momento de reordenamento global que se traduziria na bipolaridade entre os Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cujos efeitos regionais culminariam no pan-americanismo. Essa reconfiguração hemisférica proporcionou o encaminhamento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e, no ano seguinte, na criação da Organização dos Estados Americanos, consolidando a hegemonia continental estadunidense. A política externa promovida por Perón de não alinhamento automático na bipolaridade, adotando a chamada “Terceira Via” foi essencial para o reavivamento das concepções sub-regionais promovidas

pelo Pacto ABC. As resistências brasileiras tanto ao varguismo quanto ao peronismo, todavia, frustrara sua ratificação.

2.4. Governos militares

Apesar da influência estadunidense, pode-se notar uma heterogeneidade na condução das ditaduras argentina e brasileira. No caso, a ditadura argentina (1966-1973) foi interrompida duas vezes, enquanto a brasileira seguiu curso ininterrupto por vinte e um anos, entre 1964 a 1985. Tais diferenças acentuam as incongruências tocantes à condução de suas políticas externas e, conseqüentemente, influenciou para as visões suspeitas recíprocas.

Um dos pontos críticos do histórico conflitivo argentino-brasileiro na segunda metade do século XX foi a questão do Projeto Itaipu, cuja disputa centra-se na questão de melhor aproveitamento hidráulico que a Bacia do Prata proporciona. Para a Argentina, a construção de uma hidrelétrica, apesar de ser direito do país interessado (no caso, Brasil), causaria danos extraterritoriais, afetando assim o aproveitamento argentino do Rio Paraná. Após a apresentação brasileira do projeto, a Argentina advogou contra o mesmo em diversos fóruns multilaterais, alegando que a construção acarretaria para si um aproveitamento hídrico desvantajoso. Seu esforço foi em vão, devido às resoluções e tratados que regulamentam o tema, que defendiam a tese brasileira sobre o litígio: reconhecem o direito brasileiro de livre realização de obras nos trechos do rio sob sua soberania, devendo o Brasil consultar os demais países banhados pelo rio em questão se o empreendimento alterar o regime das águas. Nesse sentido, a construção ocorreu, independente da aprovação ou não do projeto brasileiro pela Argentina. O desfecho do conflito de Itaipu, o Acordo Tripartite (1979), cujos signatários são Argentina, Brasil e Paraguai, torna-se, portanto, um importante passo à aproximação argentino-brasileira. Consolidada através da atuação da diplomacia brasileira na Guerra das Malvinas, entre Grã-Bretanha e Argentina, a aproximação entre Brasil e Argentina atualmente se reflete não apenas nas questões comercial e nuclear, condição primordial para uma possível, ou relativa, cooperação nos assuntos de Defesa.

A dimensão estratégica da cooperação bilateral entre Argentina e Brasil no que tange às tecnologias sensíveis, como a nuclear, consolida uma percepção autonomista na região, em que “o controle oligopolístico do comércio de bens e tecnologias sensíveis, exercido pelos países industrializados, foi, igualmente, um dos principais motivos para que as autoridades brasileiras e argentinas se engajassem, no início dos anos 80, na cooperação nuclear”

(VARGAS, 1997, p. 46). No período, então, celebram-se os convênios de cooperação entre as agências argentinas e brasileiras responsáveis por questões nucleares.

Num contexto de transição civil-militar, desenvolvimento nuclear e Guerra das Malvinas, a busca pela transparência e da redução das percepções de ameaça entre os dois países fora muito importante:

Para os governos civis da Argentina e do Brasil, a retomada da cooperação preexistente encerrava grande simbolismo, pois implicava assumirem plenamente um setor complexo e sensível, onde continuava a existir forte influência e controle militar nos dois países. A democratização trazia consigo maior permeabilidade do sistema político de cada país, tanto devido a fatores internos quanto externos, bem como dava maior legitimidade e exigia maior transparência em suas relações (VARGAS, 1997, p. 48).

Apesar de um passado de rivalidades acerca do desenvolvimento e uso da tecnologia nuclear, Brasil e Argentina viabilizaram, através do Acordo de Guadalajara, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC; sediada no Rio de Janeiro). Devido às dificuldades econômicas e políticas encontradas após a redemocratização dos dois países, a aproximação nuclear da Argentina e do Brasil corroborou para emergência de ambos no novo ordenamento mundial. Principalmente, simbolizou o fim das percepções de desconfiança que imperou no período militar, fazendo-se presente a transparência, vital para processos de integração e cooperação.

Devido à característica pendular da política externa brasileira em relação à Argentina no período militar, encontra-se, além de momentos críticos de suspeição e de clara iminência de conflito bélico, momentos de maior proximidade, anteriores ao processo de cooperação do período da redemocratização. Por exemplo, na década de 1970 foi posto em prática o Projeto Condor, cujas ações mais conhecidas envolvem sequestros, perseguições, torturas e assassinatos motivados pelas tentativas de contenção e restrição de movimentos oposicionistas ao regime militar, ocultação de corpos, dentre outras, que se encaixam no rol dos atentados que violam os Direitos Humanos, constantes na Declaração Universal dos Direitos do Homem ao final da Segunda Guerra Mundial. O Plano foi, assim, utilizado como mecanismo de manutenção da ordem vigente em diversos países da América do Sul, principalmente no Cone Sul.

Além do mais, as intenções brasileiras de alcançar o status de potência regional, conduzidas no período militar brasileiro, agravara ainda mais suas diferenças com a Argentina, que também procurou sua autoafirmação como potência regional ao entrar em guerra com a Inglaterra, no conflito das Malvinas, na tentativa de reafirmar sua soberania perante uma

potência histórica. Entretanto, ao fim da guerra, o resultado foi o completo descrédito das Forças Armadas argentinas e, conseqüentemente, a derrocada do regime militar.

2.5. Transições Democráticas e aproximações estratégicas até a consolidação do Mercado Comum do Sul

Uma vez que as transições democráticas foram realizadas e as relações entre civis e militares redefinidas, o processo de aproximação e cooperação entre Argentina e Brasil tem sido prioritário. Os esforços pela manutenção democrática e cooperação na América do Sul têm gerado resultados positivos, como a consolidação do Mercosul no âmbito comercial, e da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no que tange à segurança regional. Nota-se a atuação do Mercosul como instrumento não apenas econômico, mas também político para a integração Sul-Americana, por envolver não apenas os países membros (quadro ampliado através das inclusões de Venezuela e Bolívia⁶²), mas também seus países associados (Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname). Uma frase que bem simboliza a relação entre a criação do Mercosul e o estabelecimento da democracia na região é “o Mercosul é filho da democracia. Ela dá condições de credibilidade ao diálogo entre os atores. Portanto, o Mercosul tem uma matriz muito nobre, nasce com a democracia e confiança recíproca” (AZAMBUJA, 2012, p. 80).

A superação dos regimes autoritários sob a forma de redemocratização do Estado e das instituições na sub-região do Cone Sul foi acompanhada por um aprofundamento da cooperação e da integração entre os dois países, de modo que a mudança das percepções de suspeições e rivalidades ao alinhamento de expectativas e promoção de mecanismos de confiança mútua eram necessários. Para o presente caso, os mecanismos de confiança mútua serão aqui considerados como “atos bilaterais que tem por fim evitar o surgimento de crises e conflitos, cuja implementação reduz as percepções erradas, além de criar um ambiente transparente, previsível e estável” (WINAND, 2006) O Mercosul, dessa forma, pode ser considerado como um dos resultados destas iniciativas de aproximação estratégica entre Brasil e Argentina:

Uma sequência de acordos determinam mudanças importantes nas relações entre os dois países, com impactos para o conjunto das relações latino-americanas. Os principais são: 1) a Declaração de Iguazu, de novembro de 1985, assinada pelos

⁶² Conforme o site oficial do Mercosul, a Bolívia encontra-se em processo de adesão. Disponível em: < <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/7824/3/innova.front/paises-do-mercotel> >; Acesso em: 19/06/2018.

presidentes Sarney e Alfonsín, que enfatizava, entre outras questões, a importância da consolidação do processo democrático nos dois países e a união de esforços com vistas à defesa de posições comuns em foros internacionais; 2) o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), de julho de 1986, que estabeleceu 24 protocolos setoriais, voltados à integração de setores produtivos específicos; 3) o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de novembro de 1988, pelo qual Brasil e Argentina estabeleceram um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum (BUENO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2014, p. 574).

Inicialmente de caráter comercial e tarifário, o Mercosul foi fundado em 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai através do Tratado de Assunção, que inaugura um processo de transição (que durara até 1994, momento em que o Protocolo de Ouro Preto é ratificado), no qual buscou-se a livre circulação de mercadorias, pessoas e capital, acompanhado por um programa de liberalização comercial com a adoção de uma tarifa externa comum. O artigo 1º de seu texto fundacional exprime objetiva e sucintamente os objetivos centrais do bloco, então em fase de constituição:

[...] Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros da eliminação dos direitos aduaneiros e restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração regional (MERCOSUL, 1991).

O tratado estabelece, além disso, os contornos institucionais do futuro mercado comum. Para este período de transição, a estrutura organizacional foi composta pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo da instituição, com poderes deliberativos composto pelos Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Economia dos Estados Partes; e pelo Grupo Mercado Comum (GMC), que estabelece Subgrupos de Trabalho necessários para as atividades do Mercosul. Por fim, o Tratado estabelece um conjunto de metas e um cronograma de liberalização comercial intra-bloco. Conforme supracitado, o modelo institucional adotado pelos signatários foi exclusivamente comercial (quicá minimamente jurídico, ao prever a adequações jurídicas necessárias ao processo de integração), conforme revelam os subgrupos formados no tratado constitutivo, que constaram conforme abaixo:

Subgrupo 1: Assuntos Comerciais;
 Subgrupo 2: Assuntos Aduaneiros;
 Subgrupo 3: Normas Técnicas;
 Subgrupo 4: Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas com Comércio;
 Subgrupo 5: Transporte Terrestre;
 Subgrupo 6: Transporte Marítimo;
 Subgrupo 7: Política Industrial e Tecnológica;
 Subgrupo 8: Política Agrícola;
 Subgrupo 9: Política Energética;
 Subgrupo 10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas (MERCOSUL, 1991).

Por sua vez, é no Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que o Mercosul adquire personalidade jurídica de Direito Internacional⁶³ e consolida seu organograma institucional, conforme seu artigo 1º, com o acréscimo da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); do Foro Consultivo Econômico Social (FCES) e da Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Uma ampliação das atividades – ou de agenda – torna-se notória já com a criação, ainda que em caráter consultivo, do Foro Consultivo Econômico Social, que “é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais” e “terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum”, de maneira que demandas dos grupos sociais organizados e interessados podem ao menos ser oficializados através das recomendações que versam sobre os mais diversos temas, tais como “proteger e promover a diversidade cultural da região”⁶⁴, ou mesmo de decisões que consideram que “a educação tem um papel fundamental para o fortalecimento e a consolidação da integração regional”⁶⁵. Ainda assim, a estrutura do bloco reflete seu viés comercial no seu artigo 2º, conforme abaixo:

Artigo 1º – A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

O Conselho de Mercado Comum (CMC);
 II. O Grupo Mercado Comum (GMC);
 III. A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
 IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
 V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
 VI. A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). [...]

[...] Artigo 2º – São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental: o Conselho de Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul (MERCOSUL, 1994, grifo meu).

⁶³ Personalidade jurídica de Direito Internacional será aqui interpretado como “uma entidade com capacidade para possuir direitos e deveres internacionais e com capacidade para defender os seus direitos através de reclamações internacionais” (BROWNLIE, 1997).

⁶⁴ Recomendação MERCOSUL/CMC/REC. N. 05/03.

⁶⁵ Decisão MERCOSUL/CMC/DEC N. 33/04.

Como parte da transição entre a agenda puramente comercial para sua abertura social, é importante citar o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) do Mercosul, que defende a noção de que

No contexto atual, o MERCOSUL tem objetivos diferentes aos inicialmente propostos. Os primeiros anos se desenvolveram sob uma concepção de integração regional que ponderava quase exclusivamente os fatores e indicadores de crescimento econômico-comercial. [...] O contexto de integração se transformou e começou a aprofundar a ideia de um projeto estratégico e de caráter integral, para dar lugar à dimensão social. [...] Conceber o MERCOSUL é repensá-lo no âmbito de um projeto político e estratégico, que inclui tanto aspectos de integração econômica-social como aqueles que implicam continuar valorizando as políticas sociais com perspectiva regional, com objetivo de continuar superando o enfoque utilitarista e economicista do bem-estar. (PEAS, 2013; grifos meus).

São também evidências dessa ampliação de agenda e atuação o compromisso democrático do bloco firmado pelo Protocolo de Ushuaia, em 1998; o estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) criado através da Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 45/04, em 2004; a criação do Instituto Social do Mercosul em 2007 e a aprovação do supracitado Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul em 2010. Através de Decisão⁶⁶ do Conselho Mercado Comum, em 2011. Já o Setor Educacional do Mercosul, que se insere no âmbito da Reunião de Ministros do Mercosul (RME). De acordo com publicação da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil,

[...] Criado em 1992, o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) tem por objetivo construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação – legitimamente considerada pelos governos e pelas sociedades como um fator essencial da integração. Os pontos principais do SEM são a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional [...]. (MERCOSUL Social e Participativo – Construindo o MERCOSUL dos Povos com Democracia e Cidadania – 2007, p. 35).

Como será observado na análise qualitativa da presente dissertação, em especial na fase de análise documental das teses e dissertações, a faceta multidimensional do bloco é de grande relevância para o bloco e tem conduzido relevante parcela da produção acadêmica na Argentina e no Brasil.

⁶⁶ MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 12/11.

3. Diagnóstico Geral dos estudos sobre Mercosul: aspectos quantitativos e qualitativos

Este capítulo tem como objetivo realizar a análise dos dados coletados. Para tal, a discussão envolverá simultaneamente as teses e dissertações junto às entrevistas, pois em muitos pontos elas convergem em diagnóstico. As entrevistas, no caso, complementam os resultados da análise dos trabalhos acadêmicos. Ainda que os trabalhos analisados e as entrevistas transcritas estejam anexados junto ao trabalho, foram elaboradas tabelas para melhor visualização no corpo do texto.

O primeiro aspecto a ser levado em consideração é que apesar da metodologia aqui utilizada definir as palavras “Mercosul” e “Mercosur” no título como critério de busca de teses e dissertações, por vezes isso não significou que o trabalho em questão tratasse deste processo de integração regional em si. Citam-se como exemplos os trabalhos que trataram especificamente sobre a Bienal do Mercosul, todas advindas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse fato remonta à outra questão previamente analisada no capítulo anterior: a relevância e autonomia das faculdades e institutos na composição das universidades, que determinam suas respectivas linhas de pesquisa. Não por acaso, tais dissertações partiram das Faculdades de Arquitetura e Educação, e dos Institutos de Artes e Filosofia e Ciências Humanas, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3- teses e dissertações sobre Bienal do Mercosul

País	Universidade	Faculdade / Instituto	Pós-Graduação	Titulação	Ano	Autor	Título
Brasil	UFRGS	Faculdade de Arquitetura	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional	Mestrado	2009	Luis Gustavo Silva	O Empresariamento da Cidade: Porto Alegre e o Caso da Bienal do Mercosul
Brasil	UFRGS	Faculdade de Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Doutorado	2013	Rejane Reckziegel Ledur	Arte Contemporânea e Produção de Sentidos no Ensino da Arte: A Experiência Estética dos Alunos na Bienal do Mercosul sob o Olhar da Semiótica Discursiva
Brasil	UFRGS	Faculdade de Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Doutorado	2016	Gabriela Bom	Discurso e Práticas de Mediação em Espaços Museais no Brasil e na Espanha: Bienal de Artes Visuais do Mercosul, Museo del Prado e Espacio Fundación Telefónica
Brasil	UFRGS	Faculdade de Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Mestrado	2016	Dannilo Cesar Silva Melo	Kovae ta'angá* Escolas Mbyá Guarani na Bienal do Mercosul: Reflexões sobre Educação e Estética Decolonial
Brasil	UFRGS	Instituto de Artes	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais	Mestrado	2005	Gabriela Kremer Motta	Entre Olhares e Leituras: Uma Abordagem da Bienal do Mercosul 1997-2003
Brasil	UFRGS	Instituto de Artes	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais	Mestrado	2008	Paula Langie Araujo	A Imagem do Artista e os Diferentes Públicos. Um Estudo de Caso na 6ª Bienal do Mercosul
Brasil	UFRGS	Instituto de Artes	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais	Doutorado	2011	José Francisco Alves de Almeida	A Especificidade da Arte Pública na 5ª Bienal do Mercosul - Porto Alegre
Brasil	UFRGS	Instituto de Artes	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais	Mestrado	2016	Helena dos Santos Moschoutis	Entre as Tramas do Discurso: A 8ª Bienal do Mercosul e as Políticas da Memória
Brasil	UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	Mestrado	2008	Fernanda Paz Fontecilla Cepeda	De Arte e de Empresários (Ou de como Entra a Lógica Empresarial na Produção Cultural) - Um Estudo Antropológico da 6ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul

Fonte: dados trabalhados pelo autor.

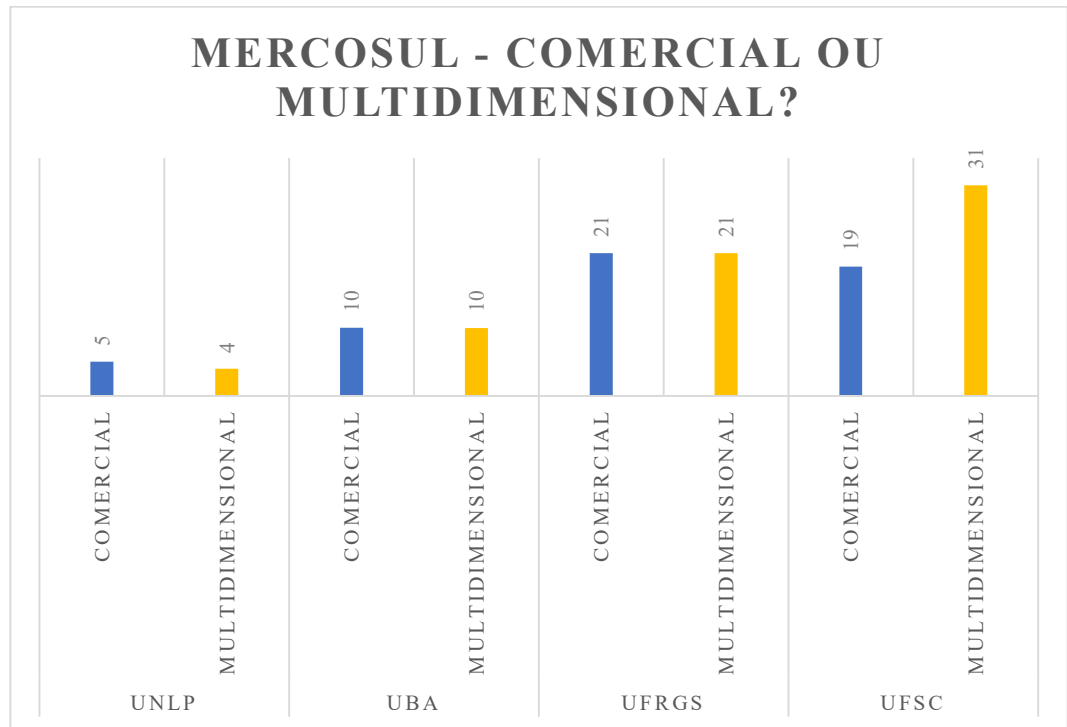
Outro aspecto relevante (e cuja observância se insere nos objetivos da presente dissertação) trata-se do olhar que os estudantes de pós-graduação utilizaram para a análise do Mercosul em seus trabalhos. De maneira abrangente, foram delimitadas duas perspectivas gerais para a análise do bloco: comercial e multidimensional. Essa escolha levou em consideração o que se considera como “duas fases” do Mercosul: a primeira, puramente comercial desde o Tratado de Assunção, e a segunda, derivada do Consenso de Buenos Aires a partir de 2003, a qual afirma, nas vozes dos então presidentes da Argentina e do Brasil, que

[...] Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas que constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. De tal modo, nossos governos se encontram trabalhando para fortalecê-lo a través do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países (DA SILVA, KIRCHNER, 2003)⁶⁷.

Considerou-se aqui a classificação “comercial” para os trabalhos nos quais o foco manteve-se restrito às análises de aspectos comerciais, tarifários, tributários, aduaneiros e monetários. A classificação de “multidimensional” foi aplicada aos trabalhos cujas análises transcendiam os aspectos puramente econômicos e incluíam temas como cultura, saúde, educação, infraestrutura, temas jurídicos, entre muitos outros. Evidentemente as duas perspectivas se complementam, mas o estudo aqui buscou verificar o foco utilizado nos trabalhos. Segue abaixo, portanto, o gráfico com o quantitativo desse item, separado por país e instituição:

⁶⁷ [...] Ratificamos nuestra profunda convicción de que el Mercosur no es sólo un bloque comercial, sino que constituye un espacio catalizador de valores, tradiciones y futuro compartido. De tal modo, nuestros gobiernos se encuentran trabajando para fortalecerlo a través del perfeccionamiento de sus instituciones en los aspectos comerciales y políticos y de la incorporación de nuevos países (DA SILVA, KIRCHNER, 2003).

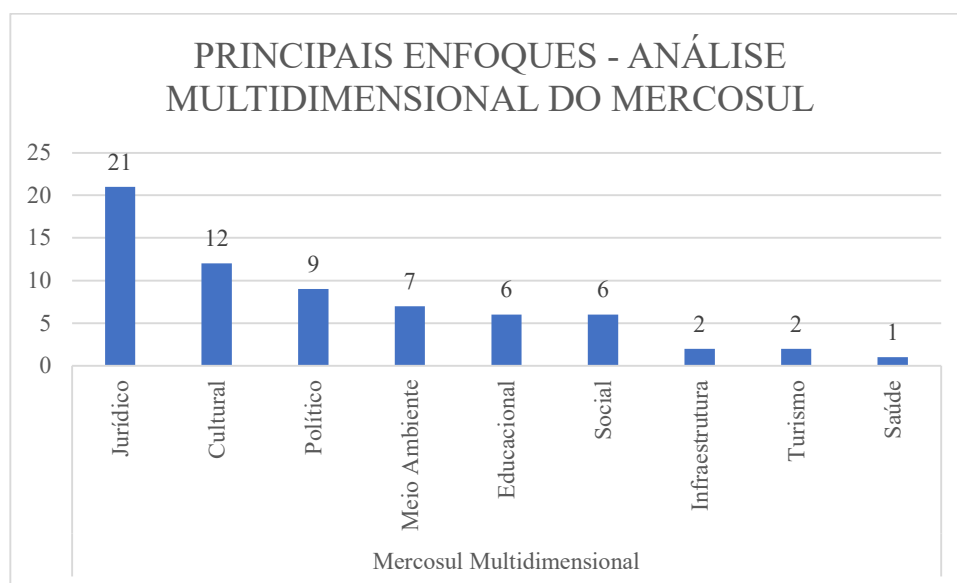
Figura 7 - Mercosul - Comercial ou Multidimensional?



Fonte: dados trabalhados pelo autor.

Observa-se que há relativo equilíbrio de perspectivas na UNLP, UBA e UFRGS. No caso da UFSC, há claro desequilíbrio, de modo houve mais análises do Mercosul em seu enfoque multidimensional. Aprofundando-se nos temas gerais dos trabalhos que enxergam uma integração multidimensional no Mercosul, pode-se observar que os principais eixos temáticos resultam em:

Figura 8 - Principais Enfoques - Análise Multidimensional do Mercosul

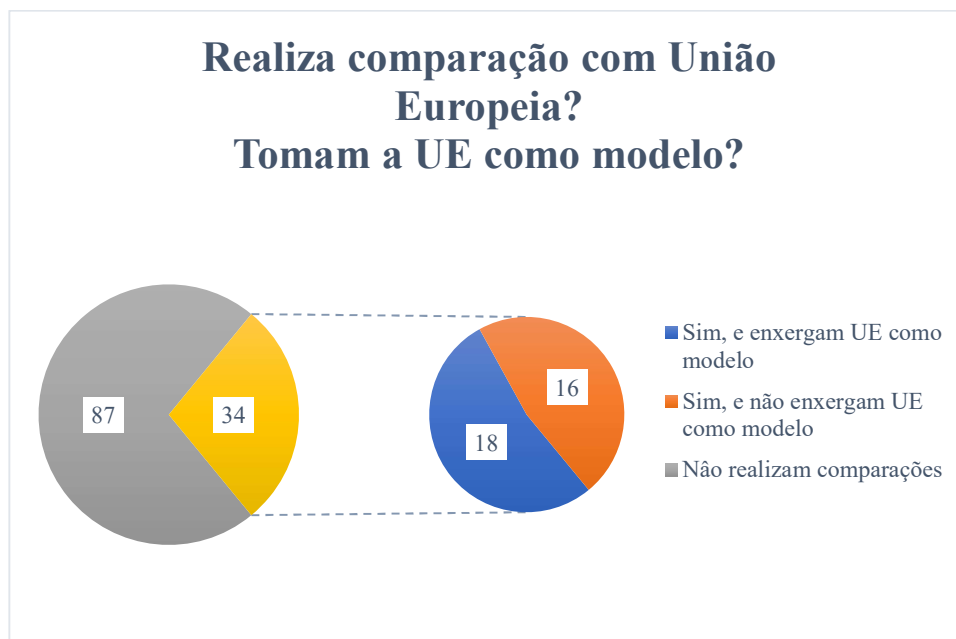


Fonte: dados trabalhados pelo autor.

O gráfico acima evidencia uma forte tendência em fazer análises com enfoque jurídico em relação ao Mercosul. Nos contornos da presente dissertação, isso se explica não apenas porque há programas de pós-graduação em Direito na UFSC e na UFRGS, mas também a academia em geral dedica-se na formulação de propostas para um dos principais desafios do bloco: a harmonização jurídica entre os países signatários. Isso se deve ao fato de que o Mercosul se fundamentou de acordo com uma lógica intergovernamental, no sentido de que os países signatários do bloco tendem a não compartilhar soberania, de maneira que todas as decisões ocorrem apenas quando há consensos, inexistindo um órgão supranacional com poderes para aplicar leis. Assim, mesmo havendo algum procedimento ou norma proposto pelo Mercosul e aceito pelos poderes executivos dos Estados-Partes, há ainda a necessidade de ratificação por parte dos seus respectivos poderes legislativos.

A questão entre uma estrutura intergovernamental ou supranacional orienta a presente análise para próximo item: comparações entre o Mercosul e a União Europeia. A metodologia aqui adotada permitiu verificar como os trabalhos abordam tal comparação:

Figura 9 - Comparações Mercosul x União Europeia



Fonte: dados trabalhados pelo autor.

Pelo fato de ambos serem processos de integração regional, seria natural que houvesse comparações, desde que com o pressuposto de que sejam respeitadas as também naturais particularidades histórias de cada bloco. Ainda assim, pode-se verificar que a maior parte dos trabalhos não realiza comparações entre o Mercosul e a União Europeia, e quando a fazem, não necessariamente a tomam como “modelo a ser alcançado ou copiado”. A crítica da presente dissertação, portanto, reside no fato de haver trabalhos sobre Mercosul cujas metodologias não envolvem comparações, mas que mesmo assim citam o processo europeu e sua estrutura supranacional como modelo normativo. Mais do que isso, citam exclusivamente o caso europeu, desconsiderando outras iniciativas de integração regional (presentes nos continentes africano, americano ou asiático). As entrevistas realizadas muito contribuíram para essa questão, como pode ser verificado a seguir.

Damián Paikin, acadêmico da Universidad de Buenos Aires, considera que (informação verbal)⁶⁸

Há uma variável muito importante que é evitar, ou seja, vamos começar pelo que não se deve fazer: evitar a análise comparativa com o caso europeu, ou pelo menos não assim proposta desde o primeiro momento. Pode-se tomar parcialmente, pode-se tomar aspectos. [...] Parece-me que se pode utilizar a via comparativa com outros processos latino-americanos, é claro. [...] Uma moda tem sido esta da União Europeia,

⁶⁸ Entrevista concedida por PAIKIN, Damián (2019). **Entrevista IV**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

creio que não está tão presente hoje também pela crise própria da União Europeia. Uma é o boom institucional, vendo as instituições no sentido abstrato, vazio, analisando as instituições *per se*, sem entender os processos políticos e culturais que se movem em cada um dos países⁶⁹ (tradução minha).

Sua visão converge com a análise de Alejandro Simonoff (informação verbal)⁷⁰, professor da Universidad Nacional de La Plata, que também se atenta às diferenças institucionais dos blocos, além de ressaltar a necessidade de convergência política no formato intergovernamental do Mercosul:

É certo que há uma espécie de modelo a seguir que é o modelo da União Europeia. Acontece que isso também, obviamente, gera certas tensões porque tem a ver com as próprias tensões que existem na Europa, que é federal e funcionalista. O que buscamos com nossos parâmetros? [...] Os processos de integração na América Latina não contavam com um Plano Marshall, com um mecanismo prévio de negociação de divisão de recursos, digamos, foram coisas que tiveram que trabalhar e construir muito mais. Ademais, algo que é muito demonstrado neste último tempo, mas que eu creio que é um valor importante: o feito que talvez esse tipo de esquema, o caso específico do Mercosul, prioriza também a questão da coordenação política, e isso me parece que é um elemento central, digamos, mais além da questão econômica⁷¹ (tradução minha).

Um importante aspecto das naturais diferenças entre Mercosul e União Europeia, em geral ignoradas nos trabalhos verificados, trata da questão da dependência, aqui muito bem explicada por Nilson Araújo de Souza (informação verbal)⁷²:

A União Europeia, a meu ver, tem uma diferença fundamental em relação aos processos de integração na América Latina: uma coisa é a integração entre países da periferia, entre países dependentes que tem um elemento central: são dependentes. **Isso significa que só conseguem realizar a integração se romper com a dependência.**

⁶⁹ hay una variable muy importante que es evitar, o sea, vamos empezar pelo que no hay que hacer: evitar el análisis comparativo con el caso europeo, o al menos no así planteado desde el primer momento. Se puede tomar parcialmente, se puede tomar aspectos. [...] me parece que se puede utilizar la vía comparativa con otros procesos latinoamericanos, por supuesto. [...] Una moda ha sido esta de la Unión Europea, creo que no está tan presente hoy también por la crisis propia de la Unión Europea. Una es el boom institucional, viendo las instituciones en el sentido abstracto, vacío, analizando las instituciones *per se*, sin entender los procesos políticos y culturales que se mueven en cada uno de los países (PAIKIN, 2019).

⁷⁰ Entrevista concedida por SIMONOFF, Alejandro (2019). **Entrevista V**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

⁷¹ es cierto que hay una especie de modelo a seguir que es el modelo de la Unión Europea. Pasa que eso también, obviamente, genera ciertas tensiones porque tiene que ver con las propias tensiones que existen en Europa, es federal, es funcionalista. ¿Qué buscamos con nuestros parámetros? [...] . Los procesos de integración en América Latina no contaban con un Plan Marshall, con un mecanismo previo de negociación de reparto de recursos, digamos, fueron cosas que tuvieron que trabajar y construir mucho más. Además, algo que es muy demostrado en este último tiempo, pero que yo creo que es un valor importante: el hecho que talvez ese tipo de tramado, en el caso específico del Mercosur, se prioriza también la cuestión de la coordinación política, y eso me parece que es un elemento central, digamos, más allá de la cuestión económica (SIMONOFF, 2019).

⁷² Entrevista concedida por SOUZA, Nilson Araújo de (2017) **Entrevista III**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

[...] Os processos de integração são iniciados, como tem o Mercosul, como tem as várias estruturas, mas pra poder consolidar o processo de integração, não pode ser nos marcos da dependência. **Porque se a economia é dependente, a integração fundamental é com o centro dominante, não é entre os países da periferia entre si. Mas um elemento central que deve ser colocado para poder pensar a integração na América Latina é exatamente a ruptura da dependência.** [...] Então é um tipo de integração nos marcos das disputas entre imperialistas mundiais. É diferente da integração na América Latina (grifos meus).

Fica evidente, portanto, a limitada utilização de correntes teóricas essencialmente latino-americanas para a análise de um processo de integração regional latino-americano⁷³. Tomemos, por exemplo, o caso da vertente teórica decolonial, que foi utilizada em apenas 1 trabalho dos muitos avaliados. Até mesmo a perspectiva da Cepal fora posposta, muitas vezes sendo trabalhadas mais como uma “formalidade” – quase que inserida por obrigação no desenvolvimento histórico e teórico do trabalho – do que no sentido prático de sua utilização para interpretação do contexto estrutural latino-americano. Apesar de os instrumentos metodológicos utilizados não permitirem categorizar de maneira direta cada trabalho verificado e uma teoria de Relações Internacionais, a Teoria Liberal foi, na percepção do autor da presente dissertação, a teoria mais utilizada dentro da amostra de trabalhos coletada, seja por conta dos temas trabalhados, seja pelas bibliografias recorrentemente utilizadas. Acerca desse tema, Karina Lília Pasquariello Mariano (informação verbal)⁷⁴ explica que

o Brasil [...] vem de uma tradição que é uma tradição francesa. Esse é um debate que está em aberto, todo mundo fala “precisamos pensar, precisamos pensar”, mas chega na hora, fica todo mundo reproduzindo os europeus, os americanos, não sai algo de novo. [...] Pelo menos [...] na área das Ciências Sociais, Relações Internacionais. Porque é a tradição que veio pra gente.

Ainda sobre o caso brasileiro, Suzeley Kalil Mathias⁷⁵ (informação verbal) afirma que “a gente fala que quer produzir um pensamento próprio. É diferente da gente produzir esse pensamento próprio.” Convergindo com as duas supracitadas professoras, Alejandro Simonoff (informação verbal⁷⁶) aprofunda o debate relacionando a marginalização do pensamento latino-americano na disciplina de Relações Internacionais e cita a questão do “pertencimento” do campo das RI ao mundo anglo-saxão, elucidando que

⁷³ Todas as entrevistas realizadas na presente pesquisa convergiram nesse ponto. Para mais informações, consultar o apêndice.

⁷⁴ Entrevista concedida por MARIANO, Karina Lília Pasquariello (2017). **Entrevista I.** Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

⁷⁵ Entrevista concedida por MATHIAS, Suzeley Kalil (2017). **Entrevista II.** Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

⁷⁶ Entrevista concedida por SIMONOFF, Alejandro (2019). **Entrevista V.** Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

É como dizer que apareceram as Relações Internacionais como campo e que está presente essa necessidade e essa reivindicação de um pensamento próprio, não? [...]por certo depois dos anos 80, fundamentalmente, sempre houve uma pressão por aqueles que entendem que um pode absorver os modelos desenvolvidos no centro acadêmico, do mundo anglo-saxão fundamentalmente, e tomá-los acriticamente. Essa tensão sempre está presente. Em algumas questões entendo que há uma espécie de disputa a respeito d reivindicação política de Hoffman, não? Quando Hoffmann fez em seu artigo “Relações Internacionais: uma ciência norte-americana”. Creio que isso, mais além da análise de uma reivindicação de pertinência, de quem pertence o campo. E isso é um pouco o que fixam os padrões de discussão. [...] O que acontece é que tudo isso está condicionado com os poderes políticos concretos, digamos. Eu creio que, digamos, o que vem, do mesmo modo que nos anos 90, políticas mais próximas aos Estados Unidos, ao Ocidente em geral, impactou na academia para que esta tivesse certa proximidade mais acrítica em relação à produção intelectual do Norte. Da mesma maneira, os dez ou quinze anos de governos progressistas geraram o efeito contrário. [...] É certo também que não alcançaram a hegemonia do campo, na verdade está muito mais em disputa, me parece⁷⁷ (tradução minha).

É importante notar que Simonoff inclui no seu raciocínio a relação entre o perfil de produção acadêmica advinda das universidades com o momento histórico e político vivenciado na região, contrastando os períodos entre o considerado “regionalismo aberto” e os anos da chamada “onda rosa”.

Damián Paikin (informação verbal)⁷⁸ aborda essa temática de uma maneira holística e histórica, citando o colonialismo cultural que impera na América Latina desde a conquista europeia e, conseqüentemente, desde a institucionalização das universidades no continente. Na sua visão, a questão da elevada quantidade de trabalhos acadêmicos sobre integração regional que tomam a União Europeia como modelo é explicada pelo

colonialismo cultural sobre o qual se funda a universidade latino-americana. Evidentemente o primeiro processo de integração regional definido dessa maneira pelas correntes hegemônicas do pensamento de Relações Internacionais como o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo e isso marca a proeminência histórica, política, cultural e econômica da Europa e da União Europeia nos anos sobretudo 90

⁷⁷ es como decir que aparecieron las Relaciones Internacionales como campo y está esa necesidad y esa proclama de un pensamiento propio, ¿no? Pero que siempre está, por cierto después de los años 80, fundamentalmente, siempre tiene una presión por aquellos que entienden que uno puede absorber los modelos desarrollados en el centro académico, del mundo anglosajón fundamentalmente, y tomarlos acriticamente. Siempre está esa tensión. En algunas cuestiones entiendo que hay una especie de disputa con respecto a la proclama política de Hoffman, ¿no? Cuando Hoffman hice en su artículo “Relaciones Internacionales una ciencia social norteamericana”. Creo que eso, más allá de la análisis es una proclama de pertinencia, de a quien pertenece el campo. Y eso es un poco lo que fijan los patrones de la discusión, [...] Lo que pasa es que todo eso está condicionado con los poderes políticos concretos, digamos. Yo creo que, digamos, lo que viene, del mismo modo que en los 90, políticas más cercanas a Estados Unidos, el Occidente en general y en la región, eso impactó en la academia para que esta tuviste cierto acercamiento más acrítico hacia la producción intelectual del Norte. De mismo modo, los diez o quince años de gobiernos progresistas han generado el efecto contrario [...] Es cierto también que no lograron la hegemonía del campo, en realidad está mucho más en disputa, mi parece.

⁷⁸ Entrevista concedida por PAIKIN, Damián (2019). **Entrevista IV**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

e 2000. Entretanto, mais além disso, creio que evidentemente tem a ver com a forma em que nos formamos na universidade latino-americana, com uma forte impressão, pelo menos na hispano-américa. [...] Na universidade segue sendo a referência euro-ocidental, não? [...] Essa presença do pensamento das principais correntes do pensamento europeu aparece aqui como normativa, como que o que há de se utilizar como marco, e é uma pena porque nós temos um pensamento latino-americano muito desenvolvido e historicamente valioso em termos de história da unidade latino-americana e formas de pensar-se sobretudo em dois conceitos claros, não?: autonomia e desenvolvimento, que não estão no pensamento europeu. O modelo de desenvolvimento não é o problema da Europa Ocidental. [...] Mas é uma diferença muito substancial com a América Latina, de onde a autonomia é a possibilidade de pensar-se a si mesmo para um desenvolvimento com equidade, então o principal problema para mim é esse, que os objetivos são distintos, a forma de pensar-se a si mesmo são distintos e então é importante olhar-nos com os próprios olhos e avaliarmos sobre esse princípio. [...] Propor que o processo de integração tenha característica diferente dos países é sem sentido e que nos põem numa armadilha de buscar nos ver em modelos diferentes, que tiveram êxito porque responderam à sua realidade. Se construímos modelos que respondam às nossas, aí sim veremos indicadores de êxito. [...] Segue-se utilizando o neofuncionalismo, intergovernamentalismo, o construtivismo em alguns casos e teoria das Relações Internacionais adaptadas à integração regional e **eu insisto que aí a teoria da autonomia é mais interessante, a teoria do desenvolvimento é mais interessante. Mas bem, são esses os modelos que estão mais arraigados porque dão vislumbre de seriedade teórica. E isso é algo que deve ser combatido.** A legitimidade das teorias não vem tanto pela sua fase aplicativa, mas porque assim o dizem, porque assim o enunciam. E, bem, deve-se fazer todo o processo de recuperação teórica e também de legitimação acadêmica de alguns pensadores esquecidos, de algumas correntes esquecidas. Por isso digo que seja mais adequado para as sociedades sobre as quais foram pensadas. Talvez para a União Europeia sejam perfeitamente válidas. O tema é que quando estamos olhando outro contexto, necessitamos de outras ferramentas, nem melhores nem piores, simplesmente pensadas para o contexto sobre o qual se organizam ⁷⁹(tradução minha, grifos meus).

⁷⁹ colonialismo cultural sobre lo cual se funda la universidad latinoamericana. Evidentemente el primer proceso de integración regional definido de esta manera por las corrientes hegemónicas del pensamiento de relaciones internacionales como el neofuncionalismo y el intergubernamentalismo y eso marca la preminencia histórica, política, cultural y económica de Europa y de la Unión Europea en los años sobre todo 90 y 2000. Pero más allá de eso creo que evidentemente tiene que ver con la forma en que nos formamos en la universidad latinoamericana, con una fuerte impronta, por lo menos en la hispanoamericana. [...]. En la universidad sigue siendo la referencia euro-ocidental, ¿no? [...] Esa presencia del pensamiento de las principales corrientes del pensamiento europeo aparece acá como normativa, como que lo que hay que utilizar como marco, y es una pena porque nosotros tenemos un pensamiento latinoamericano muy desarrollado y históricamente valioso en términos de historia de la unidad latinoamericana y formas de pensar-se sobre todo en dos conceptos claros, ¿no?: autonomía y desarrollo; que no están en el pensamiento europeo. El modelo de desarrollo no es problema de Europa Occidental. [...] Pero es una diferencia muy sustancial con América Latina donde la autonomía es la posibilidad de pensar-se a si mismo para un desarrollo con equidad, entonces el principal problema para mi es ese: que los objetivos son distintos, la forma de pensar-se a si mismo son distintos y entonces es importante mirarnos con los propios ojos y evaluarnos sobre ese principio. [...] Plantear que el proceso de integración tenga característica diferente de los países es como sin sentido y que nos ponen en una trampa de buscar nos ver en modelos diferentes, que tuvieron éxito porque responderán a su realidad. Se construyamos modelos que respondan a las nuestras, y ahí si veamos indicadores de éxito. [...] Se sigue utilizando el neofuncionalismo, intergubernamentalismo, el constructivismo y en algunos casos teoría de las relaciones internacionales adaptadas a integración regional y yo insisto que ahí la teoría de la autonomía es más interesante, la teoría del desarrollo es más interesante. Pero bueno, son estos los modelos que están más arraigados porque dan visos de seriedad teórica. Y eso es algo que debe ser combatido. La legitimidad de las teorías no vienen tanto por su fase aplicativa sino porque lo dicen, porque lo anuncian. Y, bueno, ahí hay que hacer todo el proceso de recuperación teórica y también legitimación académica de algunos pensadores olvidados, de algunas corrientes olvidadas. Por eso que digo, que sea más adecuado para las sociedades sobre la cual fueron pensadas. Quizá para la Unión Europea sean perfectamente válidos. El tema es que cuando estamos mirando otro contexto necesitamos otras herramientas, ni mejores ni peores, simplemente pensadas para el contexto sobre lo cual se organizan (informação verbal).

Damián Paikin, portanto, debruça-se sobre as questões do desenvolvimento e da autonomia como características específicas da América Latina, reconhecendo-as como essenciais para um pensamento original e necessário para uma interpretação fiel da realidade latino-americana.

Parte-se, assim, para o último aspecto avaliado pelo estudo das teses e dissertações, que se traduziu na sistematização das críticas e das recomendações para o futuro desenvolvimento para o Mercosul. De início, ficou evidente que em nenhum trabalho analisado teve como conclusão a obsolescência do bloco, diagnosticando em suas conclusões mais pessimistas a sua estagnação⁸⁰, em geral atribuída às dificuldades econômicas⁸¹ ou políticas de seus Estados-Partes. Reconhece-se, entretanto, as muitas dificuldades do bloco, dentre as quais podem-se citar principalmente a falta de liberalização econômica intra-bloco; a falta de harmonia jurídica, de políticas macroeconômicas e mesmo de coordenação entre os poderes executivos, que conduzem a atuação exterior dos países que representam. Foi possível verificar inclusive a preocupação com a pauta da preservação do meio-ambiente, negligenciada a nível global. Por outro lado, seus aspectos estratégicos para a inserção internacional da região foi destacada, de modo que não há dúvidas, pelo menos no conjunto de trabalhos aqui estudados, que os acadêmicos de Argentina e Brasil valorizam o potencial estratégico do bloco, mesmo reconhecendo suas limitações, e propõem alternativas cientificamente fundamentadas para a superação destas.

Por fim, ressalta-se um aspecto avaliado nas entrevistas, que também converge com as teses e dissertações analisadas. No caso, questiona-se aos entrevistados quanto ao grau de influência dos acadêmicos de Relações Internacionais no desenvolvimento de políticas públicas na Argentina e no Brasil; e se a academia latino-americana da área tem realmente se esforçado rumo às formulações teóricas originais que levem em conta as especificidades da região. As entrevistas e os trabalhos analisados permitem verificar que o grau de influência dos acadêmicos na esfera política é muito baixo no Brasil e na Argentina. Em ambos os casos, os acadêmicos entrevistados, argentinos e brasileiros, convergem em suas perspectivas. Alejandro Simonoff (informação verbal)⁸² afirma que

⁸⁰ Diagnóstico esse que, conforme pode-se verificar nas entrevistas e também no desenvolvimento histórico do capítulo 2 do presente trabalho, é discutível, dada a relevância do bloco para a estabilidade geopolítica do Cone Sul.

⁸¹ Dificuldades econômicas decorrentes da condição de inserção internacional subordinada, conforme Entrevista III, de Nilson Araújo de Souza, no apêndice da presente dissertação.

⁸² Entrevista concedida por SIMONOFF, Alejandro (2019). **Entrevista V**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

Não (risos). Pelo menos no caso da Argentina é claro que não. [...] Aqui claramente há uma espécie de baixa, digamos. [...] No caso da Argentina, Puig foi criador da primeira carreira de Relações Internacionais, quem pensou o conceito de autonomia, foi chanceler. Isso pareceria o contrário do que estou dizendo, mas me parece que esse foi uma espécie de exceção à regra do que uma confirmação. Igualmente, o primeiro chanceler do processo de redemocratização Argentina também foi um licenciado em Ciência Política, que foi Dante Caputo. Então há participação dos setores acadêmicos, mas me parece que não é o que podemos chamar de uma participação orgânica, mas brotos esporádicos e que dependem de vinculação política. Não porque haja algum respeito pelo que a universidade constrói. Pelo menos no caso argentino eu vejo assim⁸³ (tradução minha).

Quando indagado sobre a influência dos acadêmicos na política externa argentina, Damián Paikin (informação verbal)⁸⁴ alega que

Aí deve-se ver caso a caso. Na Argentina, novamente, nos anos anteriores havia uma relação, digamos, relativamente fluida entre o mundo da academia e o mundo da política exterior, e mediante as cúpulas sociais do Mercosul, mediante espaços de discussão, de alguns conceitos, alguns discursos da academia chegavam ao desenvolvimento da política pública. Hoje em dia me parece que é mais fragmentado. Em algumas áreas, como na área de cooperação pode ser que todo isso se sustente, na área de integração me parece que não, que, por um lado, se impõe o discurso comercial puro, mas ainda sendo o discurso comercial puro tampouco vejo que a academia esteja orientando essas negociações internacionais. Mas sem uma análise precisa, e aqui, bem, também, obviamente na Argentina, eu creio que não haja uma análise precisa de quais são os mercados a se buscar, quais são as vantagens, as desvantagens, qual é o modelo de produção a se sustentar, então me parece que a academia perdeu seu rol de vetor de ideias estratégicas⁸⁵ (tradução minha).

⁸³ No (risos). Pelo menos en lo caso de Argentina eso es claro que no. [...] Acá claramente hay una especie de baja, digamos, ¿no? [...] En caso de Argentina, Puig fue creador de la primera carrera de Relaciones Internacionales, el que pensó el concepto de autonomía fue canceller. [...] Eso parecería contrario a lo que estoy diciendo, pero me parece que eso fue más bien una especie de excepción a la regla do que una confirmación. Igualmente, el primer canceller del proceso de redemocratización en Argentina también fue un licenciado de ciencia política, que fue Dante Caputo. Entonces hay participación dos sectores académicos, pero me parece que no es lo que podemos llamar de una participación orgánica. Sino bien son como brotos esporádicos y que dependen de vinculación política. No porque haya algún respeto por lo que la universidad construye. Pelo menos en el caso argentino yo lo veo así

⁸⁴ Entrevista concedida por PAIKIN, Damián (2019). **Entrevista IV**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

⁸⁵ [...] ahí hay que ver caso por caso. En Argentina, nuevamente, en los años anteriores había una relación, digamos, relativamente fluida entre el mundo de la academia y el mundo de la política exterior, y mediante las cumbres sociales del Mercosur, mediante espacios de discusión algunos conceptos, algunos discursos de la academia llegaban al desarrollo de la política pública. Hoy en día me parece que es más fragmentario. En algunas áreas, como en la área de cooperación puede ser que todo eso se sostenga, en la área de integración me parece que no, que, por un lado, se impone el discurso comercial puro, pero aún siendo el discurso comercial puro tampoco es que veo que la academia esté orientando esas negociaciones internacionales. [...] Pero sin un análisis preciso, y acá, bueno, también, obviamente, en Argentina yo creo que no hay un análisis preciso de cuales son los mercados a buscar, cuales son las ventajas, las desventajas, cual es el modelo de desarrollo a sostener, entonces me parece que la academia ha perdido su rol vector de ideas estratégicas, ¿no?.

Ainda sobre o tema, há evidente convergência no posicionamento das entrevistadas brasileiras. Na visão de Suzeley (informação verbal)⁸⁶, a influência da academia na política externa é

Nenhuma. Zero. Porque a academia no Brasil, historicamente, ela não influencia no governo. Você tem muito pouca relação entre a academia e o governo brasileiro. no Brasil você tem um ou outro acadêmico que é chamado a interferir em alguns momentos muito específicos, e a maioria dos acadêmicos que interferem na política são acadêmicos que já estão nos partidos políticos, não o contrário.

Karina (informação verbal)⁸⁷, por sua vez, explica que

Olha, na minha perspectiva, pelo que eu estudo e pelo que eu trabalho, a visão é que você tem alguns acadêmicos que tem uma forte interação ou com o Congresso ou com o MRE, por exemplo, e aí eles conseguem ter um maior diálogo, uma certa influência. Tem professores acadêmicos que são interlocutores, vamos dizer assim, do governo ou do Estado. Mas se a gente for olhar o grosso da produção, a gente pode dizer que é uma minoria. A gente poderia dizer que é uns 5%, ou até um 10% na melhor das hipóteses, mas eu diria que é uns 5% que tem esse trânsito forte. Agora, a grande maioria não tem influência, não vejo influência da academia na formação de políticas públicas. Mas o diálogo entre a academia e o Estado ainda é muito fraco, eu acho.

Observa-se, na perspectiva de ambas as professoras, que a interlocução existe, apesar de ser insuficiente e que há a necessidade de vínculos políticos prévios. Essa necessidade de vinculação política, que talvez possa viabilizar sua influência na formulação de políticas públicas, é bem pontuada por Nilson (informação verbal)⁸⁸, que nos elucida:

Bem, a influência dos acadêmicos na política externa do Brasil, como em qualquer país, está, a meu ver, condicionada a outros elementos de ordem mais geral que podem favorecer ou complicar essa influência. [...] Então eu vejo que **a postura acadêmica, a influência acadêmica, ela por si só não consegue modificações se não existem elementos na realidade que favoreçam essa modificação** (grifo meu).

Observa-se, destarte, que a originalidade do pensamento produzido na América Latina encontra-se muito aquém do esperado, uma vez que teorias não originalmente pensadas para a região são utilizadas para interpretar sua história e seus fenômenos políticos, como a integração regional. A explicação para essa condição de dependência intelectual se dá porque

⁸⁶ Entrevista concedida por MATHIAS, Suzeley Kalil (2017). **Entrevista II**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

⁸⁷ Entrevista concedida por MARIANO, Karina Lília Pasquariello (2017). **Entrevista I**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

⁸⁸ Entrevista concedida por SOUZA, Nilson Araújo de (2017) **Entrevista III**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

Sob o domínio colonial, a região não esteve em condições de produzir ideias próprias: as importava feitas da metrópole, absorvendo aquelas fornecidas pelos intelectuais que de lá provinham, enviando seus homens cultos, seus letrados, para que as assumam. Isso não muda muito no primeiro século de vida independente. [...] Nas sociedades dependentes da América Latina, ser culto significava estar em dia sobre as novidades intelectuais que se produziam na Europa. A estatura de nossos pensadores se media por sua erudição a respeito das correntes europeias de pensamento e à elegância com que aplicavam à nossa realidade as ideias importadas⁸⁹ (MARINI, 2015, p. 238-239, tradução minha).

Esse importante detalhe é uma das facetas da insuficiente participação civil (nas suas mais variadas formas) no processo de desenvolvimento das políticas públicas, cujas determinações ficam restritas às burocracias estatais, por vezes sem possibilidades de consultas públicas ou mesmo de auditoria cidadã. Quando se avalia a política externa ou, mais especificamente, as políticas dos países aqui estudados – conduzidas no âmbito do Mercosul – na prática, os acadêmicos possuem pouco espaço para intervirem na formulação de estratégias e de políticas de integração, mesmo com a criação de fóruns sociais na estrutura interna do bloco.

⁸⁹ Bajo la dominación colonial, la región no había estado en condiciones de producir ideas propias: las importaba hechas de la metrópoli, ya fuera absorbiendo las que le aportaban los intelectuales que de allá provenían, ya enviando a sus hombres cultos, sus letrados, para que se adueñaran de ellas. Esto no cambia mucho en el primer siglo de vida independiente. [...] En las sociedades dependientes de América Latina, ser culto significaba estar al día en las novedades intelectuales que se producían en Europa. La estatura de nuestros pensadores se media por su erudición respecto a las corrientes europeas de pensamiento y a la elegancia con que aplicaban a nuestra realidad las ideas importadas (MARINI, 2015, p. 238-239).

Considerações Finais

Retomando os objetivos propostos na introdução a presente dissertação, buscou-se ressaltar que as universidades e os acadêmicos possuem capacidades subestimadas para contribuir na formulação das políticas públicas de seus países, no caso Argentina e Brasil. O primeiro capítulo deixou claro que a academia pode ser considerado um importante ator político através da aplicação de teorias de Relações Internacionais pós-positivistas. No caso, estipulou-se a Teoria Construtivista como alternativa viável para esta e futuras análises, uma vez que através de suas lentes é possível considerar que a produção acadêmica tem potencial para influenciar na percepção e na identidade dos atores políticos que tomam decisões políticas. A análise dos dados coletados, entretanto, deixa claro que a realidade impõe como impasse o acesso dos acadêmicos na formulação das políticas públicas, confirmando o fato de que é possível, ainda que atualmente ocorra apenas em casos isolados, em geral dependendo de vinculação política anterior. Também foi revisitado de maneira breve o panorama de criação das universidades e da pós-graduação na Argentina e no Brasil, ressaltando que há grandes diferenças nos aspectos históricos, mas que estruturalmente algumas características são as mesmas, tais como a importância dos departamentos, faculdades e institutos na composição universitária.

Já no segundo capítulo, verificou-se a relevância geopolítica do Mercosul para a estabilidade econômica e democrática do Cone Sul. Para tal, a consolidação dos Estados-Nacionais da Bacia do Prata foi revisitada, para situar o Mercosul na aliança estratégica entre Brasil e Argentina, condição necessária para a redução das desconfianças mútuas, com destaque para as iniciativas de cooperação bilateral e, por fim, para o processo de integração regional.

O terceiro e último capítulo, de viés analítico, permitiu a realização de um trabalho empírico de classificação e sistematização dos dados coletados, sendo possível evidenciar aspectos gerais da produção acadêmica sobre o Mercosul no Brasil e na Argentina. Foi possível, por exemplo, verificar que é a menor parte dos trabalhos produzidos na região sobre o Mercosul que realiza comparações com a União Europeia, e que praticamente metade desses não a tomam como modelo para sua evolução e desenvolvimento. Nota-se que muito dos trabalhos analisados enxergam o Mercosul de um ponto de vista multidimensional e, quando o fazem, tende-se a estudar majoritariamente aspectos jurídicos, culturais, políticos e de meio ambiente. Ademais, foi possível observar a predominância de trabalhos que, dentro do período analisado, se valeu de aspectos considerados pela Teoria Liberal como instrumento de análise. Não é surpresa que

a Teoria Liberal tenha se sobressaído para o exame de um bloco de essência comercial – e ressalto aqui os critérios utilizados para essa classificação: emergência de instituições outras que não apenas o Estado no cenário internacional, a grande relevância dos fluxos comerciais e do direito internacional, num viés analítico mais voltado à cooperação e competição internacional a níveis comerciais e não bélico. Ainda assim, deve-se ressaltar que dentro dos critérios utilizados na presente análise, poucos levaram em conta importantes teorias sociais como o materialismo histórico.

Há também que se destacar múltiplas áreas de faculdades e institutos que desenvolvem pesquisas sobre integração regional e Mercosul: Direito, Relações Internacionais, Engenharia, Educação, Artes, Geografia, Administração, Sociologia, para citar algumas.

Cabe aqui também explicitar os limites da pesquisa. A delimitação das universidades com os critérios utilizados não permitiu levar em consideração a totalidade da produção intelectual das universidades da Argentina e do Brasil, restringindo-se a apenas quatro (UBA, UNLP, UFRGS e UFSC). Ainda assim foi possível catalogar todo o universo de trabalhos disponíveis até o ano de 2018, de instituições públicas e privadas para futuras pesquisas. Grande parte dos dados obtidos através da análise podem ser determinados pela natureza das faculdades de origem dos documentos. Também não foi realizada uma análise aprofundada e individual de cada bibliografia utilizada nos trabalhos, tampouco sistematizar as recomendações de cada trabalho: nem todos fizeram. E mesmo quando deixavam explícitas as suas recomendações para a evolução do bloco, em geral eram sugestões muito particulares a cada tema de pesquisa. Ainda assim, foi possível verificar que dos trabalhos que resultavam em recomendações, muito se sugeriu mudanças para uma estrutura supranacional. Acerca desse debate, pela natureza intergovernamental do bloco, dever-se-ia priorizar o aspecto político dos Estados-Partes, atendo-se ao “processo de construção do bloco”, e não necessariamente ao fim, tal como expõe Damián Paikin (informação verbal)⁹⁰:

A estrutura intergovernamental [...] obviamente dificulta na medida em que necessita de um acordo total de todos os governos, mas de nenhuma maneira hoje o problema do Mercosul é o intergovernamentalismo. O problema do Mercosul é que os governos dos países do Mercosul não querem que exista o Mercosul e não porque tenham uma análise concreta sobre si está bem ou se está mal, mas por um posicionamento que querem referir a suas próprias sociedades, seu lugar no mundo e vincular-se ao mundo. No caso do Brasil, me parece que é claro, digamos. [...] Nem agora neste momento, nem no período anterior, onde também houve problemas e tampouco me pareceu fora o modelo intergovernamental. É um olhar europeu dos problemas. O problema

⁹⁰ Entrevista concedida por PAIKIN, Damián (2019). **Entrevista IV**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires, 2019. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

institucional não define nossa política nem a nível interno, majoritariamente, nem a nível regional⁹¹ (tradução minha)

Sobre a necessidade de se utilizar o pensamento latino americano para interpretar a América Latina, característica destacada nas fases quantitativa e qualitativa do presente trabalho, Nilson (informação verbal)⁹² disserta que:

Boa parte da produção ainda está presa, a meu ver, a estruturas teóricas e estruturas de análises anteriores a essa nova realidade. Por exemplo, muita produção ainda vê o Mercosul, ainda vê o processo de integração na América Latina tendo como referência a União Europeia. [...] E boa parte da produção intelectual sobre a região não leva em consideração essa diferença. Usa como referência o que ocorre na Europa por mais que já tenha produção, que se pode usar, do que eu chamo de pensamento próprio latino-americano. O pensamento próprio latino-americano tem várias vertentes, começa a meu ver lá com Mariategui, depois vem Prebish, Celso Furtado no pensamento estruturalista cepalino, depois vem Teoria Marxista da Dependência. Pensamento próprio não significa que é um pensamento que desconhece a base teórica desenvolvida nos países desenvolvidos. Não. Tem como referência a base teórica, mas considera que tem especificidades na realidade latino-americana e essas especificidades implicam em elaborar categorias próprias para entender essas especificidades. Já tem alguma produção nessa direção, mas eu acho que ainda é insuficiente.

A análise qualitativa da presente dissertação permitiu, assim, considerar três principais eixos que devem permear, do ponto vista teórico-conceitual e metodológico, a análise da realidade social latino-americana: dependência, desenvolvimento e autonomia. Dependência porque “nos momentos de reforço da dependência externa, prevalece na América Latina a desintegração” (SOUZA, 2012, p. 122). Assim, retornando o debate à centralidade temática da integração regional latino-americana, deve-se ter em mente que o êxito de um ou outro processo não necessariamente tem a ver com o modelo de sua estrutura institucional, mas sim com o a possibilidade de mitigar os efeitos da dependência estrutural da região, com o desenvolvimento socioeconômico das populações aqui residentes e com a busca de autonomia que uma inserção internacional não subordinada a interesses, modelos teóricos ou expectativas não condizentes com os verdadeiros problemas da região.

⁹¹ La estructura intergubernamental [...] obviamente dificulta en la medida que necesita de un acuerdo total de todos los gobiernos, pero de ninguna manera hoy el problema del Mercosur es el intergubernamentalismo. El problema del Mercosur es que los gobiernos de los países del Mercosur no quieren que exista el Mercosur y no porque tengan un análisis concreto sobre si está bien o se está mal, sino por un posicionamiento que quieren referir a sus propias sociedades, su lugar en el mundo y e vincular-se al mundo. En el caso de Brasil, me parece que es claro, digamos; [...] Ni ahora en este momento, ni en el periodo anterior, donde también hubo problemas y tampoco me pareció fuera el modelo intergubernamental. Es una mirada europeísta de los problemas. El problema institucional no define nuestra política ni a nivel interno, mayormente, ni a nivel regional.

⁹² Entrevista concedida por SOUZA, Nilson Araújo de (2017) **Entrevista III**. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo, 2017. A entrevista está integralmente disponibilizada no apêndice desta dissertação.

Cabe, por fim, reafirmar a relevância do Mercosul no atual contexto regional. Mesmo do ponto de vista global, as incertezas dos rumos das relações entre os países tem colocado muitos paradigmas em cheque e ressuscitados outros que estavam aparentemente superados, como as políticas macroeconômicas neoliberais e o nacionalismo exacerbado que se manifesta através de xenofobia. Isso impacta diretamente o regionalismo latino-americano, e o grande símbolo desse fenômeno é o esvaziamento da Unasul. Até o momento, ainda que aparentemente “estagnado”, o Mercosul existe. Ele serviu ao seu propósito no curto prazo (aumento das transações comerciais num período de instabilidade econômica); evoluiu adquirindo nova identidade – processo que ainda está em curso – e no atual contexto apresenta-se como única alternativa realmente consolidada de projeção internacional do Cone Sul. Conforme verificado nas entrevistas, o processo está estagnado porque os governos que o compõem também estão. Convém à sociedade civil pressionar para conquistar mais nos espaços de atuação, em especial no atual contexto de claras ameaças ao regionalismo, às democracias sul-americanas e às próprias universidades.

Bibliografia

ADLER, Emanuel. **Seizing the Middle-Ground: Constructivism in World Politics**. European Journal of International Relations. 1997.

_____. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. Lua Nova nº 47. 1999.

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira. **Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais..** Revista Brasileira de Política e Administração. Vol. 30, n.2, p. 351-376, mai/ago. 2014.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRIGUI, Giovanni. **A globalização como um processo histórico e como ideologia**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, nº 1, Ago-Dez. 2007.

AUGUSTYN, Adam *et al.* **New Deal**. Encyclopædia Britannica, inc. 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/New-Deal>>; Acesso em: 27/12/2018.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto. **O reordenamento Sarney-Alfonsín**. In: A América do Sul e a Integração Regional. Brasília: FUNAG, 2012. ISBN 978-85-7631-377-9.

BANDEIRA, Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Paraguai e Uruguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)**. 4ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

BARBOSA, Rubens A. (Org.). **MERCOSUL quinze anos**. São Paulo. Fundação Memorial da América Latina. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BORDA, Pablo *et al.* **Estrategias para el análisis de datos cualitativos**. Herramientas para la investigación social. Serie: Cuadernos de Métodos y Técnicas de la investigación social ¿Cómo se hace? nº2. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires. 2017. ISBN 978-950-29-1602-6.

BRAILLARD, Philippe. **Teorias das Relações Internacionais**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.1990.

BRASIL. **Parecer nº 977/65**. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Brasília: MEC/CEF, 1965. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Parecer-977-1965.pdf>>. Acesso em: 03/05/2019.

BUCHBINDER, Pablo. **Las Universidades en la Argentina: Una Brevíssima Historia**. Voces en el Fénix – La Revista del Plan Fénix. Año 8, núm. 65. Septiembre de 2017. ISSN 1853-8819. Disponível em:

<http://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/numero_pdf/fenix65%20baja_1.pdf>;

Acesso em 28/03/2019.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil**. Contexto Internacional. Vol. 36, n. 2- Jul/dez 2014, p. 549-583. Rio de Janeiro: 2014.

BULL, Heddley. **A Sociedade Anárquica**. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2002.

BURCHILL, Scott. **Theories of International Relations**. Second Edition Revised, Expanded and Updated. Deakin University. 1996.

CASAS, Alejandro. **Pensamiento sobre integración y Latinoamericanismo: Orígenes y Tendencias hasta 1930**. 1ª edición. Bogotá. 2007.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Revista Brasileira de Política Internacional. 48 (I). 2005. p. 178-213.

CHASE-DUNN, Christopher. **Dependency and World-System Theories**. The Blackwell Encyclopedia of Sociology. John Wiley & Sons. 2007. DOI: 10.1002/9781405165518.wbeosd031.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula; KIRCHNER, Néstor. **Consenso de Buenos Aires**. Buenos Aires, 2003.

DEUTSCH, Karl et alli. **Integración y formación de comunidades políticas**. Buenos Aires: INTAL-BID, 1966.

DIEZ, Thomas; WIENER, Antje. **Introducing the Mosaic of Integration Theory: Its Past, Present and Future**. Paper for presentation at the EUSA 8th Biennial International Conference. 2003. March. 27-29. Nashville, TN, Panel 8H.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2ª ed. – Brasília: FUNAG. 2014. ISBN: 978-85-7631-510-0.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. Editora 34. 2004. São Paulo

FAWCETT, Louise. **The History and Concept of Regionalism**. European Society of International Law. Conference Paper Series vol. 2 n.1.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. **As lições de Keynes**. Novos estudos – CEBRAP. São Paulo, n.88, p. 199-205, Dec. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013002010000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Jan. 2019.

FUNAG, 2017. Disponível em: <<http://funag.gov.br/ipri/index.php/component/content/article?id=213>>; Acesso em: 01/07/2017.

GONÇALVES, Williams. Prefácio. In: BULL, Heddley. **A Sociedade Anárquica**. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 4ª edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro. Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Contraponto. 2002.

HAAS, Ernest. **The uniting of Europe: political, social, and economic forces 1950-1957**. University of Notre Dame Press. 2004.

HOFFMANN, Stanely. **An American Social Science: International Relations**. Daedalus, Vol. 106, n. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in contemporary Scholarship. Volume I (Summer, 1977), p. 41-60. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20024493>>; Acesso em: 18/03/2019.

HURRELL, Andrew. **O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. Contexto Internacional**. Rio de Janeiro. Vol. 17, nº 1. Jan/Jun. p. 23-59. 1995.

KENT, Rollin. **Los temas críticos de la educación superior en América Latina – Estudios Comparativos**. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Santiago de Chile, 1996. ISBN 968-16-4698-3.

KOWERT, Paul; KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas. **International Relations in a Constructed World**. M.E Sharpe : Armonk, New York, London, England. 1998.

KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables**. International Organization 36, 2, Spring. Massachussets Institute of Technology. 1982.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Imperialism, the higher stage of capitalism**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/ch01.htm>>; Acesso em: 15/12/2018.

LUXEMBURGO, ROSA. **The accumulation of capital**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1903/misc/stagnation.htm>>; Acesso em: 15/12/2018.

MALAMUD, Andrés. **Overlapping Regionalism, No Integration: Conceptual Issues and the Latin American Experience**. European University Institute. Robert Schuman Center for Advanced Studies RSCAS 2013/20. Global Governance Program.

MARIANO, Karina Lília Pasquariello. **Entrevista I:** Entrevista [nov.2017]. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo: Simpósio de Relações Internacionais, 2017. Entrevista concedida como parte das atividades relacionadas à pesquisa de campo.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **América Latina, dependencia y globalización**. Primera edición. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015. ISBN-13: 978-607-03-0684-6.

MARTINS, Carlos Eduardo; SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y Dependencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho. Caracas. 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** – 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Entrevista II:** Entrevista [nov.2017]. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo: Simpósio de Relações Internacionais, 2017. Entrevista concedida como parte das atividades relacionadas à pesquisa de campo.

MENDES, Pedro Emanuel. **A invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI**.

MERCOSUL. Website do Programa de Apoio ao Setor Educativo do Mercosul. Disponível em: <<http://www.pasem.org/?lang=es>>. Acesso em: 15/07/2016.

_____. **Tratado de Assunção**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa>>. Acesso em: 04/06/2016.

_____. **Protocolo de Ouro Preto**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa>>. Acesso em: 12/08/2016.

MITRANY, David. **A working-peace system. The society for a world service federation**. Quadrangle books. 1966.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo. 2002.

NETO, José Alves de Freitas. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana**. Revista Ensino Superior Unicamp. Edição nº 3, Junho de 2011.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.) Educação Superior no Brasil. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002. ISBN: 85-88468-09-3.

ONUF, Nicholas. **Constructivism: A User's Manual**. 1998.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia. P. 47-111.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. **The rise of Post-hegemonic regionalism. The Case of Latin America**. United Nations University Series on Regionalism, vol. 4. Springer. 2012. ISBN 978-94-007-2693-2 e-ISBN 978-94-007-2694-9.

PAIKIN, Damián. **Entrevista IV: Entrevista** [mar.2019]. Entrevistador: Henrique Neto Santos. Buenos Aires: Facultad de Derecho, 2019. Entrevista concedida como parte das atividades relacionadas à pesquisa de campo.

SAUTU, Ruth; WAINERMAN, Catalina. **La Trastienda de la Investigación**. Ediciones Lumiere S.A; 3ª ed., 2001. ISBN 950-9603-41-4.

SIMONOFF, Alejandro. **Entrevista V: Entrevista** [mar.2019]. Entrevistador: Henrique Neto Santos. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2019. Entrevista concedida como parte das atividades relacionadas à pesquisa de campo.

SÖDERBAUM, Fredrik. **Rethinking Regions and Regionalism**. Georgetown Journal of International Affairs. Summer/Fall 2013, p. 9-18.

SOUZA, Nilson Araújo de. **América Latina: as ondas da integração**. Revista Oikos, vol. 11, n. 1. 2012. Rio de Janeiro. P. 87-126.

_____. **Entrevista III: Entrevista** [nov.2017]. Entrevistador: Henrique Neto Santos. São Paulo: 2017. Entrevista concedida como parte das atividades relacionadas à pesquisa de campo.

TRINDADE, Hélió. **A Universidade numa perspectiva comparativa**. In: TRINDADE, Hélió; BLANQUER, Jean-Michel. (org.) Os desafios da educação na América Latina. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002. ISBN 85.326.2759-5.

UFRGS, 2019. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>; Acesso em: 19/03/2019.

UFRJ, 2017. Disponível em: <<https://ufrj.br/historia>>; Acesso em: 16/10/2017.

UFSC, 2019. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2014/12/ufsc-54-anos-conheca-um-pouco-desta-historia/>>; Acesso em: 19/03/2019.

UNLAR. **Atlas Latinoamericano**. Disponível em: <<http://atlaslatinoamericano.unla.edu.ar/index.php>>; Acesso em: 25/03/2019. ISBN 978-987-1987-79-5.

VARGAS, Everton Vieira. **Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional. 40(1): p. 41-74. 1997.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 2001.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics. Cambridge Studies in International Relations.** Cambridge University Press. 1999.

WINAND, Érica. **A Segurança Internacional na Política Externa do Brasil: Idas e Vindas no Processo de Construção e Consolidação da Confiança Mútua com a Argentina (1985-1994).** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2006.

Apêndices

APÊNDICE A – TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

País	Universidade	Títuloção	Ano	Autor	Orientador	Título
Argentina	LA PLATA	Mestrado	1999	Christian Volpe	Leonardo Gasparini	Integracion Económica y Localizacion de la Actividad Productiva: El caso del Mercosur
Argentina	LA PLATA	Mestrado	2005	Eugenia Claudia Portillo	Fabián Omar Salvioli	Trabajo Infantil - Análisis del trabajo infantil em el Mercosur
Argentina	LA PLATA	Doutorado	2012	María Celia del Valle Martínez de Castro	Oscar Armando Mendoza	El capítulo agrícola em la relación interregional Unión Europea-Mercosur - Las interacciones em la política comercial argentina (1994-2004)
Argentina	LA PLATA	Doutorado	2013	Daniela Inés Monje	Martín Becerra	Políticas del audiovisual em el marco de la integración regional mercosureña. Período 1991-2007
Argentina	LA PLATA	Mestrado	2013	Cecilia Velázquez	Maria Laura Alzúa	Regularización Migratoria em el Mercosur: Evidencia del Programa Patria Grande em Argentina
Argentina	LA PLATA	Doutorado	2015	Ignacio Bartesaghi	Gerardo Caetano	La estrategia de inserción internacional seguida por Estados Unidos y la Unión Europea em América Latina? Impactos para el Mercosur
Argentina	LA PLATA	Mestrado	2016	Gabriel Comparato	Alfredo Conti	El uso turístico del patrimonio jesuítico-guaraní em Mercosur - Una oportunidad de Integración Regional
Argentina	LA PLATA	Mestrado	2016	Silvina Laura Sartelli	Rita Marcela Gajate / Mercedes Botto	La Construcción Ciudadana del Mercosur: Um Enfoque Jurídico
Argentina	LA PLATA	Mestrado	2016	Leila Aparecida Odorizzi	Reinaldo Horacio Kopp	El Comercio Bilateral de Cosméticos entre Argentina y Brasil em el Mercosur entre 2009 y 2013
Argentina	UBA	Mestrado	2000	Alicia Moreno	Graciela Scavone	Alternativas para incorporar la variable ambiental em el Mercosur: Coordinación de políticas em el marco de los acuerdos multilaterales ambientales
Argentina	UBA	Mestrado	2005	Maria Manuela Moccero	Ricardo Fuente	Asimetrías Jurídicas em materia de promoción crediticia de las exportaciones em el Mercosur
Argentina	UBA	Mestrado	2006	Damián Paikin	Alberto Cimadamore	Provincias e Integración Regional - La construcción de políticas provinciales hacia el Mercosur: El caso de Misiones
Argentina	UBA	Mestrado	2006	Vanessa Andrea Romani	Josué Berman	Integración comercial em el Mercosur y la globalización de los negocios - interdependencia comercial entre Argentina y Brasil

Argentina	UBA	Mestrado	2010	Carlos Javier Ramírez	Sandra Cecilia Negro	El Estado entre la integración regional y el desarrollo nacional. El caso del área aduanera especial de Tierra del Fuego y de la Zona Franca de Manaos em el Mercosur
Argentina	UBA	Mestrado	2011	Mario Fernando Giachello	Alejandro Estevez	El proceso de integración aduanera em el Mercosur - Áreas de control integrado
Argentina	UBA	Mestrado	2011	Adrián Pérez	Omar Álvarez	Obstáculos y Desafíos del Sistema de Solución de Controversias del Mercosur (1991-2010)
Argentina	UBA	Mestrado	2012	Florencia Magnanego	María Alejandra Vitale	El mercosur em los discursos de Néstor kirckner y Luiz inácio "Lula" Da Silva (2003-2005) - La integración Argentina-Brasil ante um nuevo escenario regional
Argentina	UBA	Mestrado	2012	Gastón Gerardo Pédéfous	Raúl Bernal-Meza	Mercosur y otors procesos de integración regional: Integración aduanera y control del contrabando de drogas ilícitas
Argentina	UBA	Mestrado	2012	Konstantinos Peristeras	Adriana B. Rodríguez	El rol de los grupos de interés em el Mercosur. El caso del sector de la línea blanca em Argentina y Brasil desde 2004 hasta el presente
Argentina	UBA	Mestrado	2012	Silvia Alicia Passalacqua	Rodolfo Rossi	El Impacto de la soja transgénica em el sector agropecuario del Mercosur. Estudio de caso: Argentina y Uruguay
Argentina	UBA	Mestrado	2012	Paula Andrea Nieto Alemán	Muguel Cuervo	Convergencia y modelo de integración: Mercosur 1990-2010
Argentina	UBA	Doutorado	2013	Julián Kan	Alberto Bonnet / Alejandro Schneider	Integrarse desde arriba. La relación entre la clase dominante, los gobiernos y los proyectos de inegracion regional Mercosur y Alca em la argentina reciente
Argentina	UBA	Mestrado	2013	Sebastián E. Gillet	Alicia Moreno	Eco-Etiquetado em el Mercosur: Potencialidades del enfoque regional em la adopción de modalidades de producción y consumo sustentables
Argentina	UBA	Mestrado	2014	Patricio Julián Feldman	Susana Finkelievich	Políticas Públicas de Educación para la Sociedad de la Información em el Mercosur. Propuestas para profundizar la integración regional em el campo de la Educación
Argentina	UBA	Mestrado	2014	Bianca Baldecchi	Alicia Moreno	Desarrollo Económico y medio ambiente em el Mercosur - Análisis de um impasse
Argentina	UBA	Mestrado	2015	Gonzalo Bustos	Maria Cecilia Miguez	La Construcción de um Interés suramericano em clave autonomista. El Mercosur 2003-2011.
Argentina	UBA	Mestrado	2015	María Victoria Reissner	Gabriel Sueldo	Efectos de la Práctica del Dumping em el Mercosur

Argentina	UBA	Mestrado	2015	Natalia Viviana Suarez Archilla	Damián Paikin	Comercio em el mercosur em perspectiva de la Integración productiva - uma aproximación desde Argentina
Argentina	UBA	Mestrado	2016	Francisco Javier Mondotte	Damián Paikin	Inserción de la industria vitivinícola argentina em el mercado brasileño em el marco del Mercosur, 1995-2010
Brasil	UFRGS	Doutorado	2001	Valmor Marchetti	Achiles Barcelos da Costa	O Mercosul e a Construção de Vantagens Competitivas
Brasil	UFRGS	Doutorado	2005	Augusto Jaeger Junior	Cláudia Lima Marques	A Liberdade de Concorrência como a quinta liberdade fundamental: contribuição para um mercado comum do sul
Brasil	UFRGS	Doutorado	2008	Bianca Knaak	Cesar Augusto Barcellos Guazzelli	As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: Utopias e Protagonismos em Porto Alegre 1997-2003
Brasil	UFRGS	Doutorado	2009	Valter de Almeida Freitas	Maria Susana Arrosa Soares	A Declaração Sociolaboral do Mercosul e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia
Brasil	UFRGS	Doutorado	2010	Glaucilene Pedroso Trapp	Octavio Augustot Camargo Conceição	A Fragilidade Institucional do Mercosul e os seus Impactos sobre o Mercado de Trabalho
Brasil	UFRGS	Doutorado	2011	José Francisco Alves de Almeida	Blanca Luz Brites	A Especificidade da Arte Pública na 5ª Bienal do Mercosul - Porto Alegre
Brasil	UFRGS	Doutorado	2011	Wagner Junior Ladeira	Walter Meucci Nique	Integração Produtiva no Mercosul: Uma Análise dos Fatores que Interferem no Processo de Internacionalização da Produção de Firms Brasileiras
Brasil	UFRGS	Doutorado	2012	Guilherme Pederneiras Jaeger	Martha Lucía Olivar Jimenez	A Liberdade de Circulação de Capitais e a Coordenação de Políticas Econômicas na União Europeia e no Mercosul
Brasil	UFRGS	Doutorado	2013	Rejane Reckziegel Ledur	Analice Dutra Pillar	Arte Contemporânea e Produção de Sentidos no Ensino da Arte: A Experiência Estética dos Alunos na Bienal do Mercosul sob o Olhar da Semiótica Discursiva
Brasil	UFRGS	Doutorado	2015	Fábio Böckmann Schneider	Cesar Marcello Baquero Jacome	Parlamento do Mercosul e Parlamento Europeu: Uma Análise Comparada

Brasil	UFRGS	Doutorado	2015	Joséli Fiorin Gomes	Véra Maria Jacob de Fradera	A Aproximação Normativa na Integração Regional: Análise da adequação e Possibilidade de Efetividade do Código Aduaneiro do Mercosul
Brasil	UFRGS	Doutorado	2016	Gabriela Bon	Analice Dutra Pillar	Discurso e Práticas de Mediação em Espaços Museais no Brasil e na Espanha: Bienal de Artes Visuais do Mercosul, Museo del Prado e Espacio Fundación Telefónica
Brasil	UFRGS	Mestrado	1994	Rodrigo Ladeira	Carlos A. M. Calegari	O Comportamento do Consumidor da Cidade de Belo Horizonte em Relação ao Produtos Alimentícios Industrializados Oriundos dos Países Membros do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	1995	André Luis Martinewski	Paulo Cesar Delayti Motta	Estudo Comparativo dos Modelos de Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários sobre as Demonstrações Contábeis Usados nos Países do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2000	Arlei Luiz Fachinello	Roberto Camps de Moraes	Teoria e Prática da Integração Monetária Europeia e do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2000	Helenice Rodrigues Reis	Lilia Maria Vargas	A Inteligência Competitiva como Ferramenta para a Organização Estratégica do Setor Turístico - O Caso do Circuito Internacional das Missões Jesuíticas do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2001	Jeanice Jung de Andrade	Walter Meucci Nique	Estudo do Processo de Integração em Três Fronteiras Terrestres do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2005	Gabriela Kremer Motta	Blanca Luz Brites	Entre Olhares e Leituras: Uma Abordagem da Bienal do Mercosul 1997-2003
Brasil	UFRGS	Mestrado	2005	Jerusa Zerbielli	Paulo Dabdab Waquil	Mudança no Ambiente Institucional do Agronegócios de Pêssegos na Região de Pelotas a Partir da Formação do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2005	José Luiz Fay de Azambuja	Luiz Afonso do Santos Senna	Hidrovia da Lagoa Mirim: Um Marco de Desenvolvimento nos Caminhos do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2005	Leonardo Ramos Rios	Antonio Carlos Gastaud Maçada	Medindo a Eficiência Relativa das Operações dos Terminais de Contêineres do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2006	Arlindo Lopes de Souza Neto	Maria Susana Arroza Soares	As Micro, Pequenas e Médias Empresas no Mercosul e na União Europeia: Os Casos do Brasil e da Itália
Brasil	UFRGS	Mestrado	2006	Paulo Roberto de Medeiros Kreter	Heloísa Conceição Machado da Silva	Atores e Interesses Chilenos nas Negociações com o Mercosul: A Política Exterior do Chile para o Mercosul nos anos 1990-2000
Brasil	UFRGS	Mestrado	2007	Roberta Dalla Porta Gründling	Paulo Dabdab Waquil	O Setor de Carne Bovina no Mercosul e os Efeitos de Acordos Comerciais

Brasil	UFRGS	Mestrado	2008	Fernanda Paz Fontecilla Cepeda	Ceres Victora	De Arte e de Empresários (Ou de como Entra a Lógica Empresarial na Produção Cultural) - Um Estudo Antropológico da 6ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2008	Leonardo Holzmann Neves	Claudia Wasserman	O Uruguai e o Mercosul: Governo e Atores Domésticos
Brasil	UFRGS	Mestrado	2008	Paula Langie Araujo	Mônica Zielinsky	A Imagem do Artista e os Diferentes Públicos. Um Estudo de Caso na 6ª Bienal do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2009	Ellen Regina dos Santos Lobo	Stefano Florissi	Integração da Venezuela ao Mercosul e seus Reflexos para o Desenvolvimento Econômico do Estado de Roraima
Brasil	UFRGS	Mestrado	2009	Luis Gustavo Silva	Eva Machado Barbosa Samios	O Empresariamento da Cidade: Porto Alegre e o Caso da Bienal do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2011	Bianca Lima Carneiro	André Moreira Cunha	Cooperação e Integração Monetária e Financeira no Mercosul Ampliado
Brasil	UFRGS	Mestrado	2011	Iris Saraiva Russowsky	Tupinambá Pinto de Azevedo	O Mandado de Detenção na união Europeia: Um Modelo para o Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2012	Denise de Rocchi	Claudia Wasserman	O Papel da Identidade no Processo de Integração Regional: O Estudo de Caso do Parlamento Juvenil do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2012	Igor Fonseca Rodrigues	Martha Lucía Olivar Jimenez	A Construção da Liberdade de Circulação de Pessoas no Mercosul - Êxitos e Desafios
Brasil	UFRGS	Mestrado	2012	Igor Isquierdo Celeste	André Moreira Cunha	Argentina e Brasil nos Primeiros 20 Anos de Mercosul: Políticas Macroeconômicas e Comércio Bilateral
Brasil	UFRGS	Mestrado	2012	Luiz Carlos Ribeiro Neduziak	André Moreira Cunha	Uma Visão Política Acerca do Processo de Integração Econômica no Mercosul: O Liberalismo das Instituições
Brasil	UFRGS	Mestrado	2012	Rafael Rott de Campos Velho	Fábio Costa Morosini	O Mercosul e a Regulação Ambiental: Entre Modelos, Fatos e Possibilidades
Brasil	UFRGS	Mestrado	2013	Daniela Pereira Lucht	Tupinambá Pinto de Azevedo	Aspectos Comparativos da Cooperação Internacional no Tráfico de Pessoas para Exploração Sexual - União Europeia e Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2013	Eduardo Urbanski Bueno	Sérgio Marley Modesto Monteiro	A Entrada da Venezuela no Mercosul: Uma Análise de Equilíbrio Geral Computável sobre os Impactos Setoriais no Brasil

Brasil	UFRGS	Mestrado	2014	Glenio Piran Dal' Magro	João Armando Dessimon Machado	O Comércio Brasil-Mercosul: Uma Análise do Setor Agrícola (1991-2012)
Brasil	UFRGS	Mestrado	2015	Francisco Jorge Vicente	Luiz Augusto Estrella Faria	Dimensão Social em Processos de Integração Regional: Aspectos Teóricos e o Caso do Mercosul
Brasil	UFRGS	Mestrado	2016	Dannilo Cesar Silva Melo	Maria Aparecida Bergamaschi	Kovae ta'angá* Escolas Mbyá Guarani na Bienal do Mercosul: Reflexões sobre Educação e Estética Decolonial
Brasil	UFRGS	Mestrado	2016	Helena dos Santos Moschoutis	Mônica Zielinsky	Entre as Tramas do Discurso: A 8ª Bienal do Mercosul e as Políticas da Memória
Brasil	UFSC	Doutorado	2006	William Smith Kaku	Rogério Silva Portanova	Habitus (Ethos e Práxis) na civilização latino-americana: uma compreensão da formação social, cultural e ideológica da América Latina e sua influência nos processos de integração internacional regional e sub-regional, com enfoque no Mercosul
Brasil	UFSC	Doutorado	2008	Aldemir de Oliveira	Josiane Rose Petry Veronese	Aspectos da Aposentadores por Tempo de Serião nos Estados-Partes do Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	1993	Natália de mello Araújo Ferreira	Vera Terezinha Araújo Grillo	Mercosul: Meio ambiente e desenvolvimento - Uma integração a se realizar
Brasil	UFSC	Mestrado	1995	Vicente de Paula Sousa	João Benjamin da Cruz Jr.	As políticas e práticas de acesso ao ensino superior nos países que integram o Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	1996	Ricardo Soares Stersi dos Santos	Vera Terezinha Araújo Grillo	Mercosul e arbitragem internacional comercial - aspectos gerais e algumas possibilidades
Brasil	UFSC	Mestrado	1996	Macul Chraim	Antônio Galvão Novaes	O Mercosul e seus impactos sobre o sistema de transporte rodoviário de passageiros de Santa Catarina
Brasil	UFSC	Mestrado	1997	Guarací José de Almeida	Edson Pacheco de Almeida	Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no Mercosul: na percepção dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários
Brasil	UFSC	Mestrado	1997	Vânia Beatriz Rey Paz	Odete Maria de Oliveira / Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira	Mercosul: a (im)possibilidade de harmonizar as legislações sindicais

Brasil	UFSC	Mestrado	1998	Paulo Moreira da Rosa	Aline França de Abreu	Os sistemas contábeis nos países do Mercosul - um estudo sobre o exercício da profissão ea as normas e práticas contábeis na avaliação de elementos do ativo
Brasil	UFSC	Mestrado	1998	Márcia Cambraia Belderrain Böer	Odete Maria de Oliveira	Mercosul e turismo: Possibilidades e Tendências
Brasil	UFSC	Mestrado	1998	Samantha Diegoli	Ricardo Miranda Barcia	Estratégias para colocação do software catarinense no Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	1999	Augusto Jaeger Junior	Odete Maria de Oliveira	Mercosul e a Livre Circulação de Pessoas
Brasil	UFSC	Mestrado	1999	Florisbal de Souza Del'Olmo	Odete Maria de Oliveira	O Mercosul e a nacionalidade: Estudo à luz do Direito Internacional
Brasil	UFSC	Mestrado	1999	Avelino Dorini Primo	Ubaldo Cesar Balthazar	Harmonização Tributária no Mercosul: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica no Brasil e Argentina
Brasil	UFSC	Mestrado	1999	Nelson Granemann Casagrande	Aline França de Abreu	A gestão da informação como estratégia de acesso ao Mercosul pelas pequenas empresas de Santa Catarina: um diagnóstico do setor calçadista
Brasil	UFSC	Mestrado	2000	Alexandre Vieira	Fernando Ponte de Sousa	Mercosul como Ideia de América Latina - Políticas Culturais e Integração no Cone Sul
Brasil	UFSC	Mestrado	2000	Juliana Favero Brandão	Ilse Maria Beuren	Congruências e Divergências do conteúdo das demonstrações contábeis de divulgação obrigatória nos países-membros do Mercosul: com ênfase na sua harmonização
Brasil	UFSC	Mestrado	2000	Jandir Ademar Schmidt	Odete Maria de Oliveira	Mercosul e a Política de Proteção Ambiental
Brasil	UFSC	Mestrado	2000	Josiane Kuhnen da Silva	Fernando Seabra	Integração Monetária: Avaliação e perspectiva dos casos europeu e Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2000	Gilberto Kerber	Odete Maria de Oliveira	Mercosul e Supranacionalidade: um estudo à luz das legislações constitucionais
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Eduardo Saldanha	Luiz Otávio Pimentel	Imposto sobre o Valor Agregado: O modelo da União europeia e as Perspectivas de Harmonização Legislativa para o Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Marilise Luísa Martins dos Reis	Fernando Ponte de Sousa	A Universidade em crise: Dilmeas e desafios frente à globalização e ao Mercosul

Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Dalton Caldeira Rocha	Welber Oliveira Barral	A Cláusula Social e o Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Ricardo Philippi Porto	Ubaldo Cesar Balthazar	Os princípios tributários e a harmonização fiscal no Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Karina Richter	Christian Guy Caubet	O consumidor no Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Iñigo Pedrueza Carranza	Fernando Ponte de Sousa	Sociedade Civil: Novas Liberdades ou Novos Controles Sociais? O seu papel comparado nos processos de construção regional: Mercosul e União Europeia
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Edenilza Gobbo	Odete Maria de Oliveira	Mercosul e a Livre Circulação de Mercadorias
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Cláudia Cinara Locateli	Odete Maria de Oliveira	Mercosul: Tribunal arbitral ou Tribunal Permanente?
Brasil	UFSC	Mestrado	2001	Ricardo Valente Souto de Castro	Odete Maria de Oliveira	Mercosul e a Necessidade de Harmonizar as legislações de trânsito
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	Marcelo Driemeyer Wilbert	Jean-Luc Sammy Rosinger	O Mercosul e a Teoria dos Jogos: um estudo introdutório
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	Marlon Carabaca	Odete Maria de Oliveira	A Implementação da Representação Democrática no Processo de Integração Econômica Regional do Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	Tarcisio Vendruscolo	Olga Maria Boschi Aguar de Oliveira	O ordenamento jurídico do Trabalho Cooperativo e sua relação com o Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	Adriana Grotto Mazzutti	Olga Maria Boschi Aguar de Oliveira	A jornada de trabalho e os repousos remunerados nos contratos de emprego urbanos privados no ordenamento jurídico dos Estados-partes do Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	Eliseu Mânica	Welber Oliveira Barral	Os critérios de habilitação do advogado nos estados partes do Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	João Maria Oliveira Mendonça	Olga Maria Boschi Aguar de Oliveira	A Convenção Coletiva de Trabalho na Legislação Ordinária dos estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	João Delciomar Gatelli	Josiane Rose Petry Veronese	Os Procedimentos Legais da Adoção Internacional Utilizados pelos Países do Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2002	Maria Isabel Licks Milani	Odete Maria de Oliveira	Os atos de lavratura de escrituras públicas de compra e venda nos estados-partes do Mercosul

Brasil	UFSC	Mestrado	2003	Adriana Martins de Souza	Fernando Seabra	Criação e Desvio de Comércio no Mercosul - Período de 1991 a 2000
Brasil	UFSC	Mestrado	2003	Dione Miki Nakamura	Luiz Otávio Pimentel	A Responsabilidade Civil no Contrato de Transporte Internacional Multimodal de mercadorias no Mercosul à luz do Acordo Parcial para a Facilitação do Transporte Multimodal de Mercadorias de 1994
Brasil	UFSC	Mestrado	2007	Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro	Arno Dal Ri Junior	A Política Agrícola Comum da Comunidade Europeia e seus efeitos no acordo entre o Mercosul e a CE
Brasil	UFSC	Mestrado	2008	Marcelo Oscar Silva Santos	Horácio Wanderlei Rodrigues	O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul e a sua Interpretação pelo Conselho Nacional de Educação
Brasil	UFSC	Mestrado	2008	Mariléia Goin	Ivete Simionatto	O Processo Contraditório da educação no contexto do mercosul: uma análise a partir dos planos educacionais
Brasil	UFSC	Mestrado	2008	Adam Haas	Arno Dal Ri Junior	A Formação do Direito Administrativo e do serviço público comunitário e o papel dos fundos estruturais: uma abordagem comparativa entre a União Europeia e o Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2008	Josiane Agustini	Vera Maria Ribeiro Nogueira	A descentralização da política nacional de saúde e sua institucionalidade nos sistemas municipais na linha da fronteira Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2010	Vladimir Murillo Ortega	Ivete Simionatto	O Sindicalismo no Mercosul: As propostas das Centrais Sindicais
Brasil	UFSC	Mestrado	2010	Lucas da Silva Tasquetto	Odete Maria de Oliveira	Integração Regional e Investimento Direto Estrangeiro: A Questão da Ausência de Marcos Regulatórios no âmbito do Mercosul vista a partir do Conflito das Papeleras entre Argentina e Uruguai
Brasil	UFSC	Mestrado	2011	Juliana Silva da Rocha	Ricardo Soares Stersi dos Santos	O Sistema de Solução de Controvérsias do Mercosul: Aspectos relevantes das Medidas Compensatórias
Brasil	UFSC	Mestrado	2013	Paulo Roberto Ferreira	Karine de Souza Silva	A Integração Positiva dos Fundos Estruturais na Integração Regional: Um Estudo a partir do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
Brasil	UFSC	Mestrado	2016	Thamirys Mendes Lunardi	Daniel Ricardo Castelán	A Política Migratória do Mercosul: Entre Discurso e Efetividade (1991-2014)

APÊNDICE B – ENTREVISTA I

Entrevistada: Karina Lília Pasquariello Mariano

Atividade: Livre-Docente da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP e docente do Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas (PUC-UNESP-UNICAMP).

Agendamento da entrevista: 07/11/2017, às 16h, no evento SIMPORI 2017 do Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas, em São Paulo.

Justificativa da entrevista: Conforme verificado no levantamento inicial de teses e dissertações, objetos do presente estudo, consta que a Prof. Karina Mariano orientou trabalhos que versavam sobre Integração Regional na América do Sul, além de ser especialista em Mercosul. Uma entrevista com ela consta como parte da análise qualitativa da presente dissertação de mestrado.

Passo 1: Pedir autorização para realizar a gravação;

Passo 2 Explicar sucintamente os contornos gerais da pesquisa (problema, metodologia, questões teóricas e como a entrevista se encaixa no contexto de produção da dissertação)

Passo 3: Realizar as seguintes perguntas:

1. Na sua perspectiva, qual é o grau de influência dos acadêmicos de RI nas políticas públicas do Brasil?

R: Olha, na minha perspectiva, pelo que eu estudo e pelo que eu trabalho, a visão é que você tem alguns acadêmicos que tem uma forte interação ou com o Congresso ou com o MRE, por exemplo, e aí eles conseguem ter um maior diálogo, uma certa influência. Então por exemplo, se você pegar professores da área de direito internacional da USP, que é da Faculdade de Direito. Tem vários professores que tem uma forte influência, por exemplo Celso Lafer, que foi professor e tem um papel importante na esfera política e tal. Tem professores acadêmicos que são interlocutores, vamos dizer assim, do governo ou do Estado. Mas se a gente for olhar o grosso da produção, a gente pode dizer que é uma minoria. A gente poderia dizer que é uns 5%, ou até um 10% na melhor das hipóteses, mas eu diria que é uns 5% que tem esse trânsito forte. Agora, a grande maioria não tem influência, não vejo influência da academia na formação de

políticas públicas a não se nesse caso né, de pontos, alguém que é um especialista e tal. Mas o diálogo entre a academia e o Estado ainda é muito fraco, eu acho. Agora, o que você está falando, assim, é muito amplo, porque se a gente falar em Política Externa, é mais fraco. Agora se você falar assim, de repente, na área de saúde, aí já há uma interlocução maior, entendeu? Então varia, Agora, na área que eu conheço, que é Política Externa, Relações Internacionais, é muito reduzido a esses especialistas, muitos ligados à área do Direito Internacional. Principalmente esse pessoal tem uma forte influência e uma forte, vamos dizer assim, participação, inclusive eles são contratados para serem representantes, né? Participar principalmente quando se refere a negociações internacionais específicas, mas em geral é pouca no que se refere à Relações Internacionais.

2. A ampliação de agenda de integração no Mercosul também amplia as possibilidades de acadêmicos de RI influenciarem no processo de integração regional?

Resposta: Teoricamente sim, na prática não (risos). Teoricamente sim. Por que? Porque você tem mais espaço, mais agenda. Você abre a possibilidade desse diálogo. Mas, na prática, o que a gente vê é uma dificuldade muito grande dessa participação. Por que? Porque essa participação é muito cara. Esse é um ponto importante. No caso do Mercosul, especificamente, você tem as instâncias de participação social, que poderia ser o Fórum Consultivo, mesmo o Parlamento. Essa participação acaba mais focada para os movimentos sociais, os grupos organizados (ONGS) do que para academia. Ou seja, por exemplo, para o programa Somos Mercosul, que tem toda uma ajuda para a participação social dentro do Mercosul e tal, ele está focado na participação da sociedade civil, mas não necessariamente da academia. Então, há muitos anos atrás, quando se criou o Fórum Consultivo do Mercosul Social, se pediu a participação nesse fórum da SBPC⁹³, né? E até na época os representantes foram o professor Tullo Vigevani e a professora Sônia Camargo. E aí, eles iam nas reuniões, participavam, mas teve um problema porque eles iam nas reuniões, participavam, mas isso não gerava retornos concretos porque são todos órgãos consultivos. E aí a SBPC falou assim “ah, mas nós não queremos continuar participando”, porque é muito caro, as reuniões aconteciam cada vez em um lugar, era o custo de mandar a pessoa pra lá e não tinha recurso, e não interfere em nada nas políticas. Ou seja, não interfere nas políticas na área de educação, não interfere nas políticas de ciência e tecnologia, então “pra que que a gente vai fazer esse baita investimento para ter retorno nenhum?”. Então a parte da academia acabou ficando muito aquém. Alguma coisa acaba sendo

⁹³ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

usada quando tem, de novo, necessidade de especialistas. Então aí os governos chamam para especialistas para participar dos debates, das audiências públicas e etc, mas não tem um espaço assim que realmente influencia. Até a academia tentou se organizar para acompanhar isso, para se organizar pra acompanhar isso. Então tem, por exemplo, a AUGM, que é a Associação de Universidades do Grupo Montevideo, que é uma iniciativa, você tem o FOMERCO, que é um Fórum do Mercosul, que é justamente pesquisadores que trabalhavam com integração que tentaram criar um espaço de reflexão sobre a integração. Mas são iniciativas que ficam em paralelo, mais presas ao mundo acadêmico do que ao mundo das decisões. Então, de novo, alguns tem trânsito e conseguem acabar influenciando dentro do Mercosul, etc. Aí é menos de 5%. A coisa fica muito mais restrita. No caso argentino talvez tenha um pouco maior trânsito, pelo menos no período Kirchner, né, teve alguns acadêmicos que até acabaram participando de instâncias, sendo representantes. Não sei se você chegou a conversar com Mariana Vazquez, que é da UBA, e ela foi presidente do Conselho Social, uma coisa assim. Tinha um cargo dentro do Mercosul. Mas também são pontuais. São pessoas. A Mariana Vasques é relativamente fácil pra você encontrar.

3. Os acadêmicos, enquanto movimento organizado, simbolicamente pela AUGM ou FOMERCO tem muito menos poder do que, por exemplo, o empresariado representando suas demandas no Mercosul?

Resposta: Infinitamente. Na verdade, teve algumas áreas acadêmicas, pela questão do reconhecimento dos diplomas que se mobilizaram bastante, fizeram pressão e tal, mas essas pressões foram mais no âmbito, bom, no Mercosul, mas também no âmbito nacional para que essa coisa se agilizasse. Mas fora isso, você tem, por exemplo, o pessoal que trabalha com migrações: estavam discutindo um acordo sobre residência no Mercosul. Então aí eles se manifestaram, falavam e tal, mas ficaram fora do debate desse acordo. Entendeu? É essa a característica nossa. Os acadêmicos até são ouvidos às vezes, mas quem decide, quem discute de fato a coisa são os representantes governamentais. Agora, no caso do Mercosul especificamente, e não conheço nenhum caso assim de você ter, vamos dizer assim, algum acadêmico que deu o tom pra onde o processo deveria seguir, que tipo de rumo. O que mais poderia ter chegado perto disso seria o caso do Marco Aurélio Garcia, porque ele era um acadêmico que estava exercendo um cargo. Mas aí fica aquela questão: até que ponto ele estava sendo acadêmico? Porque no fundo ele estava exercendo um cargo, né? Mas tinha essa preocupação acadêmica, tinha uma reflexão, vamos dizer assim. Mas era um funcionário, ele

não era um acadêmico falando de fora e que estivesse sendo um consultor. Ele tinha um cargo. Mas a academia em si, ela tem dificuldade de fazer esse diálogo. No caso brasileiro é muito grande essa capacidade de diálogo com o centro decisório. A não ser algumas pessoas que tem trânsito, né, tem uma interação, mas é por outras razões, e aí acabam tendo essa influência, ou participando mais de perto e tal. Aí consegue ter informações mais precisas. Mas é isso. Se você não tem essa entrada particular, não há mecanismos. Existem algumas reuniões que são organizadas pelo MRE, por exemplo, pra discutir com acadêmicos, etc.

4. Você observa originalidade na produção acadêmica em RI no Brasil e na América do Sul?

Resposta: Agora eu vou ser bem crítica. Eu acho que nos últimos tempos a coisa piorou. Mas no Brasil você vem de uma tradição que é uma tradição francesa, vamos dizer assim, filosófica, então não há uma preocupação com a parte metodológica. Muitas vezes as teorias são usadas como religião, é quase um dogma, uma profissão de fé e não como instrumentos científicos. Então o que acaba acontecendo é que você vai ter no Brasil uma forte reprodução bibliográfica internacional. E eu digo que piorou nos últimos anos porque nos últimos anos se intensificou a preocupação em citar autores e não fazer pesquisas empíricas. Então você percebe muitas vezes as pessoas falando, por exemplo, sobre integração sem fazer uma pesquisa empírica sobre integração, sem ver o que está acontecendo, sem ver o que está sendo acordado, sem ver o que está sendo negociado. Simplesmente por releituras de leituras. Então fica difícil você ter uma produção original porque só pode produzir coisas originais se você tiver dados novos, pra isso você precisa de pesquisas empíricas, ou se você tiver um processo de reflexão. Porque a produção teoria exige um amadurecimento e a teoria não vem do nada. Ela vem da observação, da experiência. Então fica difícil você produzir algo novo a partir da reprodução do que é feito. Então o que eu percebo é uma grande dificuldade de você produzir novas perspectivas teóricas a partir da nossa produção. Em termos acadêmicos, você está tendo um problema, que eu acho que é grave, que é além de você não ter pesquisas empíricas, muitas das pesquisas que estão sendo feitas agora, elas tem um caráter quantitativo. Uma preocupação excessiva com uma metodologia sem uma reflexão mais aprofundada, matematizando a discussão – o que é importante, pra gente ter dados – sem refletir sobre os por quês desses resultados. Então o que eu tenho visto muito é uma reprodução (com qualidade, não vou dizer que não), mas uma forte reprodução e uma dificuldade e uma certa resistência em ir aos dados primários, em tentar entender de fato o que está acontecendo a partir de uma perspectiva própria. Até por uma certa,

eu vou dizer assim, uma certa insegurança e uma certa pressão do próprio sistema. Por que? Porque você tem que publicar internacional, então você tem que citar os de fora. Se você fizer um texto com autores só daqui, ou com autores desconhecidos: “ah, mas você não citou os estrangeiros, o debate...;” Então até pelas pressões, você acaba tendo essas questões. Mas a nossa produção, a originalidade dela é muito baixa, assim. Tem pesquisas interessantes, claro, mas há uma dificuldade de inovação. Por exemplo: qual é a formulação sobre integração na América Latina? Não tem. Esse é um debate que está em aberto, todo mundo fala “precisamos pensar, precisamos pensar”, mas chega na hora, fica todo mundo reproduzindo os europeus, os americanos, não sai algo de novo. Então acho que esse é um grande desafio se a gente quiser, de fato, ter um peso, que nesse sentido os asiáticos estão começando, né, a colocar esse debate na mesa, dizendo “nós também temos produção de qualidade”. Mas no caso brasileiro, ainda estamos muito presos a essa abordagem mais de filosofia, mais filosófico, é um discurso e uma produção muito mais desarticulada teoricamente. Não há uma preocupação metodológica e, portanto, as teorias acabam ficando meio que como profissão de fé ali, mas não como instrumentos de análise, não são verificadas, não tem essa lógica de usar teoria para gerar inferências. Esse é o ponto. As teorias não são usadas para gerar inferências. As teorias acabam sendo usadas mais para enfeitar a análise. Então acho que há uma dificuldade em fazer o salto teórico.

5. E isso é decorrência da estrutura do Ensino Superior no Brasil?

Resposta: Pelo menos na área de sociais eu acho que tem essa influência, né. Na área das Ciências Sociais, Relações Internacionais. Porque é a tradição que veio pra gente. Se você olhar, no começo era muito mais história diplomática do que relações internacionais no sentido mais teórico. Depois tinha uma forte presença do realismo, mas um realismo meio – sei que você vai usar isso contra mim (risos) – mas é um realismo meio que de shopping. “é tudo relação de poder” e não se aprofundava nas questões metodológicas das teorias. Então fica uma coisa mais rasa, né? Até porque a área se profissionalizou mais, né, você tem que pensar que como área e como profissão mesmo, é recente. Os cursos de Relações Internacionais são relativamente novos. Se a gente falar de 30 anos atrás, você tinha UNB. Um pouco no Rio, mas aqui não tinha tanta coisa. Então veio essa tradição diplomática, um forte peso do pensamento de esquerda também, teoria crítica, marxismo, que tem um tipo de abordagem pra ver as coisas, mas é um dos debates, e não o debate central, então tem várias coisas. Hoje em dia não, isso aí melhorou bastante, tem muita gente discutindo, mas ainda ficou uma coisa assim, de pegar e aplicar, né?

E muitas vezes aplicar sem entender direito o que está aplicando. É simplesmente porque eu acredito nisso ou acredito naquilo. Então tem que entender um pouco essas questões. Eu acho que é um processo de amadurecimento.

APÊNDICE C – ENTREVISTA II

Entrevistada: Suzeley Kalil Mathias.

Atividade: Professora titular da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e docente do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (PUC/UNESP/UNICAMP).

Agendamento da entrevista: 08/11/2017, às 17h, durante o evento SIMPORI 2017, na sede do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas.

Justificativa da entrevista: Além da vasta experiência acadêmica e como docente, a Prof. Suzeley coordenou o Observatório de Política Externa Brasileira, cujo foco abrangia o Mercosul, com ênfase nas relações internacionais entre Argentina e Brasil.

Passo 1: Pedir autorização para realizar a gravação;

Passo 2 Explicar sucintamente os contornos gerais da pesquisa (problema, metodologia, questões teóricas e como a entrevista se encaixa no contexto de produção da dissertação)

Passo 3: Realizar as seguintes perguntas:

1. Na sua perspectiva, qual é o grau de influência dos acadêmicos de RI nas políticas públicas do Brasil?

Resposta: Nenhuma. Zero. Porque a academia no Brasil, historicamente, ela não influencia no governo. Você tem muito pouca relação entre a academia e o governo brasileiro. Diferente da Argentina, por exemplo, em que os acadêmicos, historicamente, fazem parte do governo, formam governo. No Brasil não; no Brasil você tem um ou outro acadêmico que é chamado a interferir em alguns momentos muito específicos, e a maioria dos acadêmicos que interferem na política são acadêmicos que já estão nos partidos políticos, não o contrário. Não é o partido político que vem buscar o acadêmico, mas ele usa o acadêmico que ele tem ali. E a outra coisa que você tem no Brasil é que você tem uma escola burocrática. Não só vocês, de Relações Internacionais, ouvem muito falar do Itamaraty, “que o Itamaraty é uma burocracia que é só dele” e tal, mas não é só o Itamaraty. Toda a burocracia brasileira, ela é muito profissionalizada, no sentido de buscar os seus personagens, os seus atores, em escolas muito específicas. Então, até o final dos anos 90, que é quando eu trabalhei mais propriamente com isso – então de lá pra

cá eu não posso falar com muita propriedade – mas até o final dos anos 90, o Ministério da Economia, Planejamento, Fazenda, tal, era todo ele formado por gente que saía ou da FEA-USP ou do IE-UNICAMP ou da FGV, entendeu? Então, no governo dos generais, você tinha uma escola de administração em que, para entrar na burocracia, você tinha que passar na escola de administração. Então por isso que o Estado brasileiro é um Estado insular. Não é próprio do Itamaraty essa insularidade, então é por isso que eu digo que a influência da Academia no Mercosul é quase nula.

2. Podemos fazer uma relação entre esse efeito com essa causa da estrutura universitária que foi implantada no Brasil?

Resposta: Não sei, não acho que eu faria essa relação, porque como é que foi a estrutura universitária? O que você chama de estrutura universitária? Essa é a primeira pergunta. A existência de universidade no Brasil? A existência de faculdades no Brasil, ela data do século XIX. E ela foi implantada pelo Dom Pedro. Então você tem a mão estatal implantando universidades no Brasil. Isso por um lado. Mas até os anos 30 você não tinha uma verdadeira universidade. Você tinha faculdades isoladas, escolas isoladas. Você tinha a escola militar de engenharia no Rio de Janeiro, que também formava civis; você tinha a Faculdade de Direito aqui do Largo São Francisco, que era nacional e a que chamava nacional é a que hoje é a UFRJ; quer dizer, então você tinha faculdades isoladas que eram patrocinadas pelo Estado. E por outro lado, você tinha algumas faculdades que nasciam paralelamente a essas que eram iniciativa da comunidade, como por exemplo a Fundação Álvares Penteado, a FAAP, que não era uma fundação antes, mas era escola de comércio. Isso no final do século XIX. Até os anos 30 você não tinha universidades. Nos anos 30 foi criada a USP. Como é que a USP foi criada? Ela foi uma iniciativa do empresariado ligado à mídia (o que a gente chama de mídia), neh? Essa universidade que a gente está tem o nome de Júlio de Mesquita Filho não por acaso, neh? Que foi o grande patrocinador da universidade no Brasil. Então o sistema universitário no Brasil nasce para dar sustentação a um projeto da burguesia nacional, que não era uma burguesia – para usar a teoria cepalina – era uma burguesia dependente. E ela continua afastada. A universidade nasceu para dar sustentação a um projeto? Sim, mas esse projeto nunca foi hegemônico. As vezes que esse projeto foi hegemônico não eram aqueles que o patrocinavam que estavam no poder. Não por acaso o Estado de São Paulo rompe com os militares. Então, quer dizer, isso é histórico. Por isso que não tem relação entre o Estado e a Academia. Ou, que é uma teoria que eu preciso pensar, como fala o Jessé de Souza: você tem um pacto que é: as

classes médias ficam com a capacidade intelectual, né? Eles ficam com o “pensar o Brasil” – eles ficam com as universidades – e quem quer ganhar dinheiro vai pro mercado financeiro. São as duas coisas que intocáveis no Brasil. Quando você toca nisso você rompe o pacto. E é por isso que os dois não estão ao mesmo tempo no Estado.

3. Isso tem alguma relação com o fato de o objetivo da fundação das universidades no Brasil ser a formação de carreiras técnicas?

Resposta: Tem, claro. Você precisa de mão de obra média, técnicos, porque você não tem um projeto de estado nacional. Você tem um projeto de Estado dependente.

4. A ampliação de agenda de integração no Mercosul também amplia as possibilidades de acadêmicos de RI influenciarem no processo de integração regional?

Resposta: Depende dos projetos nacionais. Então por exemplo, enquanto você tinha a “onda rosa”, como foi chamada, a “onda rosa” tinha essa pegada. Quer dizer, a “onda rosa” pretendia uma autonomia regional. Pretendia uma autonomia regional em todos os aspectos. Essa autonomia regional também se refletia no pensamento, em pensar a região. Não por acaso na mesma época que surge – não é na mesma época que surge, mas é na mesma época que aqui começa a se espriar pelo pensamento - a questão de que “olha, a gente tem que ter um pensamento próprio”. Por que estou dizendo que na mesma época que surge? Porque surge, nos anos 80, em Portugal e região, falando um pouco isso. Quer dizer, então “a gente tem que pensar como é que é nossa entrada na União Europeia? Né?” E isso a gente começa a pensar nessa época da Onda Rosa. Teve a pegada da Cepal, que também foi nessa linha, mas depois você tem uma grande fase de nada, e aí retoma agora: a gente tem que ter o pensamento anticolonial, para não ser colônia a gente tem que ter um pensamento próprio, que é nessa época. Enquanto esse pensamento luta pela hegemonia (porque ele nunca foi hegemônico, mas ele luta pela hegemonia e consegue até uma capacidade de um certo equilíbrio com o pensamento hegemônico), você tem a possibilidade da academia e os Estados-Nacionais e o Mercosul pensarem junto. Então a academia poder ter uma atuação maior nos destinos do processo mercosulino e em outros processos de integração regional. Agora, quando você tem o refluxo disso, refluí também. Isso não significa que o pensamento acadêmico argentino não vá continuar influenciando no Mercosul. Por que? Porque a realidade argentina, a formação da burocracia argentina é diferente da do Brasil. Lá – eu não conheço o processo de formação da história da Argentina, mas eu sei que lá a burocracia é muito mais acadêmica do que a nossa.

Então lá você pode dizer que o diplomata é formado na universidade, coisa que aqui você não pode. Por que? Porque lá o diplomata não é um funcionário do Estado, ele é um funcionário de governo. Lá mudou o governo, mudou todo mundo. Não é igual aqui que você tem um corpo funcional que permanece, né? Claro, não muda todo mundo até o décimo escalão, não vai mudar do faxineiro ao Ministro. Mas os escalões intermediários lá mudam, coisa que aqui não acontece. Quer dizer, você tem um *staff* que é permanente aqui, e lá não tem. Então lá é menos sentido as mudanças do que aqui.

5. A nível teórico e conceitual, você observa originalidade na produção acadêmica em RI no Brasil e na América do Sul?

Resposta: Não. Por que? Vou te dar um exemplo do que acontece na área que eu trabalho, que é de segurança. Todo mundo que me conhece sabe que quando falam Buzan me arrepiam. Por que? Porque o próprio Buzan já falou: “eu não escrevo para a América do Sul”. E o que que todo mundo que estuda segurança e defesa na América do Sul faz? Vai ler Buzan, vai repetir o Buzan. Que pensamento próprio nós estamos produzindo se a gente toma um cara que fala “eu não pensei América do Sul” e a gente faz “olha, vamos fazer Complexos de Segurança, aqui tem um Complexo assim, aqui tem um Complexo assado”. Percebe? Então não, a gente fala que quer produzir um pensamento próprio. É diferente da gente produzir esse pensamento próprio. Eu acho que tem esforços individuais. Aí sim, você pode dizer “olha, tem professor aqui, outro professor ali” que está tentando juntar variáveis diferentes para fazer isso. Então eu acho, por exemplo, que um acadêmico que é muito pouco explorado, e que faz isso é o Teotônio dos Santos. E ele não é resgatado. Não é comum estudantes de Relações Internacionais lerem Teotônio dos Santos. Um outro, que fez isso durante toda a vida dele, e que tem muito a dizer sobre Relações Internacionais e que também não é resgatado é o Milton Santos. O Milton Santos também tinha uma pegada nessa direção, né? E se você por exemplo pensar a história da Cepal, a história da Cepal é isso: como engaiolar, como cercar a capacidade de pensamento próprio de uma região. Porque a Cepal nasce com uma proposta de produzir um pensamento próprio, mas a Cepal, ela é um braço de uma organização internacional. Então não brotou daqui.

6. Na sua perspectiva, então, é evidente a relação entre a dependência histórica e estrutural da região com a dependência da produção intelectual?

Resposta: Na minha perspectiva sim. Na minha perspectiva, da mesma forma que você pode dizer que há uma história, não só da política externa, mas da política nacional de cada país da

região, que é um conflito entre tentativas de autonomia com uma realidade dependentistas, o pensar a sociedade também é isso. Nós somos produto da daquela sociedade que nós vivemos. Da mesma forma que isso existe, isso se reflete no pensamento, inclusive no pensar essa sociedade.

7. Utilizando essa mesma lógica, quando se trata de acadêmicos como produto das academia que os produziram, a forma de ensinar Relações Internacionais, os textos utilizados, as bibliografias, as metodologias são instrumentos para manutenção das ideias hegemônicas.

Resposta: Eu acho que a academia também sofre dessa tensão entre busca de autonomia e dependência. Agora, de uma forma geral, eu acho que os cursos de Relações Internacionais, até pela maneira como eles surgiram, até pelo boom e pelo momento que eles tiveram o boom – e se você prestar atenção, talvez se você fizer uma análise mais empírica disso e você comprove – são pessoa que vêm com uma ideia do curso, que é um curso mais *mainstream*. As ideias não conservadoras do curso de Relações Internacionais são mais difíceis de serem vistas do que as ideias conservadoras. Eu acho que assim, que um curso de Relações Internacionais no Brasil, ele é muito mais um apêndice das faculdades do Direito do que um apêndice das faculdades de ciências sociais, que é o que acontece por exemplo nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos – que não chama “relações internacionais”, né, o “serviço internacional” – está muito mais ligado às faculdades de sociais, de humanidades, e menos de estudos *of law*. Aqui no Brasil não. Embora não tenham nascido dentro das faculdades de direito, padecem, e como as faculdades de direito são conservadoras, as faculdades de relações internacionais também são. Então produzem um pensamento muito mais conservador, muito mais de manutenção do *status quo* do que de tensionamento. Isso não significa que não haja, aqui e ali, cursos que sejam pontos fora da curva, e dentro dos cursos que são muito *stritos*, que não haja também movimentos de “contra-hegemonia”, vamos dizer assim. E isso faz parte do jogo. Eu acho, por exemplo que nós somos muito mais progressistas do que as faculdades de medicina, por exemplo. E nós somos muito mais sujeitos à mudança do que as faculdades de medicina.

8. Nessas “primeiras ondas” de institucionalização dos cursos de relações internacionais, em geral os professores ou eram da ciência política ou do direito. Você acredita que haverá alguma mudança de perfil no ensino e, conseqüentemente, na produção acadêmica a partir do momento que os antigos alunos de relações internacionais,

especializados com mestrado e doutorado na área assumirem seu papel de professores e pesquisadores?

Resposta: Vai gerar uma mudança. Eu não sei se vai melhorar, mas vai gerar uma mudança. Agora, não falando particularmente de Relações Internacionais, mas falando dos cursos universitários de um modo geral: qual o movimento que eu vejo dos últimos quinze anos? É um movimento de “tecnificação” dos cursos; os cursos estão se transformando muito menos em cursos científicos e muito mais técnicos; e os profissionais que são formados para serem professores, são mais tecnólogos do que cientistas. E isso vai ter uma repercussão no médio prazo naqueles que serão formados em seguida. Então, eu acho que não são só os profissionais de Relações Internacionais que vão sentir isso. É o conjunto de profissionais. Eu acho que não é só a CAPES que está cortando as possibilidades de se fazer ciência no Brasil. A própria universidade está fazendo isso consigo. E claro que vai ter resistência, mas eu não sei até que ponto essa resistência vai ser suficiente para realmente impor uma novidade. E eu acho – e é interessante porque a gente muda com o tempo – quando eu iniciei a minha vida acadêmica, há trinta anos, eu achava que a gente tinha que ser mais profissional. Então eu brincava, falava “olha, eu fui fazer Ciências Sociais porque eu não sabia o que queria fazer, então fiz três em um”, né? (risos) E se eu fosse fazer na graduação um curso naquela época, eu teria feito um curso só: eu teria feito Sociologia. Não teria feito Ciências Sociais. Hoje eu vejo que se eu tivesse feito um curso de ciências humanas, eu seria muito melhor formada. E portanto, eu seria muito melhor professora. Qual curso que vai nessa direção no Brasil hoje de Relações Internacionais? Que se aproxima mais? É o curso da UFABC. Por que? Porque você entra num curso de Ciências Humanas. E a partir do segundo ano é que você decide se você vai fazer Economia ou Relações Internacionais. Mas na verdade você teve uma base que te permitiu ampliar sua visão, e não decidir logo de cara o que você quer fazer. Então cursos assim são cursos, na minha opinião, que formam melhores professores. Eu não estou dizendo que forma melhor profissionais. Mas são melhores professores, porque são cursos que ampliam mais. Qual é a grande deficiência dos cursos de Relações Internacionais – e essa deficiência vai se reproduzir e vai aumentar na medida que você tenha profissionais com graduação, mestrado e doutorado na área de Relações Internacionais? É a metodologia. Vocês não tem a menor ideia do que seja metodologia. Então vocês chegam no mestrado e não sabem fazer um projeto; fazem o doutorado e sabem menos ainda; tudo o que vocês aprendem, vocês desaprendem (risos); então claro que a gente é responsável, porque fomos nós que formamos vocês. Mas a gente não investiu nessa área. Mas não tem como, também, por outro lado. Por que? Porque Relações

Internacionais, ela é, vamos dizer assim, uma costela da Ciência Política, ou como disse você, uma combinação entre o Direito e a Ciência Política. Nenhum desses dois cursos são cursos metodológicos. Então vocês tem muito pouca Sociologia, que é a base da metodologia. Então nas Ciências Sociais, por que a gente sabe metodologia? Porque a gente tem Sociologia. E a gente aprende uma outra metodologia que é a etnografia, que vem da antropologia. Como é que você combina tudo isso em Relações Internacionais? Não combina. Quer dizer, a gente não foi competente em combinar. Tem como combinar? Tem, mas a gente não foi competente em combinar.

9. Isso é uma questão de grade curricular?

Resposta: Eu diria que também. Não só, mas também. Mas é também de formação dos próprios professores que vão dar aula. Porque não adianta colocar um professor de metodologia que não sabe metodologia para dar aula de metodologia, né? Normalmente, o que são os cursos de metodologia? Os cursos de metodologia são cursos de técnicas de pesquisa, não de metodologia. Não dá tempo de você em quatro anos formar um cara pra ser internacionalista e ao mesmo tempo ser metodólogo. E há uma confusão hoje, porque se você vai na USP, como eu brinco, na USP você não faz Ciência Política, você faz “Matemática Política”. Porque há uma confusão, na minha opinião, uma confusão entre o que são os números e o que faz o ser humano. Então número não fala nada, quem lê é que fala. Mas na USP dizem que quem fala são os números. Então você tem uma equação que diz assim “olha, ganhou eleição fulano de tal, porque você somou 2 e 3, e 2 e 3 dá 4, e não 5, pronto! É isso que explica. Né? E isso é metodologia? Não. Isso é metodologia quantitativa, e nem tudo se quantifica. Não dá pra você quantificar intenção. Não dá pra você quantificar paixão. Mas isso faz parte da política. Então a Ciência Política tem que se dar conta disso. Como é que se dá conta disso com números? Não dá. E como é que você ensina isso? Quer dizer, como é que você equilibra metodologia quantitativa com qualitativa. Eu tive isso no meu curso? Tive, mas eu tive um ano e meio de Estatística. Como é que eu vou dar um ano e meio de Estatística num curso de Relações Internacionais? Eu tive doze Sociologias. Todas elas eram metodologia. Como é que eu vou fazer isso num curso de Relações Internacionais? Então é uma questão de grade? É, mas também de quem dá a aula. E não adianta você ter Metodologia 1,2,3, 10, se o conteúdo continua sendo outra coisa que não aquilo que deveria ser, quer dizer, o que é que falta nos cursos de Ciências Humanas, não só de Relações Internacionais? Filosofia. Mas não é a História da Filosofia, que você deve ter visto na graduação, “Aristóteles dizia...Platão dizia...”. Não, não

é. É “como é que você faz pra ser Aristóteles”. É isso que tem que te ensinar. É isso que eu tenho que te ajudar a aprender. Você tem que aprender sozinho, né? que é o que a Marilena Chauí diz, que o dia que ela descobriu o que era filosofia, ela ficou extasiada. Por que? Porque filosofia é aprender a pensar. E como é que você aprende a pensar? Não é repetindo o que os outros fizeram. Mas tem uma chave que a gente ainda não entendeu.

10. Metodologia é um problema das RI no Brasil apenas?

Resposta: Não sei. Eu não saberia te responder isso. Mas no Brasil é. E eu acho que no Brasil é porque também na Ciência Política é hoje. Você não tem uma grande escola de Ciência Política mais no Brasil. E, por analogia, de Relações Internacionais também não. E talvez isso seja uma deficiência. Eu sugeriria que você conversasse com a professora Sonia Alda para ver como é que é na Espanha. Por que? Porque na Espanha está ocorrendo um processo de “Bolognização” do ensino. E Bologna vai significar muito provavelmente, até onde eu consigo perceber, o mesmo processo que está acontecendo no Brasil. Por que? Porque você não vai pensar os problemas a partir dos problemas, mas você vai pensar os problemas a partir de um modelo teórico que deve valer para todo mundo. Que é o que está acontecendo com as escolas de RI no Brasil – e na Ciência Política da USP. Você tem um modelo, e quem não se encaixa no modelo é porque não existe. Né? E é essa dificuldade da ciência. A ciência não pode trabalhar com modelo. A ciência pode trabalhar com modelo desde que o modelo seja metodologia, ele é só meio, não é finalidade. Eu não posso jogar a realidade fora. Né? Ou achar que tudo é biologia. Então pode ser esteja acontecendo no mundo. Eu acho que muito do que está acontecendo com a ciência no Brasil tem a ver com o fato de que, inclusive politicamente, nós nos aproximamos muito da escola de Chicago, dos Estados Unidos, portanto, e abandonamos a Escola Francesa. Então nesse processo, a gente jogou a criança com o balde, porque jogamos fora o que era bom da Escola Francesa. Ao invés de combinar, a gente jogou fora o que era bom da Escola Francesa. E a escola Francesa tem muito isso, tem muito a questão de que você tem que construir uma epistemologia pra compreender o fenômeno social. O fenômeno natural também, porque eles constroem grandes epistemologias inclusive para ciências naturais. E a escola americana não, a escola americana é muito mais técnica. A escola americana é muito mais “qual é a resposta pra esse problema? Então eu acho que provavelmente é uma questão mundial. Talvez o futuro esteja na Ásia, inclusive no pensamento. Se pensar na Índia, por exemplo, eu acho que está muito mais presente na Índia hoje do que esteve no passado e do que está entre nós, né? Então eu acho que sim. Ou talvez tenha um “regresso ao Oriente” de um

modo mais geral, não só à Ásia, mas um “regresso ao Oriente” e tal, e falo regresso porque, de fato, foi lá que começou toda essa história.

APÊNDICE D – ENTREVISTA III

Entrevistado: Nilson Araújo de Souza

Atividade: Professor Visitante Sênior da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Agendamento da entrevista: 10/11/2017, às 17:30h, na residência do entrevistado.

Justificativa da entrevista: O Prof. Nilson possui vasta experiência em docência e na orientação de trabalhos que tratam sobre Economia Política e Integração Regional. Uma entrevista com ele consta como parte da análise qualitativa da presente dissertação de mestrado.

Passo 1: Pedir autorização para realizar a gravação;

Passo 2 Explicar sucintamente os contornos gerais da pesquisa (problema, metodologia, questões teóricas e como a entrevista se encaixa no contexto de produção da dissertação)

Passo 3: Realizar as seguintes perguntas:

1. Na sua perspectiva, qual o grau de influência dos acadêmicos de RI na Política Externa do Brasil

Resposta: Bem, a influência dos acadêmicos na política externa do Brasil, como em qualquer país, está, a meu ver, condicionada a outros elementos de ordem mais geral que podem favorecer ou complicar essa influência. Por exemplo, vamos pegar o caso mais recente da influência de dois intelectuais, dois professores na política externa do governo Lula, que é o Garcia e o Samuel Pinheiro Guimarães. Eles puderam influenciar na direção que influenciaram a política externa, que era na direção da política externa independente, que ao mesmo tempo colocava a questão da integração da América Latina, começando pela integração da América do Sul como um elemento central, porque houve mudanças importantes na América Latina que favoreceram a influência das suas ideias, e a mudança foi basicamente (tem um ponto que eu considero como referência inicial), que foi a derrota da Alca. A derrota da Alca que tem como elemento precedente a entrada em cena, a partir da Venezuela e depois do Brasil, da Argentina, Bolívia, Equador, o Paraguai e o Uruguai, de ter chegado no governo forças políticas que tinham contradição com as políticas anteriores que vinham sendo adotadas. Tanto as políticas internas, de caráter neoliberal, como as políticas externas, de submissão à lógica dos interesses dos Estados Unidos na região. Então esses governos tinham contradição, uns mais e outros menos. Por exemplo, o Estado que tinha mais contradição com esses governos foi, por exemplo, o Lula.

Mais ou menos. Tinha contradições, e a partir desse governo se enterrou a Alca. Teve momento considerado como momento chave, a reunião que houve na Argentina. Já na reunião anterior o Hugo Chávez já tinha dito que “A Alca já morreu, só falta enterrar”. Então, a partir dali, do enterro da Alca, abriu espaço para avançar o processo de integração na América Latina, de um lado modificando o Mercosul, incorporando novos elementos no Mercosul que não estavam incorporados antes, como por exemplo a demanda social, uma questão que não estava incorporada antes. Então o Mercosul, que de alguma maneira, era apenas um bloco de natureza comercial terminou incorporando outros elementos e ao mesmo tempo sendo utilizado como elemento importante para derrotar a Alca. Depois a criação da Unasul, a criação da Alba, culminando depois (por mais que não tenha se consolidado, mas pelo menos ficou formalizado) a criação da CELAC. Então essas mudanças tem a ver com a correlação de forças que foi estabelecendo a região. Que correlação de forças? A política dos Estados Unidos, que tinha como elementos centrais a imposição das políticas neoliberais na região, essa política entrou em crise a partir do final dos anos 90 e no começo dos anos 2000, entrou em crise, favoreceu a entrada em cena de forças políticas que assumiram governos de caráter mais ou menos progressistas, e isso abriu espaço para que intelectuais que pensavam a América Latina diferente do que era pensada anteriormente (como um apêndice dos Estados Unidos), intelectuais que pensavam a América latina como um espaço de construção de uma política independente. Então esses intelectuais puderam cumprir esse papel porque houve essas mudanças anteriormente. Alguém pode dizer “mas as mudanças tem a ver com o papel dos intelectuais”. Também. Os acadêmicos puderam cumprir esse papel porque havia condições favoráveis; mas por outro lado, havendo condições favoráveis, a sua interferência, a sua influência, ajudou a consolidar a mudança. Então eu vejo a postura acadêmica, a influência acadêmica, ela por si só não consegue modificações se não existem elementos na realidade que favoreçam essa modificação.

2. A ampliação de agenda de integração no Mercosul também amplia as possibilidades de acadêmicos influenciar o processo de integração regional?

Resposta: Sim, porque a ampliação da agenda, que um dos elementos importantes foi exatamente o que eu coloquei antes, que foi a questão social, que criou instituto social do Mercosul, (que criou um espaço para intervenção dos movimentos sociais; sempre na presença dos presidentes do Mercosul tem previamente uma reunião dos movimentos sociais) que no governo Dilma foi perdendo espaço, foi perdendo peso. Até o governo Lula e nos demais governos do Mercosul da época, se abriu um espaço. Não era um espaço consolidado, porque

a gente mesmo da Unila, que chegou a participar de um desses eventos, dos movimentos sociais, cumprindo o papel de relatar as discussões, e a crítica foi aumentada, que era feita na época, é que eram aprovadas propostas, essas propostas eram encaminhadas na reunião dos presidentes do Mercosul e depois não eram implementadas. E essa agenda surgiu como demanda dos movimentos sociais, mas foi incorporada tendo apoio dos acadêmicos que faziam parte da política externa. O Marco Aurélio Garcia era um deles, o Samuel Pinheiro Guimarães é outro, que concordavam com essa agenda que transmutava a agenda básica do Mercosul que era apenas comércio. O Mercosul foi criado tendo como objetivo chegar ao mercado comum; na primeira etapa foi a área de livre comércio, depois foi, a partir de 94, foi aprovada a união aduaneira com a Tarifa Externa Comum, e cresceu enormemente o comércio entre os países do Mercosul, chegou a multiplicar por dez. Saiu de 5 bilhões pra 50 bilhões. Então como um bloco comercial era um sucesso, mas mesmo assim com limitações, porque a maior parte do comércio era feita pelas transnacionais instaladas na região. Por exemplo, o acordo automotivo entre Brasil e Argentina. Um dos principais elementos de estímulo ao comércio entre Brasil e Argentina é feito entre as transnacionais da região. Então tinha duas limitações básicas o Mercosul: de um lado o fato de ser apenas um bloco de comércio, e segundo lugar, que era um comércio que em grande medida era feita pelas transnacionais na região, e não pelas empresas da região. Então o fato de incorporar uma agenda nova, agenda dos Direitos Humanos, isso foi importante por mais que não tenha se consolidado. O Mercosul, a meu ver, passa por uma encruzilhada. Os principais defensores do Mercosul do ponto de vista governamental, que eram o Lula e o Kirchner, o Lula saio do governo e entrou a Dilma, o Kirchner faleceu e entrou a Cristina Kirchner, e o Hugo Chávez, apesar da Venezuela não ter entrado no Mercosul ainda, esse trio (Chávez, Lula e Kirchner) tinham um papel fundamental como personagens da integração e do fortalecimento do Mercosul. Com a saída em cena do Lula durante o governo Dilma e o falecimento dos outros dois, terminou essa agenda, entrou numa encruzilhada. Mas a pressão dos Estados Unidos que mais recentemente, depois do enterro da Alca, favoreceu a criação da Aliança do Pacífico, isso tem dificultado o Mercosul. Não significa que o Mercosul como tal já morreu como muita gente está dizendo. Não, ele existe, tem a sua estrutura, tem um espaço importante que ele ocupa, mas está numa encruzilhada. É importante ter como base essa encruzilhada para poder fazer a mudança, por exemplo.

3. A nível teórico e conceitual, você observa originalidade na produção acadêmica em RI no Brasil e na América do Sul?

Resposta: A produção acadêmica, destacando a Economia que é minha área sobre a região deixa a desejar. Tenho participado de eventos importantes tanto na Argentina como no Brasil, no equador na Venezuela. Há um esforço novo que iniciou com essas transformações que ocorreram com os governos a partir do final da década de 90 e começo dos anos 2000 e a criação da Alba, a criação da Unasul, há um esforço novo de entender esse momento. Tem produção buscando entender esse novo momento. Boa parte da produção ainda está presa, a meu ver, a estruturas teóricas e estruturas de análises anteriores a essa nova realidade. Por exemplo, muita produção ainda vê o Mercosul, ainda vê o processo de integração na América Latina tendo como referência a União Europeia. A União Europeia a meu ver tem uma diferença fundamental em relação aos processos de integração na América Latina: uma coisa é a integração entre países da periferia, entre países dependentes que tem um elemento central: são dependentes. Isso significa que só conseguem realizar a integração se romper com a dependência, uma integração mais profunda. Os processos de integração são iniciados, como tem o Mercosul, como tem as várias estruturas, mas pra poder consolidar o processo de integração, não pode ser nos marcos da dependência. Porque se a economia é dependente, a integração fundamental é com o centro dominante, não é entre os países da periferia entre si. Mas um elemento central que deve ser colocado para poder pensar a integração na América Latina é exatamente a ruptura da dependência. Já na União Europeia é diferente. A União Europeia surge no marco da disputa dos três grandes do mundo capitalista. Logo depois da guerra tem duas características importantes. De um lado a polarização entre o campo capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o campo socialista, liderado pela União Soviética, e por outro lado a hegemonia dos estados Unidos. Essa hegemonia foi sendo ferida na medida em que a Europa e o Japão desenvolveram sua capacidade produtiva de maneira mais rápida que os Estados Unidos no período pós-Guerra. A produtividade do trabalho lá cresceu muito mais rapidamente, os dados mostram claramente que cresceram várias vezes mais, e a partir daí a Alemanha e o Japão passaram a ocupar no mundo um espaço nas relações comerciais de maneira que elas sempre dividiram espaço com os Estados Unidos. Então passou a ser importante para a Alemanha o sentido de consolidar esse avanço de domínio do comércio mundial, criar um espaço próprio, regional que ajudasse a alavancar mais ainda seu processo de domínio mundial. E aí vem a ideia da criação da União Europeia que iniciou em 1951 com o acordo do carvão e do aço, depois em 1958 com a criação da Comunidade Europeia e foi avançando até chegar a União Europeia e a união monetária. Então é um tipo de integração nos marcos das disputas entre imperialistas mundiais. É diferente da integração na América Latina. E boa parte da produção intelectual sobre a região não leva em consideração essa diferença. Usa como referência o que ocorre na Europa por mais que já

tenha produção, que se pode usar, do que eu chamo de pensamento próprio latino-americano. O pensamento próprio latino-americano tem várias vertentes, começa a meu ver lá com Mariategui, depois vem Prebish, Celso Furtado no pensamento estruturalista cepalino, depois vem Teoria Marxista da Dependência. Pensamento próprio não significa que é um pensamento que desconhece a base teórica desenvolvida nos países desenvolvidos. Não. Tem como referência a base teórica, mas considera que tem especificidades na realidade latino-americana e essas especificidades implicam em elaborar categorias próprias para entender essas especificidades. Já tem alguma produção nessa direção, mas eu acho que ainda é insuficiente.

APÊNDICE E – ENTREVISTA IV

Entrevistado: Damián Paikin

Atividade: Professor Adjunto de “Pensamento Latino-Americano para a Integração” da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires.

Agendamento da entrevista: 20/03/2019, às 16h, na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires.

Justificativa da entrevista: Conforme verificado no levantamento inicial de teses e dissertações, objetos do presente estudo, consta que o Prof. Dr. Damián Paikin orientou trabalhos na Universidad de Buenos Aires. Uma entrevista com ele consta como parte da análise qualitativa da presente dissertação de mestrado.

Passo 1: Pedir autorização para realizar a gravação;

Passo 2: Explicar sucintamente os contornos gerais da pesquisa (problema, metodologia, questões teóricas e como a entrevista se encaixa no contexto de produção da dissertação)

Passo 3: Realizar as seguintes perguntas:

a) ¿Hace cuánto tiempo orientás tesis de posgrado? ¿Tendrías una estimación de cuántos trabajos dirigiste hasta ahora?

Resposta: Hace unos diez años, e quince trabajos dirigí, terminado tres. Algunos de los otros están en proceso muy reciente, otros están en proceso muy largo y otros entiendo que no seguirán. Sabes que las maestrías y las tesis de doctorado se inician con mucho ímpeto y a veces la vida y otras cosas hacen que los maestrandos no terminen y, bueno, por más que pongan voluntad, no pueden hacer nada. Así que, bueno, esos son los números.

b) En relación a tu experiencia, ¿Qué aspectos deben tenerse en cuenta para realizar una tesis sobre procesos de integración en América Latina?

Resposta: Para mí, hay una variable muy importante que es evitar, o sea, vamos empezar pelo que no hay que hacer: evitar el análisis comparativo con el caso europeo, o al menos no así planteado desde el primer momento. Se puede tomar parcialmente, se puede tomar aspectos. Pero había una tendencia fuerte de realizar esa vinculación comparativa donde siempre la integración latinoamericana sale de forma perdedora. Sí, me parece que se puede utilizar la vía comparativa con otros procesos latinoamericanos, por supuesto. Una gran falencia que hay es no conocer, no hacer los con procesos africanos y también con los asiáticos (justo estamos en el marco de la cooperación Sur-Sur); hay que reforzar eso, y si no con, bueno, una mirada histórica sobre los objetivos propuestos por la propia integración. Eso, lo que habría de hacer, si se trabaja con una lógica comparativa tiene que ver con esta referencia. Yo, por mis últimos trabajos, entiendo que la cuestión material de integración es central, entonces en eso el Mercosur tiene mucho o que decir, ha sido muy exitoso en términos comerciales, en términos de desarrollo de sectores económicos, y siempre es un aspecto interesante de estudiar porque en el marco de los procesos de desarrollo nacional, no hay desarrollo nacional sin desarrollo regional con lo cual, bueno, si uno piensa la integración, uno de los ejes es pensar la integración

en términos de potencias que se suman para un desarrollo económico que por supuesto va incluir una fase social y una fase política. Entonces diría que esas dos son las cuestiones a tener en cuenta y donde últimamente ha orientado mis trabajos

c) ¿Considerás que esos aspectos son realmente considerados por la mayoría de los tesisistas?

Respuesta: Bueno, obviamente que si porque vienen con esa mirada, pero ha habido como modas. Una moda ha sido esta de la Unión Europea, creo que no está tan presente hoy también por la crisis propia de la Unión Europea. Una es el boom institucional, viendo las instituciones en el sentido abstracto, vacío, analizando las instituciones per se, sin entender los procesos políticos y culturales que se mueven en cada uno de los países; y después una última que tuvo más que ver con Unasur que con en Mercosur, pero que fue muy fuerte, que fue los temas de seguridad y defensa. Eso en los años 2014, 2015 fue una cantidad muy importante. Esas son las (ya no me recuerdo lo que preguntó⁹⁴) los temas que se usan, esos son los temas que me parece que están muy fuertes. Otro tema que había surgido con fuerza tiene que ver con la planificación de infraestructura en IIRSA, y posteriormente en Cosiplan en Unasur, de hecho tengo una tesisista trabajando este tema, que hay, bueno, un cono de duda, porque el presente de Unasur no es exactamente un presente ¿. También el contexto va cambiando las tesis, va cambiando por supuesto los intereses de los tesisistas y hoy es un incognita si ¿

d) ¿Podrías afirmar que la universidad (UBA) cuenta con los recursos teórico-metodológicos suficientes para el análisis de la integración latinoamericana? Y para el Mercosur, en particular?

Respuesta: Si, hay diferentes enfoques. Aquí en la Facultad de Derecho hay un enfoque por supuesto más del derecho de la integración; en la Facultad de Ciencias Sociales me parece que és más fuerte en la carrera de ciencia política que incluye la carrera de relaciones internacionales, hay muchos grupos trabajando y con mucha tradición en integración regional, particularmente Mercosur; no solo pero principalmente. En la Facultad de Ciencias Económicas está la Maestría de Procesos de Integración, también con énfasis en Mercosur, que en un momento le dirigió Aldo Ferrer, que ha sido sin duda un dos grandes pensadores argentinos en relación al tema de desarrollo y de la región. Está bastante estructurado el mundo de conocimiento y del pensamiento en la Universidad de Buenos Aires sobre estos temas y es fuerte, digo, en los congresos de ciencia política hay un espacio particular para la integración regional; Así se está formulando una red nacional de investigadores de integración regional, ya ha tenido dos congresos; es fuerte, digamos, si; y tiene mucha iniciativa.

e) ¿A que podría atribuirse la presunción de que “existe una elevada cantidad de trabajos académicos que toman a la Unión Europea como modelo para la integración”?

Respuesta: Bueno, el colonialismo cultural sobre lo cual se funda la universidad latinoamericana. Evidentemente el primer proceso de integración regional definido de esta manera por las corrientes hegemónicas del pensamiento de relaciones internacionales como el neofuncionalismo y el intergubernamentalismo y eso marca la preminencia histórica, política, cultural y económica da Europa y dela Unión Europea en los años sobre todo 90 y 2000. Pero más allá de eso creo que evidentemente tiene que ver con la forma en que nos formamos en la universidad latinoamericana, con una fuerte impronta, por lo menos en la hispanoamericana.

⁹⁴ Nesse ponto da entrevista fomos brevemente interrompidos por um dos organizadores da Cátedra Sur-Sur de Cooperación.

En Brasil, creo que la universidad norte americana y el pensamiento [inaudible] tiene un poco más de fuerza. En Argentina se bien los vínculos con los Estados Unidos son muy poderosos. En la universidad sigue siendo la referencia euro-occidental, ¿no? En estos temas, Francia, Italia, Schmitter, Jean Monnet, por supuesto. Esa presencia del pensamiento de las principales corrientes del pensamiento europeo aparece acá como normativa, como que lo que hay que utilizar como marco, y es una pena porque nosotros tenemos un pensamiento latinoamericano muy desarrollado y históricamente valioso en términos de historia de la unidad latinoamericana y formas de pensar-se sobre todo en dos conceptos claros, ¿no?: autonomía y desarrollo; que no están en el pensamiento europeo. El modelo de desarrollo no es problema de Europa Occidental y la autonomía que está planteada en términos de poder hacer frente las potencias extranjeras tampoco está pensado de esa manera, por lo menos. Han tenido otros problemas, sobre todo el problema de la paz, y, bueno, obviamente el lugar geopolítico de Europa en el mundo bipolar en su momento y en el mundo actual; pero es una diferencia muy sustancial con América Latina donde la autonomía es la posibilidad de pensar-se a si mismo para un desarrollo con equidad, entonces el principal problema para mi es ese: que los objetivos son distintos, la forma de pensar-se a si mismo son distintos y entonces es importante mirarnos con los propios ojos y evaluarnos sobre eso principio porque, bueno, uno pode decir, bueno, en términos de desarrollo el Mercosur no sirvió. Bueno, está bien. Que sea. Es un debate. Pero decir que hay déficit democrático en el Mercosur porque se hace un sistema intergubernamental y no un sistema supranacional, bueno, depende. No sé si es nuestro principal problema. Somos regímenes presidencialistas, las figuras de los liderazgos políticos son preponderantes en América Latina, nuestro sistema político se estructura de esa manera, la diplomacia presidencial actúa para bien o para mal con mucha fuerza, entonces plantear que el proceso de integración tenga característica diferente de los países es como sin sentido y que nos ponen en una trampa de buscar nos ver en modelos diferentes, que tuvieron éxito porque responderán a su realidad. Se construyamos modelos que respondan a las nuestras, y aí si veamos indicadores de éxito.

f) ¿Qué tipo de elementos teóricos son los más utilizados para el estudio de la integración sudamericana?

Respuesta: Se sigue utilizando el neofuncionalismo, intergubernamentalismo, el constructivismo y en algunos casos teoría de las relaciones internacionales adaptadas a integración regional y yo insisto que ahí la teoría de la autonomía és más interesante, la teoría del desarrollo es más interesante. Pero bueno, son estos los modelos que están más arraigados porque dan visos de seriedad teórica. Y eso es algo que debe ser combatido. La legitimidad de las teoría no vienen tanto por su fase aplicativa sino porque lo dicen, porque lo anuncia. Y, bueno, ahí hay que hacer todo el proceso de recuperación teórica y también legitimación académica de algunos pensadores olvidados, de algunas corrientes olvidadas. Por eso que digo, que sea más adecuado para las sociedades sobre la cual fueron pensadas. Quizá para la Unión Europea sean perfectamente válidos. El tema és que cuando estamos mirando otro contexto necesitamos otras herramientas, ni mejores ni peores, simplemente pensadas para el contexto sobre lo cual se organizan. Nosotros tenemos mucha, bueno, ya lo sabes, y ya lo sabe Unila también, tenemos mucho.

g) Esos elementos, ¿Resultan, desde tu perspectiva, los más adecuados?

(Já respondido na pergunta anterior, de acordo com o entrevistado).

h) ¿Considerás que la academia latinoamericana está esforzándose para desarrollar modelos teóricos específicos para mejorar los estudios de la región?

Respuesta: Creo que sí, creo que un fuerte impulso, ha habido redes, bueno, se han construido en esos últimos diez, quince años redes que antes no existían; se construyó la propia Unila, con sus pros y sus contras y sus problemas, parece que fue una apuesta muy fuerte; FOMERCO, CLACSO, redes entre universidades, la propia aquí, el programa Escala, y entonces hay una reflexión muy fuerte sobre el rol de la universidad en el contexto latinoamericano y, bueno, los aportes teóricos que se van hacer desde las universidades al propio proceso de integración. Me parece que hubo un auge que esta carrera, en estas condiciones necesita tiempos largos, porque desarrollar teorías consistentes precisa tiempos largos, y el problema que tenemos en la academia con respecto a estos temas son los obvios, ¿no? Si el proceso de integración es atacado como está siendo atacado hoy, los oídos que pueden haber de la propia sociedad sobre nuestra reflexión sobre integración se alejan, porque es como que estamos hablando de algo que no existe. Entonces necesitamos más tiempo para solidificarnos. Bueno, unos años creció y éramos muy audibles, y ahora se complica, entonces precisamos, por un lado, sostener lo que se construyó, encontrar formas con que la sociedad comprenda, porque todos que somos de la universidad pública queremos que nuestro desarrollo tenga que ver con la sociedad y la mejora de la vida de los pueblos.

i) Creerías que, en alguna medida, la Universidad influencia la política externa o la política de integración? (Si SÍ) ¿De qué manera?

Respuesta: Bueno, ahí hay que ver caso por caso. En Argentina, nuevamente, en los años anteriores había una relación, digamos, relativamente fluida entre el mundo de la academia y el mundo de la política exterior, y mediante las cumbres sociales del Mercosur, mediante espacios de discusión algunos conceptos, algunos discursos de la academia llegaban al desarrollo de la política pública. Hoy en día me parece que es más fragmentario. En algunas áreas, como en la área de cooperación puede ser que todo eso se sostenga, en la área de integración me parece que no, que, por un lado, se impone el discurso comercial puro, pero aún siendo el discurso comercial puro tampoco es que veo que la academia esté orientando esas negociaciones internacionales sino la búsqueda de mercado. Pero sin un análisis preciso, y acá, bueno, también, obviamente, en Argentina yo creo que no hay un análisis preciso de cuales son los mercados a buscar, cuales son las ventajas, las desventajas, cual es el modelo de desarrollo a sostener, entonces me parece que la academia ha perdido su rol vector de ideas estratégicas, ¿no? La practica va para donde la política llega, pero la academia tiene sentido de hacer un mirada más amplia, más alta y más estratégica.

j) Existe una hipótesis que sostiene que el Mercosur se encuentra estancado. ¿El problema del supuesto estancamiento podría ser atribuido exclusivamente a su estructura intergubernamental?

Respuesta: No, se encuentra estancado por definiciones políticas de los gobiernos. La estructura intergubernamental o no, bueno, este, obviamente dificulta en la medida que necesita de un acuerdo total de todos los gobiernos, pero de ninguna manera hoy el problema del Mercosur es el intergubernamentalismo. El problema del Mercosur es que los gobiernos de los países del Mercosur no quieren que exista el Mercosur y no porque tengan un análisis concreto sobre si está bien o se está mal, sino por un posicionamiento que quieren referir a sus propias sociedades, su lugar en el mundo y e vincular-se al mundo. En el caso de Brasil, me parece que es claro, digamos; En el caso argentino si bien un rechazo al Mercosur, porque el Brasil es su principal socio comercial, seria una locura directamente hacer eso. Si tienes la idea de que lo principal es el libre comercio, por lo tanto cualquier traba al comercio aparece como una

barreira, y el Mercosur, aún con su poca barreira, bueno, construyó el arancel común y impone límites a las propias negociaciones que puede tener Argentina con el resto de los países. Entonces me parece que es una visión menos peyorativa que en Brasil lo hecho de que la sociedad argentina está a favor del Mercosur. [inaudible] Las encuestas sobre eso dan un 80, 85% de aprobación. Pero no está trabado por eso. Ni ahora en este momento, ni en el periodo anterior, donde también hubo problemas y tampoco me pareció fuera el modelo intergubernamental. Es una mirada europeísta de los problemas, digamos. El problema institucional no define nuestra política ni a nivel interno, mayormente, ni a nivel regional.

k) En su artículo reciente “Pensamiento Latinoamericano para la Integración”, vos, Perrota e Porcelli concluyem que pensar la integração latinoamericana siempre fue un desafío teórico. Creés que la academia latinoamericana está en el camino correcto hacia una “autonomía” teórica en relación a las perspectivas hegemónicas?

Respuesta: Me parece que de vuelta vamos a lo mismo: la academia se mueve por ciclos, lógicas de financiamiento y la propia existencia del fenómeno, como decimos antes. Me parece que hubo durante los últimos años un avance fuerte en la construcción de un corpus teórico y una reconstitución del pensamiento latinoamericano. Nosotros en la universidad hicimos una serie de esfuerzos tan importante por rastrear, desde la independencia, principalmente en los países hispanoamericanos, desde Bolívar hasta la actualidad, un recorrido que pueda explicar las razones de la integración y de la unidad. Los debates que se sucedieron a partir de eso y que hubo que ver con la síntesis que sigue construyendo queda también frenada por, bueno, por los cambios políticos; porque claro, porque la academia se mueve en relación a los cambios políticos, pero en nuestros ámbitos de estudio, no podemos evitarlo. O sea, no es la medicina que, bueno, curar, hay que curar. Esté lo gobierno que esté, por más que seguramente la política publica impacta las líneas de investigación. Nosotros tenemos que actuar sobre lo que existe. Se la Unasur no existe más, ¿cuantas más reflexiones tenemos sobre Unasur? ¿Cuántas tesis más de doctorado y maestría podemos dirigir reflexionando sobre Unasur si la Unasur no existe más? Entonces, bueno, en ese sentido me parece que las redes de pensamiento se construyeron, que había una reflexión muy importante en la posibilidad de construir un pensamiento latinoamericano ordenado y sistematizado; me parece que hoy en este momento actual no estamos en ese camino. Tuvimos un retroceso que a los académicos nos posiciona en la necesidad de construir una épica más de la resistencia, también, pero que realmente tampoco sea ese el rol del académico. Entonces eso que pregunta vos es lo que preguntamos todos los días: ¿Cómo seguir y cómo sostener esta reflexión teórica autónoma, no? Mal momento para pregunta-lo (risos)

Comentário final

Respuesta: Bueno, la historia no es linear, la historia es adelantos y retrocesos. Lo importante en los pasos adelante, en caso de la integración, es de la academia recuperar lo que se ha hecho bien, proyectarlo en el futuro, proyectar las nuevas instituciones y sostenerlo; desarrollar marcos conceptuales y en retrocesos quizás guardar el conocimiento y la experiencia para lo próximo salto adelante, ¿no? Digo, no estamos en el momento más negro de la historia, ni en el momento más negro de la historia latinoamericana, sin dudas. Pero, bueno, es un momento de retroceso en estos temas donde debemos aprovechar para solidificar redes, cuidarnos entre nosotros, lo que pensamos de estas cosas, en el sentido de sostener las redes vivas, de acompañar el proceso de reproducción académica y a partir de eso actuar, si cada uno puede o quiera, en otras esferas más políticas, o si desde la academia, estar atento y sostener un principio que me

parece fundamental y que creo que todo lo que estudiamos integración lo consideramos, es que no hay desarrollo nacional en América Latina sin la unidad de los países del Sur. Este es el precepto; bueno, va continuar vivo porque evidentemente cada experimento en otro sentido nos retrotrae a lugares donde solo nos saca la unidad. Así que, bueno, ese sería la mensaje final que tengo para dar.

APÊNDICE F – ENTREVISTA V

Entrevistado: Alejandro Simonoff

Atividade: Profesor Titular Interino nas Cátedras de Historia General VI, Materia Problema de Historia General y de Relaciones Internacionales e Integración Regional na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP).

Agendamento da entrevista: 21/03/2019, às 16:30h, no Instituto de Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de La Plata.

Justificativa da entrevista: O Prof. Alejandro Simonoff orienta teses e dissertações na Universidad Nacional de La Plata, e sua entrevista consta como parte da análise qualitativa da presente dissertação de mestrado.

Passo 1: Pedir autorização para realizar a gravação;

Passo 2 Explicar sucintamente os contornos gerais da pesquisa (problema, metodologia, questões teóricas e como a entrevista se encaixa no contexto de produção da dissertação)

Passo 3: Realizar as seguintes perguntas:

- a) ¿Hace cuánto tiempo orientás tesis de posgrado? ¿Tendrías una estimación de cuántos trabajos dirigiste hasta ahora?

Alejandro Simonoff: En total, algo así como...debe ser unos quince en total, porque agrega maestría y doctorado. Más de quince, no tengo el dato pero más de quince es seguro.

- b) En relación a tu experiencia, ¿Qué aspectos deben tenerse en cuenta para realizar una tesis sobre procesos de integración en América Latina?

Respuesta: Por un lado, digamos, una cuestión importante, bueno, es la perspectiva teórica, digamos, donde se aborda la problemática de la integración. Después otro, un buen análisis de la situación de los asociados, de los parceiros. Parece que eso también tiene que haber una buena imagen de como esas sociedades nacionales receptan, digamos, el proceso de integración. Creo que esos son los elementos centrales. Después, obviamente hay otros tipos de cuestiones que tiene que ver con, bueno, con cierta mirada fina que lo tiene a ver con las fuentes y sobre todo un buen análisis de la fuente, ¿no? Porque resulta central en una buena tesis, digamos. Tal vez hay una diferencia entre gradación entre la maestría y el doctorado. Hoy en día, por lo menos acá en Argentina, un buen estudio, digamos, un buen estado de la cuestión puede, digamos, convertirse en una buena tesis de maestría. En cambio, el doctorado, bueno, obviamente, además de tener un buen diagnostico de la situación y de la bibliografía, hay que avanzar en la construcción de algun aparato conceptual, que es lo que distingue, digamos, la maestría del doctorado.

- c) ¿Considerás que esos aspectos son realmente considerados por la mayoría de los tesistas?

Respuesta: Los que yo dirijo, sí, sino no los dirijo (risos).

- d) ¿Podrías afirmar que la universidad (LA PLATA) cuenta con los recursos teórico-metodológicos suficientes para el análisis de la integración latinoamericana? Y para el Mercosur, en particular?

Respuesta: Sí. Sí porque primero, digamos, la mayoría de los registros esta con acceso digital. La universidad tiene acceso a Scopus... tiene acceso a las paginas donde puede revisar toda la bibliografía académica online, digamos. En caso de la biblioteca, tiene una buena cantidad de libros y el hecho que no esté lejo de Buenos Aires también es una ventaja del punto de vista que talvez algo que no se consiga aquí se puede conseguir en Buenos Aires. Esto seria el aspecto más (inaudível) en la investigación en si. Después, más o menos, hay lugar, hay ámbito para poder estudiar, para los investigadores realizar sus tareas. En ese sentido me parece que no hay mayores dificultades

- e) ¿A que podría atribuirse la presunción de que “existe una elevada cantidad de trabajos académicos que toman a la Unión Europea como modelo para la integración”?

Respuesta: Bueno, eso tiene que ver con como se estudia el problema de integración. No soy experto en temas de integración, mi campo es la política exterior argentina, pero es cierto que hay una especie de modelo a seguir que es el modelo de la Unión Europea. Pasa que eso también, obviamente, genera ciertas tensiones porque tiene que ver con las propias tensiones que existen en Europa, es federal, es funcionalista. ¿Qué buscamos con nuestros parámetros? Yo creo que en eso, digamos, también hay seguido desarrollando a partir de la relectura de los clásicos de las Relaciones Internacionales de la región cierto aparatage conceptual más propio, y no tan pegado, digamos, al esquema de lectura europea, por decir, sobre el proceso de integración en los últimos, diría, cinco a diez años para atrás. No más atrás de diez años. Hay toda una generación mucho más joven que yo, digamos, gente que está rondando los cuarenta años que ha abordado el tema de la integración desde perspectivas propias, ¿no? En caso de Argentina Puig; en Brasil Helio Jaguaribe; en Uruguay, Ferrer; que son autores que uno puede poner en la constelación del pensamiento propio. A partir de la lectura de ellos, siguen desarrollando cosas. Y porque además, por otro lado, digamos, no son procesos similares, digamos. Los procesos de integración en América Latina no contaban con un Plan Marshall, con un mecanismo previo de negociación de reparto de recursos, digamos, fueron cosas que tuvieron que trabajar y construir mucho más. Además, algo que es muy demostrado en este ultimo tiempo, pero que yo creo que es un valor importante: el hecho que talvez ese tipo de tramado, en el caso específico del Mercosur, se prioriza también la cuestión de la coordinación política, y eso me parece que es un elemento central, digamos, mas allá de la cuestión económica.

- f) ¿Qué tipo de elementos teóricos son los más utilizados para el estudio de la integración sudamericana?

Respuesta: Ya respondido en la pregunta anterior.

- g) Esos elementos, ¿Resultan, desde tu perspectiva, los más adecuados?

Respuesta: Si bien, mi perspectiva es esa, de esos autores. Yo entiendo que uno tiene que tratar de observar todo el campo. Eso es algo que yo también siempre priorizo. Uno tiene

que entender que cuenta la diversidad de lo que se produce. Es cierto que estamos en un punto, digamos, no solamente en temas de integración, sino diría en temas de Relaciones Internacionales en general, que ya es muy difícil poder tener un mapeo exacto de todo lo que se produce sobre el tema, porque hay mucho centros de grado y de posgrado, digamos, entonces eso vuelve imposible de hacer. Lo que quince años atrás se podía hacer relativamente fácil, hoy resulta mucho más complejo. Sin embargo creo que uno debe tener en cuenta toda la variedad de enfoque teórico que existe, y por lo menos tener los autores más representativos y ponerlos en juego con su idea (inaudible).

h) ¿Consideras que la academia latinoamericana está esforzándose para desarrollar modelos teóricos específicos para mejorar los estudios de la región?

Respuesta: Sí. Esa pregunta es interesante, porque es como decir que aparecieron las Relaciones Internacionales como campo y está esa necesidad y esa proclama de un pensamiento propio, ¿no? Pero que siempre está, por cierto después de los años 80, fundamentalmente, siempre tiene una presión por aquellos que entienden que uno puede absorber los modelos desarrollados en el centro académico, del mundo anglosajón fundamentalmente, y tomarlos acríticamente. Siempre está esa tensión. En algunas cuestiones entiendo que hay una especie de disputa con respecto a la proclama política de Hoffman, ¿no? Cuando Hoffman hizo en su artículo “Relaciones Internacionales una ciencia social norteamericana”, ¿no? Creo que eso, más allá de la análisis es una proclama de pertinencia, de a quien pertenece el campo. Y eso es un poco lo que fijan los patrones de la discusión, ¿no? Bueno, Tickner va a trabajar bien eso, cuando dice que hay un intento donde la producción conceptual de una región puede ser atrapada por cooptación, etc, ¿no? Pero también por cierto hay un (inaudible) distinto, de asentarse sobre los conocimientos propios sin desconocer todas esas evoluciones de naturaleza teórica, sin necesidad de que lo objetivo final sea llegar al centro, a las publicaciones en revistas en inglés, digamos, al mundo anglosajón, digamos, que parece ser el oxímoron, o sea, el punto de realización. Yo creo sostiene también cierta dificultad, digamos, porque el excesivo mirarse sobre si mismo que tiene la academia anglosajona es una dificultad grande, todo que no se ajuste al que ellos tienen como parámetros es rechazado. En realidad lo que está pasando es que no puede haber solo en región: no puede haber en China, en India, donde los estudios internacionales van progresando mucho. Lo que pasa es que todo eso está condicionado con los poderes políticos concretos, digamos, ¿no? Yo creo que, digamos, lo que viene, del mismo modo que en los 90, políticas más cercanas a Estados Unidos, el Occidente en general y la región, eso impactó en la academia para que esta tuviste cierto acercamiento más acrítico hacia la producción intelectual del Norte. De mismo modo, los diez o quince años de gobiernos progresistas han generado el efecto contrario, digamos, ¿no? Es cierto también que no lograron la hegemonía del campo, en realidad está mucho más en disputa, mi parece. Pero eso es interesante, también, si bien es cierto que parte importante de que se forma en Relaciones Internacionales lo hacen por motivos académicos para construcción de saberes, el otro pilar es el asesoramiento al Estado y a las empresas más recientemente. Eso también vuelve más dependiente la disciplina, digamos, de que lo Estado y de que las empresas quieren escuchar.

i) Creerías que, en alguna medida, la Universidad influencia la política externa o la política de integración? (Si SÍ) ¿De qué manera?

Respuesta: No (risos). Pelo menos en lo caso de Argentina eso es claro que no. Hay como que está ubicado, digamos, la construcción de política en la academia. Es como un dique de contención. En Brasil mi parece que eso funciona mejor, hay una rotación mayor entre la academia, el instituto Rio Branco, el gobierno, ¿si? Mi parece que es mucho más fluido a pesar de que tiene sus problemas. Acá claramente hay una especie de baja, digamos, ¿no? Por un lado, los sectores burocráticos son muy celosos de su actividad; yo tengo el convencimiento de gente que pretende no ser reclutada como se hace y cierto desde hacia la construcción académica. Eso tiene efecto para que no haya una interconexión. Puede pasar que, en caso de Argentina, Puig fue creador de la primera carrera de Relaciones Internacionales, el que pensó el concepto de autonomía fue canciller, digamos. Eso parecería contrario a lo que estoy diciendo, pero me parece que eso fue más bien una especie de excepción a la regla do que una confirmación. Igualmente, el primer canciller del proceso de redemocratización en Argentina también fue un licenciado de ciencia política, que fue Dante Caputo. Entonces hay participación dos sectores académicos, pero me parece que no es lo que podemos llamar de una participación orgánica. Sino bien son como brotos esporádicos y que dependen de vinculación política. No porque haya algún respeto por lo que la universidad construye. Pelo menos en el caso argentino yo lo veo así, digamos.

- j) Existe una hipótesis que sostiene que el Mercosur se encuentra estancado. ¿El problema del supuesto estancamiento podría ser atribuido exclusivamente a su estructura intergubernamental?

Respuesta: No ha avanzado una estructura más societal, digamos, más de la sociedad civil. Si. Eso puede ser, se aceptan lo intergubernamental que ha mucho mas presión de la fluctuación política. Si, porque es claro que los gobiernos, ninguno, ni los progresistas, ni de los años 90, ni los que están ahora hicieron apostar en una estructura supranacional, por eso no existe. De hecho las pocas instituciones que tiene son objeto de muchas tensiones, como el Tribunal Arbitral. Y eso tiene su consecuencia que son, precisamente, el hecho de que, por un lado, sea muy difícil actualizar marcos de reglas comunes, digamos, sea muy dificultoso y una vez que se llega al acuerdo, ni todos están de acuerdo a cumplirlo. Mercosur en 2011, 2012 voto un código de aduana común que va entrar en vigencia en 2020, y pasó casi 10 años negociando, y eso marca cierta debilidad desde el punto de vista institucional. Pero tiene otra fortaleza, que tiene que ver con despegarse un poco de esa idea, digamos, de despegar mucho el desarrollo del Mercosur al desarrollo de la Unión Europea. A mi parece que por otro lado tuvo un valor importante que fue de la coordinación política. Eso permitió a los países llevar adelante el proceso de negociación complejo con el Alca, primero la negociación y después el rechazo al Alca. Dificilmente los países podían suportar, digamos. Sin embargo ahí fue in instrumento interesante para observar. Lo que pasa es, bueno, tiene la consecuencia que vemos hoy, hay un giro político en la región y, bueno, entonces las utilidades del instrumento cambian. Y está sujeto a la evaluación de los gobiernos hagan de ello. De hecho ha pasado que Argentina negoció por su lado, renovó un convenio automotor con México y Brasil lo rechazó. (inaudible) Por lo cierto los gobiernos anteriores, digamos, los gobiernos progresistas tengan un discurso muy enraizado en la cuestión de la integración, lo cierto es que cuando vino la crisis de 2008 no hubo iniciativa no pensaron en conjunto que hacer frente la crisis. Tomaron medidas de la frontera para dentro y eso tuvo consecuencias para el Mercosur. Y a pesar de la gente que tenía conciencia que la integración es importante. Me parece que es muy ejemplificativo de las dificultades que tienen el proceso de integración, ¿no? Hay un discurso general de que somos todos una unidad cultural, Latinoamérica, Sudamérica, pero que es siempre muy complicado saltar

del nacionalismo estatalista en cual todos nosotros estamos afincados a esa nueva noción en la práctica. Si no hay una conciencia de que eso es importante, muy difícil que avance. Y ahí es importante lo que decimos hoy, del avance de estructuras de más de carácter societario, aún que son estructuras burocráticas, gubernamentales. Por ejemplo todo el conjunto de mercociudades son espacios interesantes. Pero creo que tiene que haber una acción mas decisiva por parte de las personas de la sociedad civil para que establezca un poco este va y viene. Mi parece que eso seria muy importante.

- k) En su artículo “La Escuela de la Autonomía, América Latina y la Teoría de las Relaciones Internacionales”, vos y Briceño consideran que los enfoques de la Cepal, de la Escuela de la Dependencia y la Escuela de la Autonomía son importantes abordagens desde America Latina. Creés que la academia latinoamericana está en el camino correcto hacia una “autonomia” teórica en relación a las perspectivas hegemónicas?

Respuesta: Eso es fluctuante. Hay fases donde eso, por la demanda que el Estado tiene, que es mas factible y en otros momentos es de retroceso. Por ejemplo, en el años 90, y la fase que se inició en 2015 y 2016 en la región son fases de contracción, digamos, y eso tiene efectos prácticos muy importante, de quién és elegido e de quién no. La crisis económica en general obliga que uno puede mudar menos, por ejemplo. Entonces ya no va mas al congreso, muchas de las dinámicas que ayudan a generar esa comunidad se pueden ver amenazadas. Se van desgastando. Por un lado eso. Por otro, el tipo de demanda que el estado genera (inaudible) que alguna parte de la disciplina vire hacia cumplir un rol, digamos, de escribas del reino, ¿cierto? Entonces esa es una cosa que está bastante en disputa, y lo hace interesante. Tampoco creemos que hay victorias definitivas, ¿no? Tiene que tener consciente que es una lucha de todos los días, digamos.